

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica

ANA PAULA LUCENA CORDEIRO

**ADMIRÁVEL MATERNIDADE NOVA:
QUESTÕES PARA A PSICANÁLISE**

Rio de Janeiro

2019



UFRJ

ANA PAULA LUCENA CORDEIRO

**ADMIRÁVEL MATERNIDADE NOVA:
QUESTÕES PARA A PSICANÁLISE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica.

Orientadora: Simone Perelson

Rio de Janeiro

2019

C794a Cordeiro, Ana Paula Lucena
Admirável maternidade nova: questões para a
psicanálise / Ana Paula Lucena Cordeiro. -- Rio de
Janeiro, 2019.
110 f.

Orientadora: Simone Perelson.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, 2019.

1. Maternidade. 2. Feminino. 3. Psicanálise. 4.
Cultura. I. Perelson, Simone, orient. II. Título.

**ADMIRÁVEL MATERNIDADE NOVA:
QUESTÕES PARA A PSICANÁLISE**

ANA PAULA LUCENA CORDEIRO

Orientadora: Simone Perelson

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica.

Banca examinadora:



Profa. Dra. Simone Perelson



Profa. Dra. Fernanda Pacheco Ferreira



Profa. Dra. Maria Isabel de Andrade Fortes

Rio de Janeiro

2019

*Para Paulo e João,
pela força de Eros, que circula entre nós e a nós não se restringe.*

AGRADECIMENTOS

À Simone Perelson, pela disponibilidade afetuosa em dar “rumo às minhas inquietações”, pela orientação sempre rica e precisa, pela liberdade e confiança a mim concedidas no percurso da escrita e, finalmente, por ter me ensinado mais do que imagina.

Ao Joel Birman, pela potência e fecundidade de pensamento e, essencialmente, pela abertura ao “enigmático” feminino.

À Silvia Alexim Nunes, pela estrada pavimentada e tão bem sinalizada, que tornou mais suave e seguro meu caminhar.

À Isabel Fortes, pelas relevantes contribuições na banca de qualificação.

À Fernanda Pacheco, por aceitar o convite de fazer parte da banca de defesa.

Aos professores do Programa, pela condução no labirinto da metapsicologia.

À Jane Russo, pelas outras formas, tão ricas e necessárias, de pensar a maternidade; e pela generosidade com minhas faltas.

À Marina Nucci, por aquele convite, que despertou em mim o desejo de voltar para a academia.

À Neusa Santos Souza, quem primeiro acolheu minhas inquietações sobre a maternidade, dando fortes subsídios para que de pura angústia elas pudessem, hoje, ser transformadas em trabalho.

À Ana Teresa de Faria Groissman, pela escuta, pelo trabalho –por este trabalho.

Aos amigos Matheus, Roberto, Alessandra, Ana Carolina, Alejandra, Paula e todos os outros, pelo companheirismo no percurso e pelos melhores e piores cafés desses dois anos.

À amiga Bárbara Cesário, pelo apoio nos momentos difíceis; pela leveza nos intervalos. E “*blessed be the fruit*” das nossas inquietações.

À amiga Joyce Brito, pela torcida nesse processo, não de dois, mas de muitos anos.

À Iracema Flor, pela maternagem em minha ausência; sem isso este trabalho não teria sido possível.

À Fátima, minha mãe, pelas marcas indeléveis da mãe e da mulher.

Ao Jorge Luiz, meu pai, pela forte presença, pela alegria e pelas irritantes diferenças, as quais, descobri, só me enriquecem.

Ao João, meu filho querido, por ser e por se recusar a ser tudo para mim.

Ao Paulo, meu amor, pelo que nos tornamos – o que possibilitou que eu chegasse até aqui.

RESUMO

Admirável maternidade nova: questões para a psicanálise

Ana Paula Lucena Cordeiro
Orientadora: Simone Perelson

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica.

O objetivo deste trabalho é destacar algumas conotações particulares que o discurso psicanalítico assume em sua inserção na atual tradição histórico-cultural. Fazemos um percurso pelo tema da maternidade na obra de Freud, tendo como pano de fundo uma análise crítica da forma pela qual o autor teorizou o complexo de Édipo feminino – esse processo que teria a maternidade como seu desfecho adequado.

Cotejamos duas obras literárias, *Admirável Mundo Novo* e *O Conto da Aia*, as quais jogam luz sobre duas facetas atribuídas à maternidade por Freud – o excesso e a pureza – em contextos deveras atuais: o científico, das tecnologias reprodutivas, e o do conservadorismo moral aliado ao do fundamentalismo religioso.

Elucidamos as linhas de forças que atravessaram o pensamento freudiano acerca da mulher e da maternidade, nos remetendo aos processos históricos de transformação dos discursos que fizeram o corpo feminino estar à disposição de interesses coletivos complexos.

Propiciamos uma reflexão sobre o cruzamento potencialmente perigoso entre alguns aspectos da teoria psicanalítica e a maternidade na atualidade, de modo que não vislumbremos brechas para a aproximação da psicanálise a qualquer tipo de distopia.

Palavras-chave: Maternidade. Feminino. Psicanálise. Cultura. Dissertação (Mestrado).

ABSTRACT

Brave new motherhood: questions for psychoanalysis

Ana Paula Lucena Cordeiro
Tutor: Simone Perelson

Abstract of Dissertation submitted to the Graduate Program in Psychoanalytic Theory, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, as part of the requisite for obtaining the Master's Degree in Psychoanalytic Theory.

The objective of this dissertation is to highlight some particular connotations which assumed by the psychoanalytic discourse in its insertion in the current cultural-historical tradition. We walk through the theme of motherhood in Freud's works, using as background a critical analysis of the way in which the author theorized the feminine Oedipus complex – a process that would have motherhood as its appropriate outcome.

We compare two literary works, *O Brave New World* and *The Handmaid's Tale*, both of which shed light on two different aspects attributed to motherhood by Freud – excess and purity – in extremely current contexts: the scientific context of reproductive technology and the context of moral conservatism aided by religious fundamentalism.

We then clarify the lines of force running through Freudian thought regarding womanhood and the motherhood, referring to historical processes of discourse transformation which led the female body to be available to complex collective interests.

Finally we encourage a reflection on the potentially dangerous intersection between some aspects of psychoanalytic theory and motherhood in current times, so there is no space for bringing psychoanalysis closer to any kind of dystopia.

Keywords: Motherhood. Womanhood. Psychoanalysis. Culture. Dissertation (Masters Grade).

“A mulher analista, era o que dizia Freud, se sai melhor desempenhando a tarefa a que foi destinada pela biologia – a de mãe.”

Peter Gay

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 A MATERNIDADE E O FEMININO NA FICÇÃO E NA REALIDADE.....	16
1.1 Distopias	16
1.1.1 Admirável mundo novo	17
1.1.2 O conto da aia	20
1.2 Realidade e ficção, presente e futuro	23
1.2.1 O Admirável mundo novo e novas tecnologias reprodutivas	23
1.2.2 O conto da aia e os discursos conservadores atuais.....	30
CAPÍTULO 2 A INVENÇÃO DA MATERNIDADE	37
2.1 De Eva a Maria	37
2.2 A coerção ao biológico ou “a história se repete”	39
2.3 A subversão do corpo histérico.....	42
2.4 As transformações da família e o papel dos corpos.....	44
2.5 A criança, a mãe e o médico	47
2.5.1 A criança	47
2.5.2 A aliança entre a mãe e o médico	52
2.6 Maternidade passional	56
CAPÍTULO 3 A PSICANÁLISE E A MATERNIDADE	59
3.1 Do mal moral ao mal psíquico: a questão do excesso materno	60
3.1.1 O pai na psicanálise	62
3.1.2. A “mãe crocodilo” de Lacan.....	63
3.2 Os efeitos práticos de um conceito	65
3.3 A psicanálise e sua penetração nos mecanismos de construção do social.....	68
3.3.1 A criança-sujeito freudiana.....	70
3.3.2 O feminino freudiano: monismo sexual e marca indelével da falta	72

3.4 A(s) mãe(s) freudiana(s)	76
3.4.1 Nutriz e devoradora	76
3.4.2 Encarnação da bondade e da pureza	83
3.5 A maternidade fora da lógica fálica	86
3.5.2 Outra compreensão do excesso materno.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103

INTRODUÇÃO

Na atualidade observamos o recrudescimento das discussões de temas relacionados à sexualidade e ao gênero, tais como o feminismo, a homofobia e as transexualidades. Nesse contexto, a maternidade, impulsionada pelas questões referentes ao feminismo – que vive hoje o que se chama sua “quarta onda” – tem sido um tópico bastante discutido. A estreita ligação entre o tema da maternidade e as tramas da sexualidade funciona como uma espécie de catalisador nesse campo de debates, inflamando as discussões.

A filósofa francesa Elizabeth Badinter (1980, 2011), a escritora e jornalista escocesa Aminatta Forna (1999) e, mais recentemente, a antropóloga israelense Orna Donath (2017), dentre outros autores, incrementam os debates sobre a maternidade com obras tão respeitáveis quanto polêmicas. Seus trabalhos, pautados em ricas e minuciosas pesquisas, mostram como as mulheres foram – e ainda são – vítimas da ideologia segundo a qual a maternidade seria o destino feminino por excelência. Uma ideologia que, acreditamos, tem sustentado através dos séculos duas dimensões às quais a mulher e a mãe são permanentemente referidas: a do *excesso* e a da *pureza*.

Ao trabalharmos as linhas de força que sustentam essa crença, mostraremos como o discurso psicanalítico não só foi tributário da ideia de que a mulher deve ser mãe, como também contribuiu para sua consolidação na cultura. Para isso, percorreremos os caminhos que evidenciam essa influência recíproca, dando destaque às dimensões do excesso e da pureza que, a nosso ver, atravessaram significativamente o pensamento de Freud acerca do feminino e da maternidade.

Veremos que um século depois da construção das teorias freudianas sobre a mulher e a maternidade, nas quais essas figuras aparecem praticamente indissociadas, dois novos elementos atizam o fogo dos debates atuais. Um deles é a separação entre sexo e reprodução – resultante tanto de transformações sociais no campo da família e da subjetividade quanto de evoluções científicas no campo da reprodução e da filiação –, a qual contribui para modificações importantes em relação ao desejo feminino pela maternidade e suas condições de realização. Outro elemento é a recente onda de discursos conservadores ao redor do globo, em cenários políticos e sociais que não excluem o Brasil, através da qual se difunde uma moral conservadora que tem a pretensão de ditar qual seria a natureza feminina em sua essência. Se o campo da ciência, em uma vertente, pode contribuir na atualidade para a

disjunção entre mulher e maternidade, o discurso conservador, na direção oposta, prega que a mulher nasce para ser mãe.

Nesse campo de discussões, diversas áreas do conhecimento têm se dedicado a analisar as dimensões psíquicas, sociais e políticas do tema da maternidade, assim como dos demais temas que lhe são correlatos, como indicamos acima. O intuito é compreender os efeitos, nas sociedades ocidentais contemporâneas, das transformações dos gêneros e das sexualidades a que assistimos nas últimas décadas, ligadas diretamente ou não ao desenvolvimento científico. Dentre essas áreas, a arte não se furta a dar sua contribuição, especialmente pela via da literatura. Segundo Candido (2011), cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com seus impulsos, suas crenças e suas normas, a fim de fortalecer em cada um a presença e atuação destes. O autor observa que os valores que a sociedade preconiza, ou mesmo aqueles que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, de modo que “a literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” (CANDIDO, 2011, p.175).

Freud (1926a/2014) também via na literatura um poderoso instrumento de análise do psiquismo e da cultura, considerando-a, aliás, indispensável para a formação do analista. Portanto, seguindo as indicações desses dois autores, cotejaremos duas obras literárias – *Admirável Mundo Novo* e *O Conto da Aia*. Esses dois livros jogam luz sobre duas diferentes facetas atribuídas à maternidade – o excesso e a pureza – que desejamos destacar para avançarmos neste trabalho. A primeira obra tem como cenário o contexto científico das tecnologias reprodutivas, enquanto a segunda se situa no campo do conservadorismo e do fundamentalismo religioso – ambas são tão paradoxais quanto atuais.

No primeiro capítulo, portanto, a partir das indicações de Candido (2011) e de Freud (1926a), ressaltaremos das referidas obras literárias as dimensões do excesso e da pureza e os contextos nos quais estão situadas. Em seguida, destacaremos a atualidade dessas obras, mostrando acontecimentos recentes da cultura em que o excesso e a pureza estão referidos à representação da maternidade. Constataremos com isso preocupante proximidade entre ficção e realidade, no que tange, em primeiro lugar, aos extraordinários avanços das Novas Tecnologias Reprodutivas e, em segundo, ao recrudescimento dos discursos conservadores fundados na moral religiosa. Apontaremos também que, carregada de contradições, a maternidade segue sendo instrumento eficaz tanto de controle do feminino quanto, paradoxalmente, do exercício e da afirmação de seu poder – e que no cerne dessa contradição localizamos o discurso psicanalítico freudiano sobre a maternidade.

Retrocedendo um pouco historicamente, no segundo capítulo destacaremos as condições de possibilidade da emergência histórica da psicanálise e, mais especificamente, as linhas de força que atravessaram o pensamento freudiano acerca do feminino e, conseqüentemente, da maternidade. Para isso, nos remeteremos aos processos históricos de transformação dos discursos que fizeram com que o corpo feminino passasse a estar à disposição de interesses coletivos complexos como o vigor de um povo e o crescimento de uma nação. Parte constituinte desses discursos se refere à passagem do modelo do sexo único – aquele no qual só há um sexo de referência, o masculino, sendo a mulher um ser classificado pela “diferença de graus” em relação ao homem – ao novo modelo, o da diferença sexual, no qual se aceita a existência de homens e mulheres com biologies diferentes entre si. Veremos também, sucintamente, como o novo corpo feminino foi parte estruturante do processo de mudança da sociedade pré-moderna para a sociedade moderna, algo que só foi possível graças à inversão da figura da mulher em seu oposto – de portadora de um *excesso* sexual maléfico foi alçada à condição de *perfeitamente adequada à maternidade*, em função da anatomia de seu corpo biológico, a qual foi usada como justificativa para sua suposta adequação à função materna. Será a flagrante complexidade da figura feminina presente no transcorrer dos processos históricos que identificaremos ao longo da obra freudiana, quando esse autor atribuir as dimensões de excesso e de pureza, de potência e de inocência, à figura da mulher e da mãe.

Já no terceiro capítulo começaremos a destacar algumas conotações particulares assumidas pelo discurso psicanalítico de acordo com sua inserção na atual tradição histórico-cultural. Apresentaremos como o discurso psicanalítico, sendo tributário das narrativas do excesso e da pureza maternas, as reiterou em suas teorias e práticas, atraindo para si críticas severas e originando conseqüências desfavoráveis à sua atuação como prática clínica. Mostraremos também que o sucesso da psicanálise foi decorrente, em grande parte, de seu rápido estabelecimento em um meio híbrido, composto pelas esferas públicas e privadas. Foi esse meio que possibilitou a penetração da psicanálise nos mecanismos de construção do social, através de suas concepções inéditas e decisivas acerca da criança e da mulher, dentre outras, fundamentadas sobre o paradigmático conceito de sexualidade infantil.

Ao avançar, ainda no terceiro capítulo, destacaremos como Freud, ao teorizar a sexualidade constituída em torno do operador fálico, destinou às mulheres um lugar de eterna inveja em relação aos homens, em que a maternidade seria a solução adequada para saturar a falta fálica estrutural daquelas. Essa forma de teorizar o feminino determinou para a mulher um lugar em que, no afã de seu desejo pelo filho-falo, ela o sobrecarrega com um querer

excessivo e asfixiante. Como contraponto a essa ideia, ao tratarmos das figuras maternas em Freud, citaremos os textos nos quais ele postula, paradoxalmente, a maternidade referida aos registros da potência e da fragilidade. Ao final do capítulo, indicaremos no interior da maquinaria freudiana uma forma alternativa de entender a maternidade, na qual a mãe, sem se limitar ao registro da falta fálica feminina, seria antes uma condição favorável à vida do infante, diante de sua condição inicial de desamparo primordial (*Hilflosigkeit*). E, por fim, admitindo uma vertente de excesso da posição materna, apresentaremos outra leitura, em que esse excesso seria decorrente da assimetria estrutural de poderes entre a mãe e o bebê. Nesse ponto, nos remeteremos à teoria de Jean Laplanche, na qual o excesso é alçado a uma condição traumática estrutural que é ao mesmo tempo estruturante.

Assim, faremos esse percurso, tendo como pano de fundo uma análise crítica da forma pela qual Freud teorizou o complexo de Édipo feminino – esse processo que teria a maternidade como seu desfecho mais adequado. Ao fim deste trabalho, esperamos que esteja claro que nosso objetivo não foi somente criticar o que nos parecem formulações datadas da teoria, mas também positivar a psicanálise e a maternidade no que elas têm de mais atual. Se essas formulações datadas têm consequências normatizantes, que se enraízam no solo epistêmico da psicanálise, tanto para a figura da mãe como para a noção da maternidade, almejamos, ainda, com este trabalho, outro objetivo: propiciar uma reflexão sobre o cruzamento potencialmente perigoso entre alguns aspectos da teoria psicanalítica e a maternidade na atualidade, de modo que não seja possível a existência de brechas para a aproximação da psicanálise com qualquer tipo de distopia.

CAPÍTULO 1

A MATERNIDADE E O FEMININO NA FICÇÃO E NA REALIDADE

1.1 Distopias

A primeira obra que trataremos é considerada um clássico da literatura de ficção científica. *Admirável mundo novo* (HUXLEY, 1932/2014) foi publicado na Inglaterra, em 1932, pelo inglês Aldous Huxley, e vendeu, já no ano de sua publicação, mais de um milhão de exemplares. A segunda obra sobre a qual nos debruçaremos é mais recente, mas não menos provocativa: *O conto da aia* (ATWOOD, 1985/2017) foi publicado pela canadense Margaret Atwood, em 1985, com sucesso imediato e absoluto de público e crítica.

Admirável mundo novo vendeu milhões de exemplares pelo mundo desde sua publicação, há mais de oito décadas, e ganhou, há quatro anos, nova edição no Brasil, enquanto *O conto da aia* foi reeditado recentemente em nosso país, tornando-se um dos livros mais comentados no mundo em 2017, ocupando posição de destaque nas listas dos mais vendidos em diversos países. Nos Estados Unidos, o livro deu origem a uma série de TV homônima, vencedora de diversos prêmios, além de ter sido o livro mais vendido naquele país em 2017 (THIS YEAR, 2017).

Como parecem comprovar as novas edições, esse *revival* não acontece sem razão. Ambos os livros são ficção distópica e têm em comum enredos sobre novas formas de organizações sociais controladas por governos totalitários em tempos futuros. Assim, diante da atual ascensão de discursos conservadores no Brasil e no mundo, o interesse pelas obras não parece ser casual. Embora os regimes totalitários retratados nos respectivos romances respondam a diferentes ordens de questões, a ideia de que no futuro os regimes de governo serão totalitários é um traço presente nos dois livros. No entanto, queremos apontar um aspecto menos óbvio – mas não menos importante – que as tramas dividem entre si e que será fundamental para a argumentação que desenvolveremos em nosso trabalho: o tema da maternidade.

Faremos, a seguir, um breve resumo dessas duas obras, com o objetivo de evidenciar os aspectos que dialogam estreitamente com alguns dos dilemas vividos na atualidade acerca das questões relativas à maternidade.

1.1.1 Admirável mundo novo

O romance narra uma história passada em um futuro muito distante, próximo ao ano 2500 ou mais, cerca de 600 da “Era Fordiana”, irônica alusão a Henry Ford (1863-1947), célebre empresário americano que revolucionou a indústria automotiva, no início do século XX, ao inventar um método de organização do trabalho industrial baseado na divisão de tarefas, fabricação em série e padronização das peças. Depois do fordismo, a produção de carros – mas não só – nunca mais foi a mesma, conduzida doravante por trabalhadores que se assemelhavam aos autômatos do filme *Tempos Modernos* (1935), de Charles Chaplin.

Nesse futuro distante, a Terra está dividida em dez grandes “Regiões Administrativas” e a população humana é formada por castas cujos traços físicos e psicológicos são determinados por engenharia genética. Nessa sociedade, a importância da ciência e da técnica é enorme, pois são elas que possibilitam, dentre outras características, o programa de condicionamento integral sobre o qual está assentada sua organização social e econômica. Assim, é o trabalho desenvolvido nos laboratórios, extremamente organizados e assépticos, que define quem será destinado aos serviços braçais e de massa – os “pouco dotados” –, e quem ocupará posições mais sofisticadas ou de comando.

Esse modo hierarquizado de organização social tem seu principal alicerce na reprodução via ectogênese, isto é, na técnica de gestação do ser humano em úteros artificiais desde a fecundação até o nascimento. O processo de condicionamento se inicia logo após o nascimento, baseado na doutrinação pela “hipnopedia” – técnica de transmissão de informações durante o sono – e pela utilização de choques.

A nova ordem mundial, portanto, é ditada desde cedo aos futuros adultos de forma sub-reptícia, de modo que eles a introjetarão sem opor quaisquer resistências; pelo contrário, não terão meios para pensar que outra organização seria possível. É a égide da “estabilidade” que é criada com esse método, de forma que não há lugar para *excessos* que desestabilizem a ordem, nem para *intensidades* que perturbem a rígida organização. Quando os há, o uso do “soma” – droga sintética – elimina qualquer tensão nascente, transportando os adultos para uma espécie de mundo lisérgico de prazeres sensoriais, sem espaço para qualquer tipo de mal-estar. Assim, é no sentido de coibir qualquer elevação das intensidades que a repressão dos impulsos é, paradoxalmente, desestimulada, pois,

[...] reprimido, o impulso transborda, e a inundação é sentimento; a inundação é paixão; a inundação é loucura: tudo depende da força da corrente, da altura e da resistência do dique. O curso da água não contido flui

tranquilamente pelos canais que lhe foram destinados, rumo a uma calma euforia (HUXLEY, 1932/2014, p.63).

É com esse objetivo que o sexo e a promiscuidade são estimulados, a monogamia é contraindicada e as relações familiares são abolidas. Não há, portanto, os papéis de *pai* e *mãe*, nem de outros familiares. Quando essas figuras são lembradas ou mencionadas, como “fatos do passado” evidentemente, o são como aberrações e inadequações que beiram a “animalidade”. É por isso que as crianças são educadas em “Centros de Condicionamento” por funcionários do Estado, até chegarem à idade em que poderão cumprir de forma independente seus papéis sociais pré-determinados.

No desenrolar da história há severas críticas ao “mundo incivilizado” de outrora, bem como uma exaltação ao mundo do progresso científico e da tecnologia que o acompanha. Não esqueçamos que o romance foi publicado em 1932, pouco depois da crise de 1929 e um ano antes da ascensão de Hitler ao poder na Alemanha. As sociedades ocidentais dessa época, portanto, oscilavam entre a crença no progresso infinito, baseado no positivismo do conhecimento científico, e entre os ideais democráticos. Não nos estenderemos nessa contextualização histórica do livro de Huxley, mas é importante salientar que esse romance distópico apresenta uma série de críticas ao momento histórico em que foi criado.

Dentre essas críticas, uma especialmente nos interessa destacar agora, pois será fundamental para articularmos com o outro livro que abordaremos e com a questão maior de nosso trabalho: como o romance antecipa de forma magistral os desenvolvimentos da tecnologia reprodutiva, um retrato da *maternidade* que aparece repetidas vezes na história. As mulheres terem sido vivíparas – gestarem, parirem, amamentarem e, escândalo maior, investirem afeto aos filhos – é considerado uma indecente vergonha, pois a gestação contém “aspectos repugnantes, imorais e pornográficos” (HUXLEY, 1932/2014, p.185). Por essa razão, as mulheres são geneticamente manipuladas para serem “neutras”, isto é, estéreis. Há muitas referências, em diversos momentos da trama, à “indecência” da relação mãe-filho e à “obscenidade” da palavra mãe. “Dizer que era mãe – aquilo já passava dos limites do gracejo: era uma obscenidade” (HUXLEY, 1932/2014, p.187). No rol de repulsas dessa sociedade, a maternidade ocupa o mesmo lugar de terror junto à velhice e à doença. Ser mãe ou ter uma mãe é um ultraje imperdoável na civilização imaginada por Huxley.

A insistente crítica à maternidade nos chama a atenção e nos coloca a questão sobre o que, afinal, haveria de tão horroroso na relação da mãe com o seu filho. De algumas cenas narradas, é possível depreender que o alarmante deriva, principalmente, do aspecto *carnal* que liga os corpos de mães e filhos. Em dado momento da trama, visitando a “reserva”, um dos

personagens assiste ao que ele chama de “revoltante espetáculo vivíparo” (HUXLEY, 1932/2014, p.139), que é a cena de uma mãe – uma “selvagem” – amamentando seu bebê. Após o susto, e apesar da vergonha, o personagem fala à mulher que o acompanha, como se algo escapasse pelas brechas do condicionamento:

Que relações maravilhosamente íntimas! E que intensidade de sentimentos devem criar! Penso que talvez tenha nos faltado algo por não termos tido mãe. E talvez também tenha faltado alguma coisa a você por não ser mãe, Lenina (Id, *ibid.*, p.149).

Essa fala revela o motivo pelo qual a mãe seria algo tão indecente, revoltante e perigoso naquela civilização: o vivíparo humano estabelece relações de intimidade que são mediadas pelos corpos, cujas trocas afetivas carregam a força da intensidade. Nessa mesma linha, outro personagem afirma com perplexidade:

Insanamente, a mãe cuidava de seus filhos (*seus* filhos)... cuidava deles como uma gata cuida de seus filhotes... mas como uma gata que falasse, uma gata que soubesse dizer e repetir uma e muitas vezes [...]: “Meu filhinho, oh, oh, ao meu seio, as mãozinhas, a fome, este *prazer* indescritivelmente doloroso! Até que, finalmente, meu filhinho dorme [...] com uma bolha de leite branco no canto da boca (Id., *ibid.*, p.59).

Presente não só em relação à figura materna, a inadequação e o excesso se estendem ao lar inteiro, lugar por excelência das trocas afetivas familiares. Afinal, “o lar era sórdido psíquica e fisicamente” (Id., *ibid.*, p.59), e portanto o relacionamento entre os membros do grupo familiar só poderia ser igualmente perigoso e insensato, marcado por “intimidades sufocantes” (HUXLEY, 1932/2014., p.59).

Os vínculos afetivos de forma geral, não só entre os membros da mesma família, representam um perigo a essa civilização, pois, com o afeto que trazem consigo, põem em risco a *estabilidade* sobre a qual se assentam os alicerces de tal civilização. A relação afetiva, com suas cargas de amor, ódio, raiva etc., perturbaria a engrenagem da nova ordem mundial, em que cada indivíduo ocupa um lugar que lhe foi designado antes mesmo de sua “decantação” – não havia mais nascimentos, estes apenas existiam em áreas apartadas das cidades, chamadas de “Reservas”, onde habitavam os “selvagens”, os remanescentes dos humanos de outrora. O “Administrador Residente da Europa Ocidental” – uma das dez “Regiões Administrativas” – explica por que a existência de vínculos afetivos – familiares ou não – perturbaria esse processo:

O mundo agora é estável. As pessoas são felizes, têm o que desejam e nunca desejam algo que não podem ter. Sentem-se bem, estão em segurança; nunca adoecem; não têm medo da morte; vivem na ditosa ignorância da paixão e da velhice; *não se acham sobrecarregadas de pais e mães; não tem esposa nem*

filhos, nem amantes por quem possam sofrer emoções violentas [...]
(HUXLEY, 1932/2014, p.264, grifo nosso).

As rodas desse mundo precisam girar constantemente, mas isso só é possível se houver indivíduos encarregados de fazê-lo. Os vínculos afetivos, com suas inevitáveis perturbações, desviariam a atenção dessa tarefa, como explica o Administrador Residente em outro trecho: “Gritando: ‘*Meu filhinho, minha mãe, meu tudo, meu único amor*’; gemendo: ‘Meu pecado, meu Deus terrível’; urrando de dor, delirando de febre, lamentando a velhice e a pobreza – *como poderiam cuidar das engrenagens?*” (Id., *ibid.*, p.64. Grifos nossos).

Assim, uma das bases dessa nova civilização, que sustenta a ordem mundial e o “Soberano Bem”, é a supressão de qualquer vínculo afetivo, sobretudo aquele oriundo dos relacionamentos entre pais e filhos. Mas há uma diferença que não pode ser negligenciada nesse ponto e que é fundamental para nosso trabalho. Quando um personagem – o “Selvagem” – se dirige pela primeira vez ao “Diretor de Incubação e Condicionamento”, chamando-o de “meu pai”, as pessoas que assistem à cena não ficam horrorizadas, mas desabam em gargalhadas estrondosas, pois essa expressão

[...] não era uma expressão tão obscena; mais afastada dos aspectos repugnantes e imorais da gestação, era simplesmente grosseira, era antes uma inconveniência escatológica do que pornográfica [...]. (Id., *ibid.*, p.185).

A figura do pai, portanto, não é tão ultrajante como a figura materna. É apenas a relação mãe-filho que comporta a dimensão de *obscenidade* e *pornografia*, pois é uma relação perpassada pelo vínculo *carnal*, em que há troca de substâncias corporais, de afetos e de intensidades. É justamente a intensidade do vínculo com o outro – sobretudo o carnal com a figura da mãe – que traz em si o perigo que o programa de condicionamento humano, através das tecnologias reprodutivas e, portanto, da supressão da maternidade, tenta a todo custo evitar.

1.1.2 O conto da aia

Esse romance, cuja história também se passa no futuro, é sobre a República de Gilead, uma teocracia cristã que se formou no território dos Estados Unidos da América. Após um golpe de Estado disfarçado de ataque terrorista, ter assassinado o presidente e os congressistas americanos, a constituição é suspensa sob pretexto de restauração da ordem. O movimento fundamentalista cristão, responsável pelo golpe, estabelece um modelo hierárquico, militar e totalitário de fanatismo religioso inspirado no Antigo Testamento.

Nesse modelo, castas sociais são criadas e os direitos civis são severamente limitados. Mas os direitos das mulheres são ainda mais restritos, a tal ponto que elas são proibidas de ler, sob pena de terem suas mãos cortadas caso desobedeçam a essa regra. A restrição relativa às mulheres é tão intensa que elas são divididas em grupos com funções sociais bem determinadas: as “Esposas” inférteis dos comandantes políticos; as “Marthas”, também inférteis e destinadas ao cuidado dos afazeres domésticos; as “Aias”, a minoria fértil que restou após sucessivas tragédias ambientais; e as “Tias”, igualmente inférteis e responsáveis pelo cuidado e treinamento das Aias. Todas são obrigadas a usar uniformes, cada casta com sua cor específica.

O uniforme das Aias é vermelho. Elas são tuteladas pelo Estado e cuidadas e treinadas, como dissemos, pelas Tias. O treinamento, baseado em doutrinação religiosa e violência física, tem o objetivo de fazê-las “reaprender” seu destino biológico e natural: a procriação. Assim, as Aias servem como uma espécie de “útero ambulante”, cuja função única é gerar filhos para as castas de políticos em um ritual grotesco de fecundação com características de violência sexual. Essa prática é inspirada e justificada por uma passagem do Antigo Testamento:

Vendo, pois, Raquel que não dava filhos a Jacob, teve Raquel inveja de sua irmã e disse a Jacob: Dá-me filhos, se não morro. Então, se acendeu a ira de Jacob contra Raquel e disse: Estou eu no lugar de Deus, que te impediu o fruto de teu ventre? E ela disse: Eis aqui minha serva, Bilha; entra nela para que tenha filhos sobre os meus joelhos, e eu, assim, receba filhos por ela (GÊNESIS, 30:1-3 *apud* ATWOOD, 1985/2017).

Se a concepção ocorre e, após a gestação, a Aia pare um bebê, ela permanece na casa do “Comandante” alguns meses para cumprir o período de amamentação. Contudo, a criança fica sob os cuidados da esposa do Comandante, já que a Aia continua sendo apenas parte de um organismo ambulante, agora um seio que alimenta. Findo esse período, o bebê é entregue definitivamente para o casal e a Aia estará pronta para ser usada novamente por outros casais que necessitem de seus serviços, e assim sucessivamente.

Na República de Gilead, as mulheres ainda férteis são levadas a acreditar que têm valor supremo, pois sua “natureza biológica” seria um dom divino que lhes garantiria respeito e proteção pela nova lei dos homens, aprovada após o golpe de Estado. Possuir um útero sadio seria uma espécie de dádiva, pois os índices de infertilidade chegaram a números alarmantes em decorrência dos elevados níveis de poluição e radiação do ar, do solo e das águas. Nessa sociedade, as chances de uma mulher parir uma criança saudável são de apenas uma em cada quatro.

É nesse contexto que o sistema de lavagem cerebral exercido sobre as Aias tem o intuito de fazê-las aceitar que seus sofrimentos e suas abnegações são, na verdade, uma oportunidade de redenção que lhes é oferecida, e pela qual elas deveriam ser gratas. Antes da criação da República de Gilead, a Terra estaria, segundo a casta dos políticos, mergulhada em um mundo de pecados: homossexualidade, hedonismo dos costumes, hipersexualização feminina etc. Mas teria sido, sobretudo, a recusa à reprodução, manifestada por muitas mulheres, a responsável pelos números altíssimos de interrupção da gravidez e pelas vertiginosas quedas nos índices de natalidade. Sobre os costumes pecaminosos antes da criação da República de Gilead, uma Tia fala:

A maneira deplorável e exibida com que as mulheres costumavam se comportar. Passando óleo no corpo como se fossem carne assada num espeto e de costas e ombros nus, na rua, em público, e as pernas, sem nem sequer meias finas a cobri-las, não é de admirar que aquelas *coisas* costumassem acontecer (ATWOOD, 1985/2017, p.69, grifo nosso).

Assim, a estrutura desse novo corpo social, sem espaço para os excessos do passado, tem seu fundamento na crença de que as mulheres férteis devem ser protegidas para que cumpram seu destino biológico em segurança, ainda que isso as transforme em escravas sexuais para fins de procriação. Se o que interessa acima de tudo é a reprodução da espécie, não há lugar para a sexualidade feminina em sua dimensão erótica. Pelo contrário, o prazer feminino é visto como uma ameaça à função reprodutiva, como exemplificam as palavras de uma Aia:

É proibido para nós estarmos sozinhas com os Comandantes. Somos para fins de procriação. [...] Somos úteros de duas pernas, apenas isso: receptáculos sagrados, cálices ambulantes (Id., *ibid.*, p.165).

Paradoxalmente, mesmo que as mulheres estejam divididas em grupos com papéis definidos, que não possam exercer sua sexualidade e que sejam transformadas em escravas sexuais, os crimes cometidos contra elas passam a ser severamente punidos. Crimes antes corriqueiros, como o estupro, são passíveis de morte por enforcamento e fuzilamento, com exposição posterior do corpo em praça pública, de modo que sirva de exemplo aos cidadãos.

É a aliança entre o fundamentalismo cristão e a crença essencialista de que a função feminina é restrita à procriação, devido a sua capacidade natural de gerar, que sustenta a República de Gilead. A importância capital desta crença fica evidente no fim da história. Nas últimas páginas descobre-se que as novas tecnologias reprodutivas para contornar o problema da infertilidade existiam e que poderiam sanar parte do problema; no entanto, são estritamente proibidas pelo regime fundamentalista sob a alegação de que, para ser considerada divina, a

concepção deveria ser natural. Assim, engana-se quem, no decorrer da leitura, pensa que os fins poderiam justificar os meios, pois em face da crise da fertilidade, as práticas sustentadas pelo regime seriam a única maneira de salvar a raça humana.

No fundo, o que está em jogo na República de Gilead é a dominação da alma e do corpo da mulher, em virtude da sua capacidade biológica de gerar. Pela contundente negação das novas tecnologias reprodutivas, ou de qualquer outro recurso tecnológico que pudesse diminuir o problema da infertilidade, o regime fundamentalista sustenta o horror através do essencialismo do corpo biológico.

1.2 Realidade e ficção, presente e futuro

Evidentemente as obras abordadas são ficções, mas de modo algum estão distantes do que vivemos hoje no campo da cultura e no campo das tecnologias reprodutivas. Por certo, esse fato explica o *revival* do livro de Aldous Huxley e o sucesso da obra de Margaret Atwood.

Analisando o tema da maternidade nessas duas obras, é possível perceber que, se em *Admirável mundo novo* o vínculo do infante com o corpo materno é excessivo, perigoso e obscuro – portanto totalmente abolido do campo da reprodução –, em *O conto da aia* esse vínculo é não somente afirmado e purificado, mas levado às raias de uma ideologia que, paradoxalmente, escraviza sexualmente o corpo feminino para fins reprodutivos. Assim, o que existe na negação da primeira obra é a imagem invertida do que se afirma na segunda.

1.2.1 O Admirável mundo novo e novas tecnologias reprodutivas

No mundo imaginado por Huxley, a reprodução humana é controlada completamente por aparatos tecnológicos, de modo que a filiação é abolida, assim como as relações de parentesco. É a invenção de uma realidade que nos remete ao cenário cada vez mais prodigioso das novas tecnologias reprodutivas que despontam na atualidade.

Como observa Perelson (2010), Freud afirmou há mais de cem anos, que um dos maiores trunfos que a humanidade poderia alcançar seria o de “elevar o ato responsável de procriar filhos ao nível de uma atividade deliberada e intencional, libertando-o dos embaraços acarretados pela satisfação necessária de uma necessidade natural” (FREUD *apud* PERELSON, 2010, p.165). Quem realizasse esse feito preservaria o prazer da vida e manteria

a saúde de inúmeras pessoas, além de pavimentar a estrada; para uma “drástica mudança em nossas condições sociais” (BIRMAN, J.; FORTES, I. & PERELSON, 2010, p.166).

Pouco mais de 50 anos depois, sua expectativa começou a se transformar em realidade. Em 1951, foi inventada a primeira pílula contraceptiva, tornando possível, então, a separação entre sexo e reprodução. Essa invenção possibilitou, por um lado, a desvinculação do prazer sexual dos riscos da reprodução e, por outro, transformou esta última em uma atividade deliberada e intencional (BIRMAN, J.; FORTES, I. & PERELSON, 2010).

Mas a “drástica mudança” vislumbrada por Freud (1898/1986) estava apenas começando. As transformações sociais oriundas do movimento de liberação sexual das mulheres, assim como sua nova inserção no mercado de trabalho, possibilitada pelo impedimento da gravidez mudam de forma definitiva o universo das relações parentais, dos códigos familiares e do cenário reprodutivo. Assim, o desenvolvimento da medicina de reprodução, que teve na invenção da pílula anticoncepcional seu primeiro grande feito, permite a exploração não apenas das técnicas de contracepção, mas também das *técnicas de concepção*. Como refere também Perelson (2006), recorrendo aos termos de Corrêa, a ciência das tecnologias reprodutivas passou a englobar

Um conjunto de técnicas de tratamento paliativo que, visando à fecundação, substituem a relação sexual em condições de in ou hipofertilidade humana. Envolvem a intervenção, no ato da fecundação, de um terceiro sujeito, o médico, e às vezes de um quarto, o doador do material reprodutivo (óvulos e/ou espermatozoides), embriões ou útero, tratando-se no último caso de uma doação temporária, de empréstimo ou aluguel (CORRÊA, 2001 *apud* PERELSON, 2006, p. 27).

Com os mais recentes avanços na medicina reprodutiva, a mudança prevista por Freud ganha novos contornos de *drasticidade*, já que eles “não apenas liberam o exercício da sexualidade dos riscos da procriação, como também desvinculam a própria procriação do ato sexual” (BIRMAN, J.; FORTES, I. & PERELSON, 2010, p.166) – uma operação com importantes e inéditas consequências.

A partir dos métodos contraceptivos e da liberação sexual, a decisão de ter filhos passou a ser consciente e programada, na qual o acaso desempenha papel cada vez menor. Com as novas tecnologias reprodutivas, o caráter voluntário dessa decisão se radicaliza, pois torna possível decidir não apenas *quando* se quer ter filhos, mas *como* tê-los. E as opções atualmente não são poucas: em idade fértil ou na menopausa; com seus próprios óvulos ou com os de outra mulher; em seu próprio ventre ou em outro; com o sêmen do marido ou de um doador; com um doador conhecido ou desconhecido; com sexo ou sem, etc. Assim, as novas tecnologias reprodutivas não apenas radicalizam o caráter voluntário da experiência de

ter filhos, como também “despedaçam a experiência reprodutiva, tornando possível fazer uma criança fora do sexo e fora do corpo” (PERELSON, 2006, p.28).

Esse admirável panorama em que se pode escolher o modo de “fabricação” dos filhos revela o que tem se tornado cada vez mais corrente na reprodução assistida: o desejo de ter filhos a qualquer preço, para “além dos limites do que é subjetiva, social e eticamente aceitável” (Id., *ibid.*, p.29). Por exemplo, ter filhos “fabricados” com o sêmen do marido morto, ter filhos incestuosos – no sentido biológico, não sexual –, ter filhos de uma mulher virgem ou na menopausa etc. É nesse contexto que Perelson (2006) destaca que “os vários arranjos oferecidos pela medicina reprodutiva e demandados por aqueles que a buscam produziram um encontro entre demandas caprichosas, de um lado, e respostas perversas, do outro” (Id., *ibid.*, p.29).

No rol dessas respostas, uma delas virou notícia no fim de 2018 (O DILEMA, 2018), colocando em questão um limite ético dentro da comunidade científica. Um cientista chinês removeu uma proteína do DNA dos embriões de duas irmãs gêmeas para impedir que elas contraíssem o vírus HIV. O avanço da ciência já permite a aplicação da engenharia genética em plantas, animais e até no próprio ser humano, contudo a modificação genética de embriões é uma linha que, até então, não havia sido ultrapassada. O que está em jogo aí é a modificação do código genético de futuras gerações, e não mais apenas do DNA de uma única pessoa. Em muitos países, essa prática é proibida, permitindo que ferramentas de edição genética sejam usadas somente em células adultas não reprodutivas. No Reino Unido, por exemplo, cientistas podem fazer pesquisas de edição genética em embriões descartados de fertilização *in vitro*, mas é proibido permitir que se desenvolvam em um feto.

O cientista responsável pela modificação genética afirma que conduziu o trabalho sem o conhecimento da faculdade em que leciona, e a instituição declara que pretende investigá-lo por violações acadêmicas. Ele se defende afirmando que sua intenção, com essa iniciativa, foi a criação de crianças que não sofram com doenças, e não a criação de bebês customizados com determinada cor de olhos ou QI alto.

No entanto, sabemos que a linha que separa esses dois campos é bastante tênue. Hoje, nos casos de inseminação artificial com doador anônimo, é possível escolher características fenotípicas específicas do doador, de modo que a criança tenha mais chances de nascer com as características previamente determinadas. No Brasil, um relatório da Agência Nacional de Vigilância Sanitária divulgou que houve um aumento de 2.500% na importação de sêmen entre os anos de 2011 e 2016. Quanto às características fenotípicas, em 52% das amostras seminais importadas, de 2014 a 2016, a cor azul dos olhos foi a predominante (ANVISA,

2017), evidenciando uma preferência expressiva por determinada característica, já que há mais três cores de olhos presentes no relatório.

É importante lembrar que nenhuma geração antes da nossa teve o poder de congelar a sua descendência, de estocá-la, de escolher seus caracteres e, ainda que apenas de maneira ilusória, decidir quando e com qual filho – refiro-me aqui ao filho imaginado – encontrar. Parece-nos que o que a ciência não cessa de oferecer é a ilusão do verdadeiro “reencontro com o objeto” uma vez perdido (FREUD, 1905/1976). Assim sendo, perguntamo-nos: como fica, nesses casos, o inevitável desencontro com o objeto filho? Como consequência dessa novidade, Perelson (2006) faz uma referência à tese de Chatel, afirmando que a exclusão do acaso – o desligamento dos laços entre corpo e palavra, entre erotismo e parentalidade –, acaba por transformar a nova lógica da procriação medicamentalizada em uma fábrica de infertilidade subjetiva.

Dos inúmeros avanços das tecnologias reprodutivas, um deles em especial parece extraído diretamente do *Admirável mundo novo*, impondo-nos sérios questionamentos: a possibilidade da prática da ectogênese. No livro *Útero artificial*, Henri Atlan, biólogo e filósofo francês, sustenta que ao expor as condições atuais da ectogênese¹ – o modo de fabricação de seres humanos na civilização imaginada por Huxley há mais de oitenta anos – vemos a capacidade do método de transitar entre o totalitarismo eugênico e o liberalismo individualista, além de repercutir, de várias maneiras, em diferentes correntes feministas (ATLAN, 2006).

Como mostra Atlan, a ectogênese parece estar saindo da ficção para a realidade. O processo completo ainda não é possível, atualmente a implantação do ovo fecundado no útero feminino ainda é necessária para que o feto se desenvolva e possa nascer, mas as técnicas de reprodução *in vitro* já existem, e são cada vez mais populares e acessíveis, com o intuito de remediar esterilidades femininas e masculinas de todo tipo. Assim, se a fecundação do óvulo pelo espermatozoide é efetuada corriqueiramente em laboratórios, podemos considerar que a primeira etapa do processo de ectogênese já ocorre. O processo completo implicaria que a gestação fosse realizada, *do princípio ao fim*, em uma espécie de incubadora que funcionasse como um útero (ATLAN, 2006).

Mesmo que o processo ainda não seja dominado, dois momentos da gravidez já podem ser reproduzidos fora do útero da mulher: até o quinto dia e a partir da vigésima quarta semana. No primeiro caso, após a fertilização *in vitro*, o ovo fecundado pode se desenvolver

¹Técnica de gestação do ser humano em úteros artificiais desde a fecundação até o nascimento.

no laboratório até o estágio de blastocisto², antes da implantação no útero. No segundo caso, a partir da vigésima quarta semana, os bebês prematuros podem ser mantidos em incubadoras, de modo que continuem se desenvolvendo até o momento do nascimento (ATLAN, 2006). Dessa forma, hoje, das 40 semanas necessárias para que o feto se desenvolva a termo, quase metade já pode acontecer fora do útero.

Os especialistas ainda não determinaram quanto tempo levará para que o projeto da ectogênese seja concluído completamente, mas Atlan (2006) afirma que, como tais dificuldades não são de caráter estrutural, certamente serão superadas em médio prazo. Segundo o autor, o problema maior reside na dificuldade técnica de reproduzir artificialmente um conjunto de membranas e de mecanismos de trocas que garantam o funcionamento da placenta, do líquido amniótico, das membranas e das paredes do útero. Dito de outro modo, a dificuldade consiste essencialmente na fabricação de um ambiente artificial que reproduza o meio no qual o embrião e o feto irão se desenvolver – ambiente sofisticado no qual se dá as finas trocas com o sangue materno controladas pela placenta. Assim, é uma questão de tempo que o processo gestacional possa ser produzido artificialmente fora do corpo feminino.

Atlan (2006), ao problematizar diversos aspectos suscitados pelo prenúncio dessa técnica, faz a ressalva de que os avanços que possibilitarão seu surgimento não estarão dissociados do ambiente social que os circunda. Um desses aspectos nos interessa especialmente, pois diz respeito às representações que as mulheres terão da maternidade no caso da vulgarização da ectogênese. Segundo o autor, um dos benefícios que a ectogênese traria ao sexo feminino, na esteira da revolução sexual feminina, que já separara antes sexualidade e reprodução, seria uma liberdade ainda maior em relação à reprodução. Traria também mais igualdade entre os sexos nas questões relativas à procriação, tema amplamente abordado nas discussões atuais relacionadas ao gênero e à sexualidade. Por outro lado, Atlan (2006) acredita que rapidamente a ectogênese seria o resultado de escolhas ideológicas, afetivas ou estéticas das mulheres, de modo que ter um filho gerado no próprio ventre seria apenas uma escolha entre outras, assim como se escolhe atualmente a cesariana no lugar do parto natural, ou a mamadeira no lugar da amamentação. Mas haverá uma radicalidade inédita com o advento da ectogênese, pois “de maneira muito mais radical que com o aleitamento artificial, o elo inicial das crianças com a mãe, estabelecido desde a noite dos tempos pela

²Um blastocisto é uma estrutura de algumas dezenas de células produzida normalmente por divisões sucessivas do óvulo fecundado aproximadamente cinco dias depois da fecundação. As células são organizadas em torno de uma cavidade central que contém uma massa de células particulares a partir das quais se constituem o embrião propriamente dito e depois o feto, desde que, evidentemente, o blastocisto esteja implantado no útero e nele se desenvolva normalmente (ATLAN, 2006).

gravidez e pelo parto, será rompido” (ATLAN, 2006, p.78). Assim, sem o constrangimento que a gravidez e o parto impõem às mulheres, os dois sexos a partir de então terão que construir representações sobre maternidade e paternidade de maneira similar. Atlan é categórico ao afirmar que num eventual advento da ectogênese, as condições da maternidade se tornariam muito próximas da paternidade, fazendo esmaecer a diferença entre os sexos no âmbito da procriação, lugar onde, desde a aurora dos tempos, a percebemos de forma mais intensa. A divisão ontológica irreduzível que a cultura ocidental atribui à diferença entre os sexos a partir do papel desempenhado na reprodução, teria chance de se tornar obsoleta, ou ao menos seria bastante relativizada. Justamente por isso, as consequências mais importantes da ectogênese certamente atingirão as mulheres – as mães –, pois o conteúdo das representações que têm alimentado até hoje seu sentimento materno será de algum modo “descarnalizado”. A supressão da gravidez e do parto abalaria a realidade psíquica da maternidade, “podendo provocar, se não o desaparecimento de qualquer sentimento maternal, pelo menos modificações profundas na maneira que a mulher terá de conceber e viver uma eventual maternidade” (Id, *ibid.*, p.84).

A nosso ver, essa hipótese é tão instigante quanto arriscada, pois impõe de saída a ideia de que as representações da maternidade seriam construídas obrigatoriamente pelo atravessamento do corpo e pelo processo da gestação. É fato que o psíquico está inscrito na materialidade do corpo, mas considerar possível o “desaparecimento de qualquer sentimento maternal” como consequência da supressão da gravidez e do parto é desconsiderar a gama de arranjos possíveis na construção das representações psíquicas sobre a maternidade, que, ainda que não estejam dissociadas do corpo, não lhe são redutíveis.

Determinados casos frequentes no campo da reprodução e da experiência da maternidade mostram de forma cristalina como as representações da maternidade – dentre elas o chamado “sentimento maternal” – não podem ser reduzidas ao essencialismo biológico. É o caso, por exemplo, de mulheres que gestam, dão à luz e não investem o bebê com nada próximo ao tão necessário “sentimento maternal”; ou ainda os episódios não raros de negação da gravidez, em que a mulher nega tal condição e, não percebendo os sintomas da gestação, dá à luz a uma criança sem essa ter estado presente no imaginário materno anteriormente; e, finalmente, o caso das mães adotivas, que, ao esperarem demasiadamente por um filho, encontram representações da maternidade fora da experiência corporal da gravidez. Em relação à adoção, vale referirmo-nos também aos casos de homoparentalidade monoparental, aqueles em que a adoção é solicitada por uma pessoa – no caso, aqui, um homem – homossexual solteira. Com esses casos, podemos constatar que um homem também pode dar

provas de maternagem. É o que mostra um relatório da psicologia sobre um requerente nessas condições que pleiteava uma adoção:

[...] considera-se uma pessoa amorosa o bastante para suprir as necessidades afetivas de uma criança [...] muito comunicativo o requerente demonstra *capacidade de maternagem*, expressando com facilidade seus afetos (UZIEL, 2007, p.144, grifos nossos).

Assim, a passagem do filho pelas entranhas da mãe não parece ser a única possibilidade de construção das representações psíquicas da maternidade, ainda que, obviamente, não possamos dizer que ela seja irrelevante. De qualquer modo, o que está se concretizando a olhos vistos é uma realidade na qual a assimetria dos sexos no campo da reprodução poderá desaparecer; assim, a diferença entre os papéis dos genitores paterno e materno ficará esmaecida, papéis que, segundo Atlan, seriam reduzidos “ao fornecimento de células com vistas à fecundação” (ATLAN, 2006, p.103).

É fato conhecido, por meio de abundantes pesquisas etnológicas, que a gama das estruturas sociais e familiares inventadas pelas sociedades humanas é bem diversa. No entanto, Atlan (2006) acredita que a invariante da reprodução sexuada e da assimetria materna, desde a origem dos tempos, constituiu uma coerção de base, em torno da qual variações estruturais se delinearam. O autor aposta que se amanhã essa invariante desaparecer,

[...] então de maneira aparentemente paradoxal, a hipermedicalização da procriação chegará a desbiologizar as relações dos pais, entre eles e com seus filhos. Continuando e concluindo uma transformação já iniciada, a parentela será cada vez mais social e cada vez menos biológica (ATLAN, 2006, p.104).

Diante desse cenário, tão inusitado quanto possível, aquilo que o biólogo e filósofo acredita ser um problema no futuro próximo, caso a ectogênese se torne realidade, é exatamente o contrário do que o ficcionista Huxley preconiza em seu futuro distópico. Com efeito, se Atlan teme o desaparecimento do sentimento privilegiado, iniciado na gestação, que liga a mãe ao filho, no romance de Huxley, essa dissolução é exaltada, encontrando justamente nessa ausência a base para a felicidade no seu modelo de sociedade.

Positiva ou negativamente, a depender do ponto de vista – no universo ficcional ou nas previsões de um cientista –, o que está em questão, em ambos os casos, é a potência que excede a ligação corpórea, iniciada na gestação, entre mãe e filho. Essa potência, corolário da relação carnal, origina, no mundo ficcional de um, uma espécie de morte e, nas investigações científicas do outro, alguma possibilidade de vida.

1.2.2 O conto da aia e os discursos conservadores atuais

Se no romance de Huxley, a potência da ligação corpórea é condenável, na obra de Atwood acontece o contrário. Como já observamos, *O conto da aia* foi um dos livros mais comentados em todo o mundo no ano de 2017 e o mais vendido nesse período nos Estados Unidos (THIS YEAR, 2017). A trama deu origem a uma série de TV homônima, vencedora de diversos prêmios também em 2017. Todo esse clamor, é possível afirmar, deve-se à assustadora atualidade (ou atemporalidade?) do seu enredo: o fundamentalismo cristão e o exercício de sua violenta autoridade; a sexualidade como objeto de uma paranoica e intensa repressão; e, sobretudo, a constatação de como a potência existente na prerrogativa do corpo feminino em gestar ainda pode ser usada contra as mulheres, numa reedição trágica da história.

Margaret Atwood tem sido chamada para muitas entrevistas recentemente, pois seu livro, neste momento, faz o papel de escancarar o perigo por trás da atual ascensão de discursos conservadores ao redor mundo, sobretudo os propagados pelos atuais governos de extrema direita dos Estados Unidos e do Brasil. Em uma dessas entrevistas, a autora afirmou que ao escrever o livro se impôs uma regra: não incluiria nada no romance que os seres humanos já não tivessem feito em algum outro lugar ou época, ou para o qual a tecnologia ainda não existisse: “Nenhum dispositivo imaginário, nenhuma lei imaginária, nenhuma atrocidade imaginária. Dizem que Deus mora nos detalhes. O Diabo também” (ATWOOD, 2017a). Atwood ainda lembrou, em outra entrevista, que “o controle de mulheres e bebês tem sido parte de todo sistema repressivo na história,” e asseverou: “nada mudou muito” (CRUM, 2017). Atwood faz referência ao *Lebensborn*, programa nazista de “aperfeiçoamento” da raça ariana. Um dos objetivos do programa, segundo a revista alemã *Der Spiegel*, era evitar abortos, que estavam em alta na época, criando famílias, segundo os idealizadores, valiosas racial e geneticamente e com muitas crianças. Outra referência são os casos de sequestro de bebês de militantes da esquerda durante a Ditadura Militar Argentina (1966-1973/1976-1983). Mais de 500 bebês nascidos em prisões foram sequestrados e adotados por apoiadores do regime. O objetivo era tanto afirmar a força do governo quanto reorganizar a sociedade, entregando filhos de “subversivos” a famílias que os criariam de forma favorável ao regime (BANDEIRA, 2017).

No momento em que Atwood recebia inúmeros convites para entrevistas, os Estados Unidos passavam pelo período de eleição presidencial. Atwood foi categórica ao afirmar que,

na esteira daquela eleição, “medos e anseios proliferam”, e que “liberdades civis fundamentais estavam sendo ameaçadas, junto de vários direitos que as mulheres conquistaram nas últimas décadas, e até nos últimos séculos” (ATWOOD, 2017).

Os medos e anseios de parte da sociedade estadunidense não diferem daqueles da sociedade brasileira atualmente, como sublinhado em inúmeros artigos publicados na mídia brasileira e internacional (ASSAN & RAATZ, 2018). Diante desse cenário³, fica evidente que novamente a realidade parece se aproximar da literatura, deixando uma margem perigosa para que, sem exagero, mais uma página sombria da história seja escrita.

As questões políticas e sociais relacionadas ao fato de as mulheres se tornarem mães têm sido bastante mobilizadoras no contexto das sociedades contemporâneas. Tal fato se dá em virtude das grandes mudanças ocorridas nessas sociedades pós-Segunda Guerra Mundial, tais como: a aceleração da industrialização e da urbanização; a inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho; e, sobretudo, o controle da fecundidade com o advento das Tecnologias Reprodutivas, tanto de contracepção quanto de concepção (SCAVONE, 2001). Assim, na mesma velocidade em que diversos setores da sociedade propagam discursos conservadores em relação à mulher, surgem movimentos que resistem a eles, na continuação de um jogo de forças que teve seu início nos anos 60, na ocasião da segunda onda feminista que, é importante lembrar, teve como ponto de partida a recusa feminina em aceitar a maternidade como único ou o mais importante modo de reconhecimento do ser mulher (LASH, 1999).

Dessa forma, direitos e normas civis têm sido pautas tanto conservadoras quanto progressistas, não só por parte dos legisladores como também por parte da sociedade civil. A seguir, traremos alguns acontecimentos contemporâneos que expõem como a maternidade carrega a característica de ser um evento que não passa incólume pelo imaginário social e, tampouco, pelas práticas de controle das instituições modernas. A biologia do corpo feminino, como bem demonstra Atwood, guarda tanto de substância quanto de simbólico.

³No exato momento da escrita deste trabalho, acontece no Brasil algo similar ao que se passou nos Estados Unidos e ao que se passa ao redor do mundo – ousamos dizer que o que se passa em terras tupiniquins é ligeiramente pior. A população acaba de eleger para presidente da República um militar da reserva conhecido por suas posições racistas, xenofóbicas, homofóbicas e conservadoras, segundo ele, em “defesa dos valores cristãos e da família” (BOLSONARO, 2018). Um político conhecido também pela característica de exaltar a ditadura militar com a adoção da prática de tortura, não se furtando a mostrar sua admiração pelo coronel que foi o primeiro condenado na história brasileira pela prática de tortura na ditadura militar deste país. Em relação às mulheres, o candidato é conhecido pela frequente desqualificação e ofensas dirigidas a elas, por defender a criminalização do aborto – em um país onde os índices de mortes por sua prática clandestina são alarmantes, configurando notadamente um problema de saúde pública – e por defender que ganhem salários inferiores em relação aos dos homens, pois as mesmas “engravidam” (BOLSONARO *apud* MELO, 2018).

1.2.2.1 Maternidade e escravidão: O conto da aia caminha para sua realização?

Temos como primeiro exemplo a proposta de Emenda Constitucional (PEC 181/2015), conhecida como “Estatuto do Nascituro” que, caso seja aprovada, praticamente inviabiliza a realização do aborto no Brasil, tornando ilegal a interrupção da gravidez mesmo nos casos já permitidos por lei: em caso de estupro, risco materno e feto anencéfalo⁴.

Outro relevante exemplo se situa no contexto do atual novo governo. A ministra (do novo ministério) da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, é defensora ferrenha do projeto acima citado que, segundo ela, tem como objetivo garantir os direitos dos fetos. Junto ao projeto, sugere a proposta que prevê uma bolsa à mulher que sofreu estupro. “O Estado arcará com os custos respectivos até que venha a ser identificado e responsabilizado por pensão o genitor ou venha a ser adotada a criança, se assim for da vontade da mãe” (ALVES *apud* DAMARES, 2018). A ministra propõe que o autor do estupro seja responsabilizado pelo pagamento da pensão da criança, criando com a vítima da violência uma ligação legal e emocional que mais se assemelha a uma tortura psicológica⁵. A ministra ainda afirma: “Temos projetos interessantes no Congresso Nacional. O mais importante que a gente ‘vai estar trabalhando’ é a questão do Estatuto do Nascituro. Vamos estabelecer políticas públicas para o bebê na barriga da mãe nesta Nação” (ALVES *apud* DAMARES, 2018).

Estas duas propostas demonstram com clareza e sem constrangimento que a postura do atual governo caminha na direção de criminalizar a mulher que não deseja ser mãe. Assim, *O conto da aia caminha para sua realização*.

Vimos recentemente, também, em nossa vizinha Argentina, um acontecimento similar: o Senado desse país rejeitou o projeto de legalização do aborto até a 14ª semana de gravidez, pouco tempo depois de ter sido aprovado na Câmara dos Deputados em junho do mesmo ano (2017). Aliada a movimentos de rejeição à lei do aborto, a Conferência Episcopal da Argentina expressou que “toda vida vale” ao comemorar a rejeição no Senado. A entidade manifestou o agradecimento aos “que se pronunciaram em defesa da vida” e, especialmente, aos pobres, que sempre “ensinam a receber a vida como vem e a saber cuidá-la porque é um *dom de Deus*” (APÓS, 2018, grifo nosso).

⁴A proposta, apoiada pela bancada evangélica do Congresso, por uma classe política e opiniões públicas conservadoras, parece ignorar o número estarrecedor de mulheres mortas em decorrência de abortos clandestinos no país: praticamente quatro por dia, segundo um levantamento da defensoria pública do Rio de Janeiro. Parece ignorar também que a maioria das mulheres que responde na Justiça pelo crime, e também a que mais morre, é pobre, negra e com baixa escolaridade (DPRJ, 2017).

⁵Até então, só conhecíamos prática similar em culturas de países dominados por fundamentalismos religiosos, tais como os do Oriente Médio.

Ainda outro caso em nosso país: a prática de esterilização compulsória de mulheres em situação de pobreza no Brasil e a denúncia de que esse tipo de violação de direitos dessa parcela da população é recorrente, tendo a própria instituição da OAB-SP, na figura de seu presidente, enfatizado que, no caso acontecido em fevereiro de 2017 (o caso de Janaína, com maior visibilidade na mídia), a opção do promotor, referendada pelo juiz, encarou apenas a mulher como um problema a ser resolvido: “em nenhum momento se imaginou fazer a cirurgia no homem” (MELO, 2018b). Um exemplo evidente e escandaloso de descumprimento da Lei de Planejamento Familiar (9.263/96), que garante a toda mulher que qualquer prática diversa da esterilização por vontade, ou risco à sua vida, é considerada criminosa. Dito de outro modo, é à mulher, por sua competência na gestação, que cabe unicamente a responsabilidade pela eventual desgraça ou abandono da criança (mediante a incompetência de inúmeras instituições em ampará-la, ou mesmo amparar a mãe, no desamparo que a antecedeu), levando-a à condenação de ter seu corpo mutilado.

Os exemplos acima revelam, sobretudo, as posições ideológicas que permeiam as estruturas do Estado em relação à mulher e à sua faculdade de gestar. Aparentemente contraditórias, não o são. Seja impedindo à mulher o direito ao aborto seguro, seja impondo a esterilização a mulheres em situação de rua, esses fatos carregam em si, na linguagem da lei, o fator histórico e moral e no mesmo discurso: a determinação feminina à vivência da maternidade – da boa maternidade. O resultado dessa determinação conduz a mulher à sua única e exclusiva responsabilização, criminalização, julgamento, sentença e punição. A rigor, nenhuma novidade. A capacidade natural das mulheres para a maternidade foi por séculos a característica determinante de seu ser no imaginário coletivo e, a partir da modernidade, tornou-se o principal meio pelo qual se procurou submeter e limitar o anseio das mulheres por outros lugares e poderes no espaço social (BIRMAN, 2016).

1.2.2.2 Afirmação do poder feminino através da maternidade: o caso da “maternidade mamífera”

Em contracorrente às posições ideológicas referidas acima, em que à mulher é praticamente imposta a experiência da maternidade, encontramos também exemplos de movimentos que, em vez de contestar o determinismo biológico que aprisiona a mulher no lugar da mãe, se valem dele para afirmar os saberes femininos, fazendo com que maternidade passe a ser considerada como um poder insubstituível, o qual apenas as mulheres possuem e, eventualmente, os homens invejam.

Podemos começar pela vertiginosa ascensão de um velho mito movido por ideologias feministas, ecologistas e intelectuais: o de que a mulher deve ser mãe, e sempre ser boa nessa tarefa. À contramão dos avanços tecnológicos do século XX e das conquistas do movimento feminista, a exaltação do natural fundou uma nova ideologia para a experiência da maternidade: a da “maternidade orgânica”, muitas vezes também intitulada “maternidade mamífera”. Reproduzindo um ideário ecologista que perpassa as correntes alternativas e naturalistas, tributárias do pensamento da contracultura da década de 1960 (TORNQUIST, 2002), as “mamíferas” são adeptas da ideia de um “retorno à natureza” e da valorização de um “sagrado feminino”. Dentro desse modelo de maternidade, a vivência do parto tem grande destaque. Aliada à censura ao parto medicalizado, surgida nos anos 70, num contexto de crítica à dominação médica do corpo feminino, surge o movimento pelo parto humanizado. Esse movimento é difundido com base na argumentação de que a natureza fisiológica do corpo feminino sustentaria o processo do nascimento sem a necessidade de intervenções artificiais, sendo possível um parto controlado pela mulher ser prazeroso, além de natural. Acompanhando o discurso do parto humanizado, encontram-se ideias acerca dos cuidados em relação ao bebê, entre eles a amamentação em livre demanda, exclusiva até os seis meses, com desmame natural e uma variedade de outros cuidados fundados em um modo de vida mais próximo do natural. Essa maneira de maternar passaria pelo resgate de poderes e saberes femininos que o processo civilizatório teria eliminado ou submetido, e tais poderes estariam centrados na condição natural, biológica e instintiva da mulher (Id., *ibid.*). Paradoxalmente, as narrativas que sustentam a ideologia da “maternidade mamífera” se apoiam em evidências científicas para legitimar o ideário da humanização e a noção de que as mulheres são uma extensão da natureza. Uma aliança complexa entre ciência e determinismo biológico, cujos efeitos, no sentido da perpetuação das relações desiguais de gênero, já foram há décadas apontados por estudos feministas (ALZUGUIR & NUCCI, 2015).

Outro fato importante é a criação da “bancada de mães ativistas” no Brasil, constituída de mulheres-mães candidatas a diversos cargos políticos institucionais no contexto das últimas eleições. Com pautas relacionadas, principalmente, à criação de políticas públicas voltadas à saúde da mulher e à proteção da primeira infância, essas candidatas creditam também ao fato de serem mães a capacidade de transformação da sociedade atual para um modelo mais justo e igualitário. Essas mulheres, frequentemente, em espaços públicos e/ou em redes sociais, associam suas imagens à da (boa) mãe e a da profissional⁶. Elas são aliadas

⁶O exemplo mais conhecido da conjugação entre maternidade e cargo político no Brasil é o da deputada estadual Manuela D’ávila, candidata a vice-presidente de Fernando Haddad nas eleições de 2018 e que é vista

à transmissão das mensagens mais óbvias: a da potência transformadora do materno, do “empoderamento feminino” e do engajamento na luta social. É possível, desses discursos, depreender uma outra mensagem, que aponta para mais um paradoxo: as mulheres-mães, ainda que no exercício pleno de suas funções profissionais, não devem deixar de exercer o papel materno de forma satisfatória, pois incorreriam no risco se tornarem vítimas do jugo pesado das ideologias que pregam, como dissemos acima, que a mãe tem que ser boa. Em outras palavras, certamente seria alvo de críticas por parte de defensores da maternidade ideal uma candidata a cargo político, e mãe, que fosse flagrada deixando a criança aos cuidados intensivos da figura do pai, quiçá de uma babá.

1.2.2.3 Recusa à maternidade: o fenômeno childless

Já o exemplo a seguir revela uma reação ao peso das normas culturais com fortes tradições patriarcais que, baseadas no modelo da complementaridade dos sexos, impera a rígida separação entre os sexos masculino e feminino, na qual a divisão sexual do trabalho determina que a função de cuidado dos filhos é exclusiva da mulher. Em sociedades em que se privilegia a mãe em detrimento da mulher, acompanhamos movimentos como esse que, ainda pequenos, já se mostram expressivos.

Um caso importante para avaliarmos, pensando nessa questão, é o fenômeno intitulado *childless* ou *childfree*, que se alastra em ritmo constante em alguns países, especialmente nos anglo-saxões, e também no Japão e no sul da Europa. Há diferenças entre ambos, mas, basicamente, o movimento caracteriza-se por mulheres não estéreis que fazem a escolha de não engravidar, optando, assim, por uma vida sem filhos. O fenômeno acontece como resistência à maternidade, pois a partir do momento em que controlam a reprodução, as mulheres entram no mercado de trabalho e reivindicam uma liberdade financeira ou uma carreira; com isso, a maternidade deixa de ser uma tendência natural para se tornar um problema. Nos países mais afetados pela queda da fecundidade e pela rejeição à ideia de ter filhos, os freios para o desejo da maternidade encontram-se na conjunção de dois fatores. O primeiro, e segundo Badinter (2011), talvez o mais importante, é a pregnância social do modelo da boa mãe. O segundo, decorrente do primeiro, é a ausência de políticas públicas que cooperem de maneira efetiva com a mulher. Ou seja, nas sociedades em que se privilegia a mãe em detrimento da mulher, calcadas no ideal liberal e individualista dos tempos atuais,

constantemente em companhia da filha nos espaços políticos institucionais, reiterando o discurso, em ato, de que mulheres e mães podem e devem ocupar espaços políticos e de poder.

não sem algum conflito, as mulheres decidem prescindir da maternidade. Assim, ainda que apenas uma minoria rejeite essa opção, o fenômeno evidencia a existência de uma transformação em curso, exigindo a redefinição da identidade feminina, na medida em que o mundo contemporâneo parece não oferecer mais muitas vantagens ou atrativos no exercício da maternidade.

Os exemplos apresentados são apenas os mais recentes e notórios; contudo, a lista não é pequena. Na ficção ou na realidade, e carregada de contradições, a maternidade segue sendo um instrumento eficaz tanto de controle da mulher quanto, paradoxalmente, do exercício e da afirmação de seus poderes. Assim, neste capítulo, a partir da observação de acontecimentos recentes na sociedade que nos remetem a cenários fictícios assustadores, verificamos que, igualmente, no cerne da contradição entre o controle do feminino e a afirmação de seu poder, podemos localizar o discurso freudiano sobre a mulher e a maternidade. A seguir, veremos como a construção histórica da maternidade, ao transitar entre as concepções de mulher e mãe, atravessadas pelas dimensões do excesso e da pureza, influencia o discurso de Freud e a herança que dela ele transmite.

CAPÍTULO 2

A INVENÇÃO DA MATERNIDADE

No capítulo anterior, em uma articulação a acontecimentos sociais contemporâneos, vimos que o enredo do livro *O conto da aia* contém demasiadas semelhanças com a realidade atual no que se refere às posturas políticas e sociais em relação à mulher e sua vivência da maternidade. O enredo da obra e a realidade atual das políticas conservadoras evidenciam uma coerção ao biológico como resposta à “desbiologização” do feminino representada na obra *Admirável mundo novo*, um processo expresso, tanto na ficção quanto na realidade, pelo crescimento do uso de tecnologias reprodutivas, pelas quedas dos índices de natalidade e pela recusa deliberada à reprodução.

A partir da análise de Simone de Beauvoir sobre o papel da mulher na sociedade, podemos dizer que o processo de “desbiologização” do feminino tem início na metade do século XX. Na esteira do princípio filosófico existencialista, no qual a existência do homem precede sua essência, Simone de Beauvoir reitera esse preceito ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se” (1949/1980). O que a afirmação de Beauvoir diz exatamente é que não existe essência do ser feminino. O que existe é o feminino, o ser mulher como uma construção que se dá através da sua existência em uma cultura que define a mulher de determinadas maneiras e por dadas razões. É nesse sentido que não podemos reconhecer a maternidade como um *a priori* do feminino, ou como o único modo de definição de mulher. Em última instância, o apelo ao biológico funciona como resposta à libertação do desejo feminino em relação aos imperativos da reprodução.

2.1 De Eva a Maria

A coerção ao biológico não é um recurso inédito, e sabemos que a história é feita de acontecimentos cíclicos, sempre se repetindo: a primeira vez como tragédia; a segunda, como farsa (MARX, 2011). A biologização do feminino e a determinação de sua natureza destinada à maternidade acontecem pela primeira vez, legitimadas pelo discurso científico, a partir de um conjunto de influências decorrentes das transformações sociais e políticas da segunda metade do século XVIII. Mais precisamente, no contexto político de defesa dos ideários de igualdade e liberdade, o qual provocou a necessidade da construção de novos papéis sociais

para homens e mulheres. Assim, é nessa conjuntura que se desperta um novo interesse sobre o feminino, sobre a “questão feminina”, que passa a ser objeto de estudo, de investigação e, sobretudo, de controle (NUNES, 2000). Vejamos esse momento com vagar.

A concepção sobre a figura da mulher, prevalecente até o século XVII, é herdada do Cristianismo primitivo e sobrevive durante toda a Idade Média e o Renascimento. Filósofos e pensadores creditam à mulher as características de um ser mais carnal, dotado de sentimentos maléficos e de um desregramento sexual ameaçador (Id., *ibid.*). O Cristianismo institui uma relação inequívoca entre a feminilidade, o sexo e o mal. Eva, por sua audácia em comer o fruto proibido e oferecê-lo a Adão, desobedecendo assim as ordens de Deus, foi condenada a sofrer as maldições por ele infligidas. Tais castigos, numa aparente perversão divina, são orientados exclusivamente para a sua sexualidade: “Multiplicarei grandemente tua dor e tua conceição; com dor parirás teus filhos e tua paixão será para teu marido, e ele te dominará” (Gênesis, cap, 1 e 2). Assim, a imagem feminina que o texto bíblico constrói a partir de Eva, e que se mantém até os dias atuais, é a de um ser mais acessível às tentações da carne e da vaidade, que seria culpado pelas fraquezas e infelicidade do homem. Sendo culpada pela Queda, Eva é assimilada à própria imagem da Serpente, isto é, a do Demônio tentador (BADINTER, 1980). Essa imagem ameaçadora da mulher sobrevive por toda a Idade Média, quando ganha contornos mais nítidos, acreditando, os padres da Igreja Medieval, que as mulheres seriam mais inclinadas à luxúria e aos excessos sexuais.

Nessa época, o monopólio do saber é do clero, sendo também sua atribuição o exercício de pensar a humanidade e a sociedade. À Igreja cabe a tarefa de orientar a primeira e a segunda no plano da salvação, e de atribuir às mulheres o seu lugar nessa economia divina. Contudo, a distância entre esses pensadores e as mulheres é enorme, já que os mesmos vivem isolados no universo masculino dos claustros, das escolas e das faculdades.

Separados das mulheres por um celibato solidamente constituído, os padres nada sabem delas. Representam a mulher à distância, na estranheza e no medo. A mulher é para eles portadora do mal e da morte, não possuindo nem bondade nem amizade, sendo incapaz de fortalecer laços afetivos (NUNES, 2000, p.23).

A imagem da mulher maléfica, frívola e vil tem seu ápice no Renascimento, quando é transformada em feiticeira. Para os inquisidores, devido à sua origem torta, isto é, devido ao fato de serem criadas a partir de uma costela do peito de Adão, cuja curvatura seria contrária à retidão do homem, elas seriam “perversas, impressionáveis, influenciáveis, supersticiosas e não conheceriam a moderação” (Id., *ibid.*, p. 24). Nelas, a indisciplina seria um vício natural e as limitaria a apenas seguir seus impulsos. Nunes (2000), em sua rica pesquisa, reúne

adjetivos pelos quais as mulheres eram qualificadas, essas que, “donas de uma cobiça carnal insaciável, para satisfazerem sua lascívia, copulariam até com o Demônio” (NUNES, 2000, p.24).

As mulheres seriam, portanto, consideradas como “mal maléfico”, tidas como crédulas, faladoras, coléricas, vingativas, de vontade e memória fracas, dissimuladas, vaidosas, de pouca inteligência, avarentas, invejosas, difamadoras, vorazes, inconstantes, mentirosas, beberronas, tagarelas, insaciáveis, prestando-se a todas as torpezas sexuais (loc. cit.).

Essa imagem perniciosa de mulher que se abate sobre os homens tem apenas uma única salvadora: a Virgem Mãe. Contudo, essa é uma mulher que parece mais a representação inacessível de um ideal, ao qual as meras mortais não podem jamais alcançar. Quem nasce Eva, jamais chega a Maria. E todas nascem Eva.

Desse modo, é difícil imaginar como uma criatura dessa natureza teria legitimidade para ser responsabilizada pelo cuidado dos filhos. É somente a partir do século XVI, mais precisamente no século XVII que, por questões sócio-políticas, começa o questionamento da ligação entre feminilidade e irracionalidade. Nesse período inicia-se o debate sobre a pertinência ou não de propor educação para as mulheres e as suas capacidades de assimilá-la. O movimento da Reforma Protestante dá esteio à alfabetização das mulheres em virtude da necessidade de fazê-las terem acesso à leitura das Escrituras. Contudo, ao mesmo tempo em que defende a educação para as moças, Lutero restringe o espaço de saber delas, uma vez que a Reforma prega um modelo familiar patriarcal que subjuga a esposa. Assim, a Reforma colaborou com a diferenciação dos homens em camadas e vocações, fixando os papéis de homens e mulheres de acordo com a suposta vontade divina.

Durante o século XVII, segue-se o debate sobre a igualdade da razão entre homens e mulheres. O princípio cartesiano que afirma a autonomia da Razão em relação ao corpo torna possível essa ideia de uma suposta igualdade intelectual (NUNES, 2000). Esse movimento fez com que a imagem da mulher se distanciasse da irracionalidade e da bestialidade, abrindo passagem para que no transcorrer das vicissitudes históricas, o que apresentaremos no desdobrar deste capítulo, sua imagem fosse deslocada, em uma inversão de valores. De Eva, portadora do excesso e do mal feminino, a Maria, detentora da pureza e da bondade maternal.

2.2 A coerção ao biológico ou “a história se repete”

Segundo o historiador Thomas Laqueur (2001), as diferenças entre os sexos, ou mesmo a ideia de uma natureza que origina dois sexos biológicos distintos, é uma concepção

histórica contextualizada. Em algum momento no século XVIII passa-se a considerar a existência de um modelo de identidade sexual que seria diferenciado por dois sexos, contrariamente à percepção herdada da filosofia aristotélica de que haveria apenas um sexo biológico, enquanto o gênero se apresentaria pelo menos em duas possibilidades. No modelo antigo do sexo único, homem e mulher não são definidos por uma diferença intrínseca em termos de natureza, de biologia de dois corpos distintos com especificidades definidas unicamente em relação a eles. No modelo antigo, a diferença entre os corpos é definida apenas em termos de grau de perfeição. Predomina o monismo fálico, em que só há um órgão de referência: o pênis. Essa concepção, surgida com Galeno, no século II, se mantém dominante até fins do século XVII e define a diferença entre homens e mulheres, em grau e não em sexo. Assim, os sexos são definidos em função de critérios binários (quente/frio) e segundo o *telos* da perfeição, ou seja, segundo a ideia de que o mais imperfeito sempre tende ao mais perfeito. Conforme esse critério há uma “diferença de grau” entre os sexos que não era biológica nem anatômica, apoiada na ideia de que os órgãos genitais femininos são iguais aos masculinos, só que revertidos para dentro. Assim, a mulher é vista como um ser imperfeito e inferior, em virtude da imperfeição de seu corpo em relação ao do homem.

No novo modelo binário, a biologia de homens e mulheres se destaca tanto no que os separa quanto no que os salienta. No tocante aos órgãos sexuais e reprodutivos da mulher, eles deixam de ser “menores” ou “invertidos” (para dentro) em relação aos dos homens, como eram vistos no modelo anterior. Com o começo do esquadramento dos corpos, os órgãos sexuais femininos, que antes tinham nomes associados, por exemplo, com ovários em oposição a testículos, passam a ser distinguidos em termos linguísticos, e os que não tinham nome específico – como vagina – passam a tê-lo. Nesse contexto, segundo Laqueur (2001), “o corpo da mulher tornou-se o campo de batalha para redefinir a relação social antiga, íntima e fundamental entre o homem e a mulher” (LAQUEUR, 2001, p.189). Assim, de um corpo “inferior” ao do homem, o corpo da mulher passa a ser dotado de uma especificidade, que é a de possuir características (biológicas) condizentes com as funções maternas. Foi fundamentalmente sobre o útero, com sua disposição anatômica e suas implicações utilitárias na função reprodutiva, que o discurso da diferença sexual encontra sua legitimidade para classificar o ser feminino. Nessa reavaliação dos órgãos reprodutores das mulheres, eles passam da imperfeição à perfeição em virtude de sua absoluta adequação à maternidade.

Esse é um ponto crucial. Há uma passagem do paradigma do sexo único ao da diferença sexual. Onde havia apenas o homem, sendo a mulher tão somente sua cópia imperfeita, surge, então, esse novo sexo, esse sexo feminino, esse ser mulher com

características físicas e metafísicas irredutíveis às do homem. Desse modo, é a partir da biologia do corpo, mais especificamente, da diferença entre eles, que o interesse científico se assenta e funda uma nova epistemologia que passa a considerar, em termos aceitáveis, as categorias de “masculino” e “feminino”.

Desse modo, no contexto político da defesa dos ideários de igualdade, as desigualdades de gênero passam a ser legitimadas, justificadas e (re)produzidas pela ciência, a partir da diferenciação dos corpos femininos e masculinos. Dito de outro modo, com o advento da ciência moderna, a natureza biológica de dois corpos naturalmente diferentes se torna a base inquestionada – pois é supostamente neutra – de justificação da ordem desigual de gênero (ALZUGUIR & NUCCI, 2015). O decisivo dessa passagem, e o que nos interessa especialmente, é que em virtude da biologia do corpo, o ser da mulher nasce inexoravelmente ligado à função da reprodução e da maternidade. A mulher nasce com essa marca inscrita em seu corpo e em seu “inconsciente” (BADINTER, 1980, p.248).

No entanto, o trabalho de Laqueur (2001) destaca que o contexto para a articulação de dois sexos não se deu somente através dos avanços no conhecimento científico sobre os corpos, como facilmente pode ser inferido. O contexto é político, sendo seu principal elemento as lutas pelo poder e posição na esfera pública, inclusive, entre homens e mulheres, e a conseqüente necessidade de justificar a tradicional desigualdade entre eles, tornando-a compatível com os ideais igualitários republicanos. A insuficiência da ordem transcendental como justificativa plausível para a ordenação das relações sociais, ou seja, a ordenação social através do campo do gênero, caracterizado por predicados meramente morais, não é mais sustentável, precisando deslocá-la para a natureza do físico, do tangível, do material: o sexo biológico. O que o autor insiste em sublinhar, através de diversos exemplos, é que os avanços científicos referentes à biologia progridem, contudo; a natureza da diferença sexual é independente dos fatos biológicos, pois a linguagem do gênero se encontra impregnada na linguagem da ciência. As declarações sobre o sexo são, desde o início, carregadas de trabalho social, de instrumentos científicos, da sensibilidade das crenças humanas, dos desejos e dos interesses culturais. Isso equivale a dizer que os sexos masculino e feminino são tão produtos da cultura como no modelo do sexo único.

Apesar de o ser feminino ter despontado na cultura ocidental com a marca deliberada da identificação com a maternidade, em função das características objetivas de seu corpo para a reprodução (uma grande bacia, um útero e mamas que produzem leite), o comportamento psíquico-moral feminino é um fator determinado pelo imaginário cultural, social e político, e não por um pedaço de realidade bruta.

2.3 A subversão do corpo histórico

Conforme nos mostra Nunes (2000), o estudo da histeria dá-se em um momento privilegiado, em uma época com produções teóricas intensas e significativas. Seu estudo, embora voltado para a compreensão dessa neurose, tem como consequência colocar uma discussão sobre a constituição feminina. Nesse contexto, duas correntes principais se destacam nos discursos médicos: os que advogam que a histeria é uma doença vinculada ao útero e os que consideram que a histeria é como uma doença neurológica. Contudo, apesar das diferentes abordagens, o que prevalece é o quanto o estudo da histeria vai implicar a construção de um determinado perfil feminino. Assim, no século XIX, a histeria é considerada mais do que uma questão de mulheres, é um sintoma de *ser* mulher. A mulher oitocentista é descrita pela medicina como essencialmente histórica.

A partir do século XVIII, Foucault (1976/2017) detecta quatro grandes dispositivos de saber e poder sobre o sexo, e o primeiro deles é a “histerização do corpo da mulher”; um conjunto de estratégias produtoras da sexualidade feminina, tendo como função adequar essa sexualidade ao lugar que deveria ser ocupado pela mulher no núcleo da família burguesa. Segundo o próprio,

Histerização do corpo da mulher: tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado — qualificado e desqualificado — como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual, este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a Mãe, com sua imagem em negativo que é a "mulher nervosa", constitui a forma mais visível desta histerização (FOUCAULT, 1976/2017, p.113).

As concepções sobre a histeria que predominam no século XIX, até os estudos de Charcot, são demasiadamente marcadas pelo ideal romântico que caracteriza o pensamento médico sobre a mulher a partir do século XVIII. A histeria serve como uma forma de elaboração das diferenças essenciais que existem entre homens e mulheres. A histeria, poderíamos dizer, vem bem a calhar, afinal a medicina está ávida por algo que pode, finalmente, ajudar a desvendar o enigma que atribui à essência feminina, tão incompreensível aos olhos da ciência.

A necessidade de delimitar as diferenças entre os sexos é grande. As teorias transitam entre algumas concepções: a de que a sede da histeria é o cérebro; que ela é uma doença que pertence à ordem dos espasmos; que sua matriz se dispunha em andares, tais como os ascendentes ou descendentes, percorrendo os órgãos do corpo como cérebro, abdômen, baixo-ventre e útero; ou que o útero é a morada do problema, visto que este é um órgão feminino por excelência etc.

Cattoné (1992) concebe a forma clássica da histeria como uma manifestação da submissão à qual o sexo feminino está exposto, sendo ela “uma doença de opressão da mulher” (CATTONÉ, *apud* NUNES, 2000). Os discursos médicos sobre a histeria apontam para a existência real da dita feminilidade excessiva, rebelde e, portanto, perigosa. A histeria é a demonstração mais viva do quanto a sexualidade da mulher, com seus excessos, pode significar um entrave a qualquer projeto de ordenação da sociedade. Segundo Nunes (2000), o ataque histérico, que dramatiza de forma espetacular o desvario que pode acometer a sexualidade feminina, expõe de forma caricata o perigo, como demonstra ao afirmar: “A histérica é a mulher que renega uma posição passiva de renúncia e submissão, procurando preservar a potência que se exprime como um protesto contra essa dominação” (NUNES, 2000, p.109). A histeria revela uma alternativa na construção do território feminino. Birman (2016) acrescenta que o que caracteriza a histeria é a oposição entre os registros da maternidade e do erotismo, pois uma “[...] mulher histérica se recusaria a identificar-se apenas com a maternidade, sendo permeada de fio a pavio pela dimensão erótica” (BIRMAN, 2016, p.78).

Assim, como a histeria é considerada uma forma de expressão feminina por excelência, essa ameaça vai estar presente em cada mulher. A histeria aparece nos discursos médicos do século XIX como uma prova contundente do substrato patológico presente no ser feminino.

As teses sobre a histeria se inscrevem na perspectiva que coloca a mulher como pertencente à ordem da natureza e conferem à convulsão histérica um caráter de despossessão, como se houvesse um outro, “a natureza” (SWAIN, 1986, p.16), que age de forma autônoma dentro do corpo da mulher. Haveria uma despossessão da mulher como um corpo atravessado pela força reprodutiva, como se a ela possuísse um segundo corpo capaz de dilacerá-la. Refém da natureza, a mulher ainda é vista como um ser passivo, dotado de uma sexualidade excessiva que a possui e a arrebatada. Assim, vemos que os estudos sobre histeria reforçam a ligação da mulher com o seu corpo. O sexo feminino é, nesse momento, pensado como algo marcado pela natureza, pela concretude da realidade bruta que o determina.

A concepção da histeria como uma neurose ligada ao aparelho geracional é, nesse momento, bastante forte, e é em decorrência disso que a sexualidade feminina deve estar sempre sob controle. O ato sexual é encarado como necessário, porém sem excessos. São os prazeres desvinculados da reprodução os causadores das desordens morais femininas, que podem chegar, por exemplo, à prostituição, à calúnia ao marido, à agressão aos filhos ou à rebelião contra a autoridade (NUNES, 2000).

Em uma perspectiva psicanalítica, Birman (2016) sustenta que a prostituta, a ninfomaníaca e a infanticida são aquelas que passam da imaginação à ação, isto é, que se deslocam do registro da fantasia para o ato. Nesse sentido, a histérica seria – diferente das figuras citadas – a que não passaria para o registro da ação, mas que manteria sua rebeldia e erotismo vivos no registro do imaginário. A mulher histérica adoeceria psiquicamente, pois ficaria presa no conflito psíquico entre as demandas opostas do erotismo e da maternidade.

O terreno da medicina, anterior a Freud, que precisa dar respostas aos excessos, passa a classificar a histeria como degenerescência e a trata como uma doença apta a incapacitar uma mulher, ainda que ela se apresente de forma lúcida. O indivíduo degenerado seria um doente em tempo integral, alguém cujo caráter é patológico, cujas tendências degenerativas levariam a comportamentos bizarros sem necessariamente comprometer a lucidez. A conduta do degenerado seria fundamentalmente antissocial; porém, a existência das tendências degenerativas garante a classificação desses indivíduos como portadores de uma patologia.

É com a mulher histérica inserida nessa perspectiva, vista como doente ou um ser possuído pelo Mal, que Freud se depara em sua clínica. Mulheres com os corpos qualificados e desqualificados, impregnados de olhares e saberes; mulheres constrangidas em sua sexualidade, que encontram na neurose uma forma de dramatizar sua insatisfação e seu protesto. É um corpo feminino saturado de olhares que Freud se dispõe a ouvir – e lhe dá outro lugar.

2.4 As transformações da família e o papel dos corpos

Como vimos anteriormente, a mudança do paradigma do sexo único para o da diferença sexual evoca a natureza para legitimar uma distinção sexual historicamente construída, concebendo-a como estrutural e verdadeira. Tal mudança promove a crença de que ao homem caberia o mundo social, político e cultural em decorrência do fato de seu cérebro ser maior do que o da mulher, o que provaria uma inadequação natural feminina para o campo intelectual. Às mulheres caberiam as funções reprodutivas, o cuidado com os filhos,

o olhar para a interioridade, para o lar e para a família, pois ela seria dotada de uma afetividade mais aguda que a do homem em decorrência direta à gestação. Como veremos, essas mudanças, ocorridas de maneira decisiva na modernidade, começam alguns séculos antes e tem seu principal alicerce nas transformações da célula familiar.

O que conhecemos hoje por família, ou seja, algo similar a uma reunião de pessoas ligadas por algum grau de parentesco, sanguíneo ou não, compartilhando um mesmo habitat, transmitindo um nome e dividindo ou não um patrimônio, sofre diversas transformações ao longo da história. Antes da organização familiar como a conhecemos hoje, a linhagem é seu correspondente mais próximo por séculos, apesar de sua configuração se estender apenas aos laços de sangue, não levando em consideração os nascidos na mesma coabitação e intimidade. A família e sua história é uma sucessão de contrações e distensões cujo ritmo sofre com as modificações da ordem política no decorrer dos tempos (ARIÈS, 1960/2011). As oscilações dos moldes familiares em decorrência das modificações da ordem política são, talvez, a única característica em comum à família durante os séculos.

Como nos mostra Ariès (1960/2011), o início do desenvolvimento da família moderna dá-se a partir do século XIV. Com a degradação progressiva e lenta da situação da mulher no lar, perdendo o direito de substituir o marido ausente ou louco, a mulher casada torna-se uma incapaz, enquanto o marido, detentor do poder, estabelece uma espécie de monarquia doméstica. A partir do século XVI, a legislação real se empenha para reforçar o poder paterno no que diz respeito ao casamento e aos filhos. Esse movimento contribui para o processo de enfraquecimento da linhagem – que mantinha como suas principais características a exaltação da honra e da solidariedade entre seus membros – e a autoridade marital sobre a mulher e os filhos se torna maior. Nesse momento, passando pela imagem e pela autoridade do pai, a família se torna “a célula social, a base dos Estados e o fundamento do poder monárquico” (Id., *ibid.*, p.146).

A partir do século XVII, ocorre nos países europeus a proliferação de tecnologias políticas que passam a investir sobre o corpo, a saúde e as formas de educar, de morar e de se alimentar, ou seja, o modo de viver da população. Um conjunto de técnicas que encontra seu foco no que se chama *polícia*, não no sentido repressivo que lhe atribuímos hoje, mas segundo uma acepção mais ampla, que engloba todos os métodos de desenvolvimento de qualidade de uma população e da potência de uma nação. Em vista de assegurar a felicidade do Estado, a ciência da *polícia* consiste em regular tudo relativo ao Estado presente na sociedade. Em última instância, esse conjunto de técnicas, que posteriormente Michel Foucault chamaria de biopolítica (FOUCAULT, 2010), “visa fazer com que tudo o que compõe o Estado sirva à

consolidação e ao aumento de seu poder, como também à felicidade pública” (VON JUSTI *apud* DONZELOT, 1986).

O conjunto dessas práticas incide diretamente na organização familiar por suas potenciais articulações com o tecido social, tornando essa instituição o lugar decisivo da constituição das sociedades ocidentais. Como vimos acima, a família, desde sua aproximação com a linhagem, “é uma instância cuja heterogeneidade face às exigências sociais pode ser reduzida ou funcionalizada através de um processo de flutuação das normas sociais e dos valores familiares” (DONZELOT, 1986, p.13). A família tem a prerrogativa de ser uma organização com potencialidade de estabelecer, ao mesmo tempo, uma circularidade funcional entre o social, o político, o econômico e o psíquico, a partir de Freud.

No contínuo desse processo, a família moderna é constituída, fundamentalmente, através de um processo de domesticação dos corpos, que tem na figura da criança o seu principal investimento, e na figura da mãe seu principal ponto de fundação.

A constituição da sociedade moderna é marcada pela ênfase em um novo modo de governo, o qual Foucault (1997) chama de “Estado população” em detrimento do “Estado territorial”. A constatação da eficácia dos corpos dá origem à apreensão de que eles se constituiriam como a principal fonte de produção das riquezas do estado-nação, e não mais apenas a presença de recursos naturais em seus territórios. Assim, a riqueza das nações passa a se encontrar na saúde dos corpos da população e no poder deles na capacidade de produção de saúde dessas pessoas. É a primeira vez na história que tanto o corpo individual como o corpo coletivo – a população – ingressa no registro da política. Os corpos e a saúde passam a entrar no espaço de intervenção e controle do Estado, um processo que Foucault chama de “estatização do biológico” (FOUCAULT, 2010, p.201).

De acordo com esse mesmo autor, desse processo articula-se o biopoder, numa forma dupla: uma “anátomo-política” do corpo do indivíduo e uma “biopolítica” da população. A primeira disciplina o individual; o “homem-corpo” (Id., *ibid.*, p.202) amplia suas aptidões, extorque suas forças, faz crescer sua docilidade e utilidade na integração com sistemas eficazes e econômicos. A segunda diz respeito às intervenções dos saberes sobre a massa – sobre o “corpo-espécie” (Id., *ibid.*) –, pela preocupação em controlar e regular a população, e pelo desenvolvimento e uso de dados estatísticos sobre nascimentos, mortalidades, níveis de saúde e duração da vida. O que Foucault nos mostra, finalmente, é a passagem da governabilidade do poder soberano para o poder disciplinar. Em outras palavras, a lógica em que “o velho poder de deixar morrer” deixa a cena em favor de um “poder de fazer viver” (FOUCAULT, 2010, p.203).

Desse modo, se a vida e o corpo saudável adquiriram valores político e econômico, se a saúde das populações passa, assim, a ser vista como um elemento que definiria as potencialidades concretas de riqueza dos estados-nação, a consequência disso é a nova significação dos corpos: deixam de ser alvo de suplício, como nos governos de poder soberano, e se tornam alvo de (re)forma e correção, alvo da possibilidade de qualificação.

É nesse contexto que

[...] no final do século XVIII a medicina passará a exercer a função maior da higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população (FOUCAULT, 2010, p.205).

Em relação a esse novo cenário, Foucault (2010) afirma que o pressuposto de que a riqueza dos estados-nação se mede pela saúde dos corpos dos habitantes é um princípio que se aplica a todos os corpos, independentemente de classe, gênero e raça. No entanto, como mostraremos a seguir, é evidente que esse pressuposto afetou e afeta, de modo particular, as mulheres e as crianças.

2.5 A criança, a mãe e o médico

Como observa Foucault (2010), os primeiros alvos de controle da biopolítica são os processos de natalidade, de mortalidade e de longevidade. Desse modo, na esteira de uma já gradual transformação, a concepção da infância se modifica diante da sociedade e o estatuto criança se transforma em seu oposto perante os adultos e seus pais. Junto à criança, a mãe ganha um novo lugar no imaginário das sociedades ocidentais modernas.

2.5.1 A criança

Philippe Ariès (1960/2011) nos mostra o longo percurso de transformação da imagem da criança ao longo da história. Antes do século XVII, a duração da infância é reduzida ao seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não consegue bastar-se. Tão logo consegue alguma desenvoltura, o pequeno ser é misturado aos adultos, participando de seus trabalhos e vida social. A noção que se cultiva hoje – bastante difundida, inclusive, pelo discurso psicanalítico, de que a criança muito jovem dispõe de uma precariedade biológica severa e que por isso demanda uma série de cuidados exclusivos e extensos – não existe. De um ser humano pequeno, ele se transforma em um homem jovem sem passar por etapas da

juventude tão arraigadas no imaginário social atual como parte do desenvolvimento humano. A transmissão de valores, de conhecimento e, no geral, a socialização da criança não é uma atribuição da família.

A criança se afasta cedo de seus pais e, por séculos, a educação dos pequenos dá-se graças à sua convivência com os adultos. Como a passagem da criança pela família e pela sociedade é muito breve e bastante insignificante, não há tempo para que esse curto período se configure como algo importante a ser lembrado ou mesmo algo que desperte alguma emoção.

O que é nutrido pela criança consiste apenas em um sentimento ao qual Ariès chama de “paparicação”, reservado aos seus primeiros anos de vida, uma fase na qual o ser humano ainda é uma coisa “engraçadinha” com que se pode brincar como um “animalzinho”. No entanto, se a criança morre, como geralmente acontece, alguns pais e adultos podem até ficar desolados, mas esse sentimento não é a regra, pois outra criança logo a substitui. A mortalidade infantil é muito natural nas condições demográficas da época. O autor afirma que, caso a criança conseguisse superar os primeiros perigos e sobrevivesse ao período da “paparicação”, é comum que ela passe a viver em outra casa que não a de sua família. Havendo a morte da criança, não é prática comum os pais irem ao enterro dos filhos com menos de cinco anos. Isso sem contar o período em que recorrer às amas de leite era uma prática frequente das famílias, as quais enviam os recém-nascidos, tão logo nasçam, para ficarem sob os (muitas vezes maus) cuidados de amas mercenárias a distâncias significativas. Em muitos dos casos de mortes de crianças que vivem com amas, os pais só recebem a notícia muito tempo depois, deixando claro que não era comum haver preocupação com a saúde das mesmas. Falaremos disso mais adiante.

Badinter (1980) nos mostra que naquela época a criança não só tem pouca importância na família como, muitas vezes, constitui para ela um verdadeiro transtorno: “Na melhor das hipóteses ela tinha uma posição insignificante. Na pior, amedrontava” (p. 46). A autora mostra que, ainda no século XVII, a filosofia e a teologia manifestam um grande medo da infância, tendo esta uma representação terrível. Por exemplo, a teologia cristã, através da pessoa de Santo Agostinho, elabora uma imagem dramática da infância: configurada como o “símbolo da força do mal, um ser imperfeito, esmagado pelo peso do pecado original” (BADINTER, 1980). Nas palavras do Santo: “Se o deixássemos fazer o que lhe agrada, não há crime que não se precipitaria” (AGOSTINHO *apud* BADINTER, 1980. p.46). Há uma ideia de pecado subjacente à imagem da criança, pois existe uma associação entre a infância e o pecado da carne, cometido pela mulher, sua mãe, no ato da concepção: “Fui concebido na iniquidade... é no pecado que minha mãe me gerou... onde, portanto, Senhor, onde e quando

fui inocente?” (AGOSTINHO *apud* BADINTER, 1980., p.47). Nesse momento, existe uma relação clara entre infância e o erro da mulher por sua sexualidade. Não há inocência. Contudo, neste momento, a mácula infantil é oriunda da sexualidade feminina. Apenas séculos depois, com Freud, haverá uma associação intrínseca entre sexualidade e infância (1905/1989). Nesse momento, a infância não somente não tem nenhum valor positivo, como é o indício da corrupção humana, da qual se espera que haja um livramento. Para Descartes, a infância é, antes de tudo, um período de fraqueza do espírito quando a faculdade de conhecer e o entendimento estão totalmente sob a dependência do corpo. A criança seria, assim, débil, e a infância seria aquilo de que era preciso livrar-se para que o homem seja digno de ser chamado dessa maneira.

No Brasil, Costa (2004) nos mostra que a vida infantil no período colonial também é cindida da vida dos mais velhos, como se pertencesse a uma segunda natureza humana; uma natureza imprecisa e inacabada, que se mantém em estado larvar até a puberdade. Devido à excessiva importância dada ao pai, ao patrimônio e à religião, o espaço físico e sentimental da criança é expressivamente reduzido. Tendo a imagem de um adulto incompetente, e sendo tratada como tal, a existência da criança não possui nenhum conteúdo positivo. Por oposição ao adulto, o pequeno ser é percebido negativamente. O autor afirma que

[...] a alteridade e a descontinuidade entre um e outro eram radicais. Os elos que uniam a cadeia das gerações só foram criados quando a família dispôs da representação da criança como matriz físico-emocional do adulto. Por meio das noções de evolução, diferenciação e gradação, heterogeneidade e continuidade conciliaram-se. A família pode, então, ver na criança e no adulto o mesmo e o outro. Daquele momento em diante os papéis invertem-se: a criança passa a determinar a função e o valor do *filho* (COSTA, 2004, p.162, grifo nosso).

Nota-se que a família caracterizada pelo reconhecimento de uma relação terna e de intimidade entre pais e filhos não existe. Ainda não há o reinado do “menino-rei” – um século depois intitulado por Freud como a “majestade, o bebê” (FREUD, 1914/2010, p.37), centro do universo familiar.

É esse reinado da criança que começa a ser ruidosamente celebrado nas classes ascendentes na segunda metade do século XVIII. Data dessa época o surgimento de uma abundante literatura sobre o tema da conservação das crianças junto a uma série de obras que compelem os pais a novos sentimentos e, particularmente, a mãe ao amor materno (BADINTER, 1980). A vasta literatura problematiza os costumes educativos de seu século visando três alvos bastante comuns: a prática dos hospícios de menores abandonados, a criação dos filhos por amas de leite e a educação “artificial” das crianças ricas. Descobre-se,

assim, que a prática dessas três técnicas produz tanto “o empobrecimento da nação quanto o enfraquecimento de sua elite” (DONZELOT, 1986, p.16).

Em relação à administração dos menores abandonados nessa época, o que está em questão é o alto índice de mortalidade: 90% dessas crianças morrem antes de poder se tornar “úteis ao Estado” (Id., *ibid.*). O que está em questão é o alto custo para sustentá-las – ainda crianças e adolescentes – sem que haja, posteriormente, uma contrapartida para o Estado. Na Europa, a intenção, a partir de então, no caso dos bastardos, é mostrar como seria oportuno conservá-los a fim de que mais tarde fosse possível destiná-los a tarefas nacionais, como a colonização, a milícia e a marinha, já que, devido à falta de laços familiares, eles seriam perfeitamente adaptados para tais tarefas.

O alto índice de mortalidade infantil nesse período chama a atenção para suas causas. Constatou-se que as mortes decorrem da dificuldade em encontrar nutrizas, mas, principalmente, aquelas que sejam competentes e que se disponham a executar essa tarefa com boa vontade.

O recurso das amas de leite para amamentar e cuidar de crianças constitui um hábito dominante na população das cidades. As mães aderem a esse costume porque são muito ocupadas com o trabalho (com exceção das aristocratas, as mulheres sempre se dedicaram ao trabalho, seja nos cuidados com a casa e com a subsistência, seja no trabalho junto aos maridos, comerciantes e artesãos), de modo que lhes falta tempo para o manejo desse processo. Já as ricas, visto que têm recursos financeiros suficientes, aderem ao costume para evitar o fardo da prática da amamentação. Seja por falta de tempo e disposição, seja por total falta de interesse no ato de amamentar, não há entre as mães do início do século XVIII o costume – muito menos o prazer – de amamentar os rebentos. A rigor, o que não existe é a cultura da necessidade de cuidado diferenciado com a criança, simplesmente porque esse ser é virtualmente desimportante.

A questão da mortalidade infantil estará fundamentalmente atrelada ao fato de que somente as famílias abastadas dispõem de condição de pagar a amas mercenárias que habitam em aldeias próximas às cidades, enquanto as pobres têm que procurá-las mais longe. Essa distância, assim como a falta de contato entre a nutriz e os pais, a não ser através de intermediários suspeitos (agenciadores), faz da colocação das crianças aos cuidados de uma nutriz uma prática frequente de um abandono disfarçado. As nutrizas têm bastante dificuldade em receber dos pais as cifras cobradas, mesmo com eles sendo constantemente ameaçados com penas de prisão pela justiça. Desse modo, para compensar o risco, as amas pobres aceitam se ocupar de diversas crianças ao mesmo tempo. Certamente esse não é um cálculo

destinado a dar certo: nessas condições, a mortalidade das crianças enviadas a uma nutriz afastada é enorme, chegando a dois terços no que diz respeito às distantes e um quarto quanto às mais próximas (DONZELOT, 1986).

No Brasil, nesse tempo, a etiologia familiar da mortalidade das crianças é a mesma: os pais entregam os filhos às escravizadas sem preparo, deixa-se assistir por parteiras inábeis, levam as crianças tardiamente aos médicos, vestem e as alimentam mal. No entanto, é preciso elucidar uma diferença da qual nos alerta Costa (1983/2004): no Brasil, quando uma família precisa dos serviços de uma ama de leite, não havendo alguma disponível em meio a seus próprios escravizados, recorre a vizinhos e conhecidos, que podem indicar amas com referências. Como último recurso, talvez lance mão dos numerosos anúncios nos jornais locais. Não é comum, nessa época no Brasil, as crianças serem criadas nas casas das amas; elas costumam permanecer em convívio com os pais naturais e, de certa forma, sob sua vigilância. Tal prática é em geral muito louvada pelos médicos brasileiros, que criticam o hábito, ainda frequente naquele período na Europa e nos EUA, de os pais deixarem a criança ser “criada” na casa da ama, geralmente no campo, mediante pagamento de quantias mensais. Acreditam, os médicos, que essas crianças podem estar sujeitas a maus tratos, negligência e falta de zelo.

Voltando ao contexto europeu, ainda que os ricos possam se beneficiar do privilégio de uma nutriz, raramente podem se beneficiar de sua bondade, ou do que é transmitido através do convívio com ela. No caso das escravizadas, é ainda pior. A prática recorrente por parte dos senhores de dar sumiço aos filhos dessas mulheres – para que elas possam ser usadas como amas de leite de aluguel – as leva a maltratar essas crianças que são obrigadas a criar contra a vontade. Isso quando se tornam aptas ao serviço, pois muitas, após terem o filho roubado, caem em tal estado de tristeza que se tornam inúteis para aleitar outra criança (COSTA, 1983/2004).

Assim, os médicos passam a associar os eventuais maus comportamentos das crianças às suas cuidadoras e descobrem que a explicação para muitos vícios e costumes inapropriados que afetam as crianças ricas têm seu fundamento na convivência com suas nutrizes. Essas mulheres seriam dotadas de malignidade devido ao interesse e ao ódio em relação a seus padrões, fazendo com que esse sentimento fosse transmitido às crianças junto a seus maus hábitos. Muitos acreditam que o mal é transmitido, inclusive, pelo leite. A classe médica passa, então, a pregar que as crianças são honestas e livres de vícios quando amamentadas pelas próprias mães. Haveria um circuito maléfico dos serviçais que conduziria os jovens à

indolência, a atos impuros e, para as jovens, à insolência das prostitutas (COSTA, 1983/2004).

Desse modo, vemos que apenas o problema prático da alta mortalidade infantil não é o único propulsor para a mudança de comportamento em relação aos cuidados com a infância; uma questão altamente moral perpassa todo esse processo. À criadagem são atribuídas as qualidades intrínsecas do perigo e da impureza num processo que, automaticamente, concede à mãe os predicados naturais da proteção e da pureza.

Assim, o século XVIII é exaltado por valorizar as tarefas educativas e pregar a conservação das crianças, o que significa, em parte, conter a relação da criação pela criadagem, pôr fim aos excessos e malefícios gerados por ela e promover novas condições de saúde e educação para a população. A questão da mortalidade também lança luz à irresponsabilidade no trato com as crianças que, apesar de imprestáveis, são filhos, ou seja, descendentes. Na busca por razões que justifiquem esse comportamento, os higienistas esbarram no “afrouxamento de laços afetivos entre pais e filhos” (COSTA, 1983/2004, p.164), revelando, sobretudo, “a falta de educação física, moral e intelectual das mães” (TEIXEIRA *apud* Costa, 1983/2004, p.164). No entanto, só é possível chegar a essa justificativa por causa de uma mudança de mentalidade que se instaura paulatinamente na sociedade da época. O foco ideológico desloca-se lentamente da autoridade paterna para o amor e cuidados maternos, pois a (nova) ordem econômica – que acompanha todo esse processo desde o início, dando a ele suas bases – faz ascender a burguesia enquanto classe social, e esta sustenta como imperativo, entre outros, a sobrevivência das crianças. Dito de outro modo, a infância é, essencialmente, uma ficção burguesa.

2.5.2 *A aliança entre a mãe e o médico*

Assim, no contexto da modernização das sociedades ocidentais, entre as últimas décadas do século XVIII e o fim do século XIX, impelidos por fatores econômicos e pela nova filosofia do liberalismo, o qual difundia ideais de liberdade, igualdade e felicidade individual, a vida coletiva vai dando lugar a um espaço privado de existência. Já a vida laborativa sai da casa para a fábrica, modificando tanto o caráter da vida pública quanto o da vida privada. As casas modificam sua arquitetura para reservar aos indivíduos locais de privacidade (BOCK, 2001) e tornam-se o lugar reservado à família. A mulher torna-se a principal organizadora e conservadora desse espaço, e o corpo do filho se transforma no mais

importante elemento a resguardar. À burguesia coube gestar e parir a ideologia do amor materno.

Contudo, essa nova mãe burguesa recém-nascida não tem conhecimento das práticas de cuidados infantis. De certo modo, existe até a ideia de uma nocividade no meio familiar, que é tomada como o grande trunfo médico na luta pela hegemonia educativa das crianças. É no contexto dessa crença da malignidade familiar que as teses sobre alienação mental têm seu apogeu, fazendo com que a família se torne um dos principais determinantes morais da loucura, originando, assim, o isolamento da mesma como forma efetiva de tratamento. Assim, em relação às crianças, a classe médica elabora para as famílias burguesas uma série de livros sobre a criação, a educação e a medicação, ou seja, um verdadeiro artefato sobre a arte dos cuidados na primeira infância. Não satisfeitos, são elaborados também guias e dicionários de higiene para o uso das famílias e, entre os séculos XVIII e XIX, os tratados médicos passam das sugestões educativas às recomendações imperativas. Dito de outro modo, se é um fator patogênico, a família precisa sofrer intervenção médica (COSTA, 1983/2004).

Como nesse período a medicina não dispunha mais de um saber homogêneo, mas sim de um saber em constante movimento, esse fato expôs a necessidade de separar taticamente o registro dos preceitos sobre a higiene do registro da difusão do saber, pois os efeitos de uma vulgarização apressada das análises médicas dá ensejo a uma prática leviana da medicina por parte dos indivíduos e, sobretudo, uma perda de poder para o corpo médico. É nesse contexto que surge a conveniência do estabelecimento de uma relação entre medicina e família que permita contornar essa dificuldade. É com a instauração do médico de família, uma implantação direta do médico na molécula familiar, que se obtém a melhor forma de deter as tentações dos charlatões e dos médicos não qualificados. E, ainda, “[...] no interior mesmo da família, a aliança privilegiada entre o médico e a mãe terá por função reproduzir a distância, de origem hospitalar, entre o homem de saber e o nível de execução dos preceitos, atribuídos à mulher” (DONZELOT, 1986, p.23). Em outros termos, na opinião dos higienistas, os papéis da mãe e o do médico são e devem permanecer nitidamente distintos; no entanto, eles se completam: o médico prescreve e a mãe executa.

É aqui, então, que se torna mais claro o início da aliança existente até hoje entre o médico e a mãe, essa última que se torna a figura essencial na vida da família e da criança. Essa aliança demonstra a afirmação anterior de que o novo pressuposto de riqueza dos estados-nação, calculado na saúde dos corpos de seus habitantes, é um princípio que afeta particularmente as mulheres e as crianças.

Essa afirmação faz ainda mais sentido ao esclarecermos que até o século XVIII a medicina não tem interesse algum nas crianças e nas mulheres. Vistas como simples máquinas de reprodução, as mulheres têm sua própria medicina e são desprezadas pela Academia. O parto, as doenças das parturientes e as doenças infantis são coisas de “comadres”, uma corporação assimilável às domésticas e às nutrizes, que compartilham seu saber e o colocam em prática. Com o interesse da medicina no corpo da mulher e da criança – e sua consequente conquista como campo de domínio de saber –, esse mercado de conhecimento das “comadres” é destituído em uma longa luta contra suas práticas, consideradas inúteis e perniciosas, e dando lugar à ciência legítima da medicina. Um dos principais pontos de conflito é, obviamente, a questão da alimentação. No contexto da amamentação, inúmeros livros enaltecem essa prática exercida pelo corpo da própria mãe e, apenas em caso de extrema necessidade, indicam as características que deve ter uma boa nutriz, para que a melhor escolha possa ser feita. A ideia incessante é a de que com o leite não são apenas ingeridas as boas e más ideias, mas que sua composição físico-química é em si mesma geradora de características morais úteis ou perniciosas para os indivíduos (COSTA, 1983/2004).

Nesse momento há uma mudança na concepção do que seria o leite materno: de um mero produto para fins de nutrição ele é alçado à categoria de uma substância dotada da característica de trazer com e através dele “algo a mais”. Essa é uma ideia que mais tarde será retomada por Freud em outros termos e que se constituirá como uma das bases mais importantes da sua teoria: a da pulsão sexual vinculada à ideia do apoio (*Anlehnung*), pois o bebê encontraria prazer na sucção do seio despertando-lhe satisfação além da nutrição, prazer que deixaria uma marca a ser repetida e, uma vez sem o objeto (seio), ela se tornaria autoerótica – uma marca estruturante do psiquismo humano. Falaremos melhor sobre isso no próximo capítulo.

Voltando ao contexto histórico, dentre as outras frentes de luta – todas com alvo estratégico de não desviar as crianças da linha reta de seu desenvolvimento – está a noção de vigilância, a favor de um olhar discreto, mas onipresente, da mãe. Nesse curso de ação da medicina doméstica, a família burguesa toma progressivamente a aparência de uma bolha, a qual tem como função proteger seus personagens das influências exteriores. Por isso a necessidade, para o médico, de ter um aliado de plantão 24 horas por dia, sete dias por semana – a mãe – capaz de refrear a ignorância da criadagem e impor seu poder à criança. Pois, sim, a mãe agora é dotada de poder. Uma aliança vantajosa para as duas partes: para o médico, que graças à aliança com a mãe derrota a hegemonia da medicina popular das “comadres”, e para a mulher burguesa, que através da importância concedida às funções maternas ganha

reconhecimento e uma poderosa função na sociedade. Um fenômeno que pode ser descrito como o que Dumont (1992) chama de “inversão hierárquica”, caracterizado por uma inversão de valores no nível inferior sem se constituir em uma contradição lógica para o sistema, na medida em que essa inversão está referida a uma situação específica que mantém uma relação de dependência ou subordinação diante do nível superior na sociedade como um todo. Em outras palavras, a autorização para o exercício do pleno poder na esfera doméstica, quando esta havia sido reinada pelo poder paterno e pela autoridade marital, além de não livrar a mulher de ser submetida ao poder masculino e à classe médica, assujeita-a e a exclui da vida social e política, que são níveis hierárquicos superiores da sociedade.

Assim, na medida em que os deveres em relação às crianças crescem, o poder da mãe cresce junto, pois “A mulher, a quem a condição de mãe, nutriz e protetora, prescreve deveres que os homens não conhecem, tem, portanto, um direito mais positivo à obediência” (PEUCHET, *apud* DONZELOT, p.25). É por isso que se sustenta a afirmação de que “a mãe tem um direito mais verdadeiro do que o pai à submissão do filho”, já que “é ela quem tem mais necessidade desse direito” (Id., *ibid.*).

Aqui tem início a construção que liga mãe e filho num registro dialético de poder e submissão, de autoridade e passividade, que até então estava circunscrita ao domínio do pai. No caso da mãe, o direito ao poder é justificado por sua necessidade, ou seja, diante da obrigação de zelar pelos filhos, lhe é concedido o direito ao poder e à autoridade sobre os mesmos. Antes, no caso do pai – e aqui notamos uma diferença importante –, o poder não lhe é concedido em virtude de seu dever de proteger e cuidar, pelo contrário. Ao pai é legado o direito absoluto de julgar e punir – em muitos casos até matar –, porque toda a sociedade repousa sobre o princípio da autoridade. Essa autoridade se sustenta por três discursos que entremeiam e auxiliam para justificar o princípio e os fatos: o de Aristóteles, que demonstra ser a autoridade (marital e paterna) natural; o da teologia, que afirma ser ela divina; e a dos políticos, que a pretende divina e natural ao mesmo tempo (BADINTER, 1980).

Desse modo, a nosso ver, existe uma diferença importante nessa passagem do poder paterno ao materno: o poder do pai repousa no direito absoluto de julgar e punir, enquanto o poder da mãe é erigido por um direito necessário de cuidar e proteger. É possível que essa diferença possa de algum modo, ter influenciado as futuras teorizações psicanalíticas sobre as funções paternas e maternas, em que o pai é concebido como o representante da lei e a mãe como responsável pelo cuidado físico e psíquico do filho, portanto, vetor de sua saúde, ou doença. À mãe, no contexto da teoria psicanalítica, cabe o dever de assegurar, de um modo ou

de outro, a depender do teórico, o resultado de uma operação que garante, ou não, a saúde psíquica do filho.

2.6 Maternidade passional

Outro aspecto, talvez o mais relevante, aquele que condensa de modo inquestionável todo o percurso que acompanhamos até agora e que acreditamos ser influenciador de grande parte do pensamento freudiano na construção da sua psicanálise, é o que Nunes (2000) denomina em um tópico de sua pesquisa de “maternidade e paixão” (NUNES, 2000, p. 74). Vejamos.

Um pensamento corrente entre os médicos oitocentistas sustenta que a mulher tira seu maior prazer da maternidade. Ao ter um filho, a mulher só se sentiria realizada na esfera doméstica, zelando por esse espaço que lhe seria tão fundamental. Desse modo, “o filho passa a ser tratado como objeto privilegiado de desejo materno” (Id., *ibid.*, p.74). A autora destaca que a maternidade e o amor são exaustivamente contrapostos à sexualidade. A vida do casal fica em segundo plano, ainda que se advogue que “algum” prazer seria necessário ter com o marido para garantir a durabilidade do casamento. Descreve-se a relação do casal de modo divinizado, em que a questão do prazer sexual é evitada. O que é destacado na leitura de filósofos com forte influência social da época é a sexualização que existe na relação mãe e filho, sendo esta colocada como a principal fonte de realização feminina. A autora apresenta uma descrição do filósofo Jules Michelet que, como ela, acreditamos ser exemplar:

Ela o olha fremente. Dela para ele, dele para ela, ocorre uma irradiação elétrica, um deslumbramento que os confunde um com o outro. Mãe, filho, são a mesma coisa nessa vívida luz que restabelece sua primitiva, sua natural unidade. Embora ela já não tenha a felicidade de contê-lo palpitante no fundo de seu seio, em recompensa tem esse encantamento, esse maravilhoso espetáculo, de tê-lo à sua frente sob seu ávido olhar. Debruçada sobre ele, ela estremece. Jovem e inocente como é, ela revela pelos mais ingênuos sinais seu prazer por assimilar, pelo amor, esse fruto divino de si mesma. Há pouco ele se alimentou dela, agora ela se alimenta dele, absorve-o, *bebe-o e come-o* (MICHELET *apud* NUNES, 2000, p.74-75, grifos do autor).

Nunes afirma que as palavras escolhidas pelo filósofo para descrever a relação da mulher com o filho – “palpitações”, “irradiação amorosa”, “estremecimentos” etc. – remetem aos sinais comumente usados na época para descrever a volúpia sexual. O filho deve se tornar para a mãe o objeto privilegiado de seu desejo; caso contrário, segundo o mesmo, ele não sobrevive.

Havelock Ellis (1913) descreve algo bem parecido que, posteriormente, Freud reitera, afirmando que o julgamento de Ellis está “quase no mesmo sentido” (FREUD, 1905/1976, p.210) de suas ideias sobre a relação entre mãe e bebê, a saber, que a mãe trata o filho “como o substituto de um objeto sexual plenamente legítimo” (Id., *ibid.*).

A mama inchada corresponde ao pênis em ereção; a boca ávida e úmida da criança corresponde à vagina palpitante e úmida; o leite, vital e albuminoso, representa o sêmen, igualmente vital e albuminoso. A satisfação mútua, completa, física e psíquica da mãe e da criança, pela passagem de um para o outro de um líquido orgânico e precioso, é uma analogia fisiológica verdadeira com a relação entre um homem e uma mulher no ponto culminante do ato sexual (Id., *ibid.*, p.13).

Desse modo, ao tornar o filho uma espécie de amante da mãe, a filosofia e a medicina oitocentista tentam garantir que a mulher não vá procurar alhures, no adultério, por exemplo, as satisfações e os prazeres que porventura não encontra no relacionamento sexual com o marido. É, sobretudo, na relação com o filho que se permite à mulher inscrever seu desejo, tornando a cria uma espécie de amante.

Nunes ainda afirma que

Numa sociedade onde a dupla moral sexual é admitida e os homens podem se dividir entre a ‘puta’ e a ‘santa’, resta às mulheres o consolo do amor do filho para minimizar as frustrações impostas pela restrição da vida doméstica e pela dessexualização do convívio amoroso com o marido (NUNES, 2000, p.76).

À vista disso, podemos constatar que a relação excessiva e extrema de satisfação com esse “objeto privilegiado de desejo” é estimulada nesse momento histórico. Na verdade, concluímos que essa relação concomitante e paradoxal de excesso e pureza não apenas é estimulada como é ensinada. O que desejamos destacar é o fato incontestável de que a relação entre mãe e filho, em que a primeira deseja devorar o segundo através de um desejo insaciável, é inventada e exaustivamente incitada.

Mais tarde, a teoria psicanalítica repete esses termos em uma operação paradoxal, na qual a relação da mãe com o filho é ao mesmo tempo caracterizada pela pureza ansiada e pelo excesso evitado. Chegaremos a isso.

Mostramos acima os processos de transformações dos discursos que fazem com que o corpo feminino passe a estar à disposição de interesses coletivos complexos, como o vigor de um povo e o crescimento de uma nação. O corpo feminino foi parte estruturante do processo de mudança da sociedade pré-moderna para a sociedade moderna, que só é possível graças às inversões de valores da figura da mulher. De um ser essencialmente nefasto e imoral a um ser naturalmente bondoso e imaculado; de uma total falta de vocação para a administração da

casa e dos filhos à mais alta aptidão para essa tarefa, a qualificação da mulher transita por extremos unicamente em virtude dos interesses das mais variadas instituições de poder.

É essa flagrante complexidade da figura feminina que encontraremos presente ao longo da obra freudiana, quando o autor atribui as mesmas dimensões de excesso e de pureza, de potência e de inocência, à figura da mulher e à da mãe. É o que veremos a seguir.

CAPÍTULO 3

A PSICANÁLISE E A MATERNIDADE

Vimos no capítulo anterior como as concepções acerca da criança, da mulher e da mãe sofreram radicais transformações ao longo dos séculos, em virtude dos interesses coletivos, mediados por instituições de poder. A concepção de criança e de infância, como um período especial e valorizado da vida do homem, foi forjada à medida que se entendeu ser a riqueza das nações dependente da qualidade dos corpos. Para tanto, foi necessária a existência de uma mãe bondosa e apta para assumir a função de zelar pela criança, e, em virtude dessa necessidade, essa figura foi criada. Nesse sentido, de um ser nefasto, dotado de um excesso sexual maléfico, a mulher é transformada em um ser puro e perfeitamente adequado ao exercício da maternidade, pretensamente em virtude das características naturais de seu corpo.

Neste capítulo, partiremos do livro da filósofa Elizabeth Badinter (1980), sobre a construção do ideal de maternidade, destacando o tópico no qual a autora versa sobre a psicanálise e sua influência nessa construção. Destacaremos algumas conotações particulares que o ato psicanalítico assume de acordo com sua inserção na atual tradição histórico-cultural; contemplaremos as figuras de mãe que são atravessadas pelas dimensões do excesso e da pureza no discurso freudiano; e apresentaremos formas alternativas de abordagem dessas dimensões.

Antes de tudo, gostaríamos de justificar o porquê de trabalharmos a partir de um livro com quase 40 anos de escrito. A obra de Badinter é uma rica, extensa e rigorosa pesquisa; contudo, o mais relevante é o fato de ser de indubitável atualidade e necessidade – tanto mais se levamos em consideração a ascensão dos discursos conservadores, calcados na “moral e nos bons costumes”, os quais apresentamos no primeiro capítulo deste trabalho.

Aliado à exposição do recrudescimento desses discursos, apontamos, também, no decorrer do trabalho, que o ideal burguês de maternidade foi fundado em uma relação intrínseca com os mesmos ideais de moral e de bons costumes autoritariamente exaltados na atualidade. Tendo esses pontos em vista, é do nosso interesse que não haja brecha para que a psicanálise seja usada como instrumento moralizante em relação ao feminino, indo em direção contrária ao de seu próprio criador que, ao inaugurar a psicanálise, reconhece na histérica o erotismo, a potência e o desejo feminino; sufocados pelo ideal vigente da maternidade. Portanto, gostaríamos de apontar as influências sofridas por Freud ao teorizar sobre o

feminino e a maternidade, de modo que possamos decantá-las, debruçando-nos sobre suas “desarmonias teóricas” (BIRMAN, 2016, p.176), e avançar.

3.1 Do mal moral ao mal psíquico: a questão do excesso materno

A filósofa Elizabeth Badinter, autora de *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (1980), um livro inesperadamente bem aceito na França na ocasião de seu lançamento, versa sobre o tema da maternidade em minucioso trabalho de pesquisa nos campos da arqueologia, da biologia e da história para justificar a tese de que não existe a universalidade e a eternidade do amor materno. Como acompanhamos no eixo anterior, a autora sustenta que o amor e o instinto materno que se atribui a toda mulher “normal” são tão somente sentimentos que foram exaltados por narrativas discursivas em um tempo histórico específico, com finalidade determinada. Badinter foi uma das primeiras intelectuais a conferir rigor teórico e acadêmico ao tema da maternidade na vertente de uma construção discursiva. A autora atesta que “uma sociedade que não valoriza um determinado sentimento pode extingui-lo ou sufocá-lo ao ponto de eliminá-lo totalmente dos corações” (1980, p.10). Desse modo, Badinter mostra que a relação romantizada que se supõe existir entre mãe e filho não está igualmente presente em todas as culturas e em todas as épocas. Um marco sobre o tema, certamente. Na terceira parte de seu livro, a autora dedica um tópico inteiro (cerca de dez por cento da obra) à discussão do que ela chama de “o discurso médico herdado por Freud”. O referido tópico tem o intuito de evidenciar como a psicanálise freudiana e pós-freudiana, graças à vulgarização promovida pelos meios de comunicação de massa, contribuiu para tornar a mãe o personagem central da família e, com isso, conferir-lhe responsabilidades diretas e indiretas, “a ponto de ter deixado uma marca real e pesada no inconsciente feminino” (p.248).

O livro de Badinter, escrito em 1980, contém alguns pontos que poderíamos chamar, hoje, de uma leitura ultrapassada da psicanálise, pois, com o passar do tempo, na esteira das mudanças sociais, questionamentos foram suscitados, tendo como resultado a transformação de certas abordagens ou mesmo o fim de argumentos construídos por representantes de diferentes escolas da psicanálise. Contudo, a crítica fundamental que Badinter sustenta, e que acreditamos merecer ser honestamente ponderada, é a de que a psicanálise não só aumentou a importância atribuída à mãe, como “medicalizou” o problema da mãe má – como a própria autora pontua, muitos psicanalistas sugerem às mães, cujos filhos têm problemas, que elas se submetam a um tratamento analítico –, sem conseguir anular as posições moralizadoras do

século anterior. Dito de outra forma, a psicanálise não teria conseguido provar a independência do mal psíquico em relação ao mal moral.

Badinter nos fala de uma “marca pesada no inconsciente feminino”, e não é preciso ser psicanalista para reconhecê-la. No entanto, acreditamos que isso não pode ser creditado unicamente ao discurso freudiano e à psicanálise pós-freudiana, como mostramos no eixo anterior. Aliás, mostrar esse fato é o que a própria autora faz em sua obra. Nesse sentido, podemos verificar que Freud é tão precursor quanto herdeiro dos discursos médicos do século XVIII, para fazer uma referência ao título do tópico do livro de Badinter.

A construção freudiana do ser masculino e do ser feminino – em que esse último é relacionado de maneira direta com a maternidade – é bem precisa ao se fundar em detalhes da matriz imaginária, surgida na modernidade, sobre a diferença sexual. Assim, podemos dizer que essa matriz atravessa o discurso freudiano como um *a priori* definido no plano dos valores, não como um conceito, mas de fato como um preconceito (BIRMAN, 2016). Esse atravessamento é perfeitamente visível nos conceitos (ou preconceitos) freudianos relacionados ao feminino, e o mais ilustrativo dessa influência aparece quando Freud formula a gênese da mulher através da maternidade, em uma articulação que veremos de maneira pormenorizada mais adiante.

De todo modo, o que queremos destacar neste momento é o argumento que Badinter sustenta: após Freud ter descoberto a existência do inconsciente e de ter mostrado que ele se constitui durante a infância, os psicanalistas adquirem o hábito de interrogar a mãe, ou mesmo questioná-la, à menor perturbação psíquica da criança, considerando-a a causa imediata, se não a primeira, do equilíbrio psíquico do filho; ainda que, diga ela, de fato não tenham atribuído unicamente à mãe a responsabilidade pelo inconsciente do filho.

Hoje, passado mais de meio século da invenção da pílula anticoncepcional e da possibilidade de alguma independência da mulher diante dos constrangimentos da procriação, o que ainda se percebe é a insistência de práticas de pedagogização da maternidade, com características de policiamento e culpabilização da mulher. Práticas que, tendo a teoria psicanalítica para respaldar, muitos psicanalistas não se eximem de exercer.

Camila Fernandes (2018), em uma etnografia realizada junto a mulheres moradoras de um complexo de favelas na Zona Norte do Rio de Janeiro, localiza a reiteração de discursos nos quais a sexualidade feminina e, em especial, o modo de maternar de algumas mães – a saber, as “*mães nervosas*” e as “*mães que dão os filhos*” – é apontada como causadora dos problemas das políticas públicas, tais como a falta de vagas nas creches, a falta de leitos em UTIs, os atendimentos precários nas Clínicas da Família e até os conflitos decorrentes do

processo de “Pacificação” nas favelas. A autora mostra que a personificação de elementos perturbadores da vida social encontra-se materializada e incorporada no que ela chama de *figuras da causação*, nas quais a maternidade (ou a “má” maternidade), em sua economia de intensidades, ganha destaque. Fernandes verifica que, segundo as narrativas populares e das administrações do Estado, a “sexualidade errada” das mulheres seria a gênese do problema das “mães más” (FERNANDES, 2017, p.127). O caráter da reprodução biológica, junto à marcação simbólica de elementos como o sexo, desejo, útero, cuidado, afeto, vida e morte, virtualiza a reprodução social da imagem da mãe que gera e que deveria cuidar dos seus tanto no nível do corpo físico como no do emocional. A autora refere em sua pesquisa ter encontrado profissionais de psicologia atuando em serviços públicos, na área onde a etnografia foi realizada, que apresentariam igualmente a mesma perspectiva das narrativas populares no que se refere ao conceito da maternidade. Embora não saibamos se os profissionais citados estariam alinhados à prática da psicanálise, pela correspondência com a prática do psicanalista, esse deveria ser um aspecto a ser considerado, já que a última direção de trabalho do analista deveria ser o julgamento – nesse caso, o julgamento prévio de que é obrigação da mãe geradora o cuidado com os seus.

Em sua prestigiada obra, *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*, Luís Fernando Duarte (1986) revela como a mãe é associada às perturbações físico-morais que as crianças manifestam. Nesse sentido, seus males psíquicos derivam de diversos fatores relacionados ao afastamento das mesmas, seja em virtude do abandono da unidade doméstica, ou quando a criança é confiada ou doada a outra família do mesmo espaço social. Em contrapartida, o autor mostra que o afastamento da figura paterna é muito menos enfatizado como drama propiciador da perturbação infantil; e as perturbações decorrentes da ação paterna estão menos associadas a seu comportamento omissivo do que a um desempenho comissivo.

Nesse ponto existe uma diferença bem específica em relação à psicanálise no que concerne à atribuição dos prejuízos decorrentes da presença/ausência da mãe e do pai. A seguir, evocaremos de modo sucinto a figura do pai na psicanálise para melhor fundamentar este ponto.

3.1.1 O pai na psicanálise

O mito do pai da horda primitiva, construído por Freud em *Totem e Tabu* (1912/2012), é uma tentativa de responder à questão da proibição do incesto que, segundo

Lévi-Strauss (2012), constitui um critério rigoroso ao separar natureza e cultura. Pelas mãos de Freud, o mito ilustrado do pai morto que, assassinado pelos filhos, torna-se mais poderoso do que jamais fora em vida. O sentimento de culpa, causado pela morte, acaba por instituir a interdição do incesto, pela qual todos renunciam à posse das mulheres antes pertencentes ao pai, quando foi principalmente para assegurar essa posse que assassinaram o pai (DOR, 1991).

A proibição do incesto na psicanálise figura como a estrutura subjacente do complexo de Édipo. Esse conceito central da teoria psicanalítica, em virtude de seu papel decisivo na constituição do sujeito, encontra no pai seu elemento ordenador. No entanto, há controvérsias sobre a forma como essa ordenação ocorre. Conceber o pai como um personagem concreto, sem esclarecer sua função no psiquismo, traz uma série de problemas e críticas, tanto sociais como antropológicas, à psicanálise.

Retomaremos mais adiante as concepções freudianas sobre a maternidade referidas ao complexo de Édipo, mas antes disso faremos um desvio, trazendo as formulações lacanianas acerca da mãe. Nosso objetivo é enfatizar o que Lacan denominou “mãe crocodilo”, mostrar como essa concepção se encontra articulada à noção de excesso materno – questão crucial do nosso trabalho – e os efeitos disso.

3.1.2 A “mãe crocodilo” de Lacan

A partir de 1958, apoiando-se nas ideias de Freud, Lacan empenha-se em esclarecer a noção de *pai* em psicanálise, sobretudo para “exorcizar as proposições ‘pedago-lógicas’ e os lugares comuns psicologizantes ainda muito difundidos nos meios educacionais em torno da *carência do pai*” (DOR, 1991, p. 18). Desse modo, pela crítica à abordagem ambientalista, que salientava a importância de um pai como elemento concreto do ambiente da criança, Lacan sustentou que o pai, em psicanálise, é, antes de tudo, um operador simbólico a-histórico. Nesse sentido, o pai seria uma entidade essencialmente simbólica, que ordena uma função sempre em relação à criança e à mãe: a função fundamental de marcar uma referência à Lei da interdição do incesto (Id., *ibid.*). Dito de outro modo, a função de fazer uma barreira, com a eficácia do simbólico, entre a mãe e a criança, pois, teoricamente, haveria uma tendência absoluta do desejo materno de devorar, na forma de um puro gozo, o filho.

Não é nossa intenção fazer uma leitura descontextualizada, podendo se tornar ingênua, do que Lacan teorizou sobre a mãe, mas pensamos ser inevitável trazer algumas de suas

considerações justamente para contextualizarmos algumas das nuances trazidas pelo discurso psicanalítico, aqui, pós-freudiano.

Para Lacan, o pai ou, mais especificamente, sua função, seria o “rolo de pedra” na boca do “crocodilo” materno, a impedir que ela se feche sobre o corpo da criança (LACAN, 2003).

O papel da mãe é o desejo da mãe. Digo-lhes coisas simples, estou improvisando devo dizer, há um rolo, de pedra, é claro, que lá está em potência, no nível da bocarra, e isso retém, isso emperra. É o que se chama falo. É um grande crocodilo em cuja boca vocês estão. A mãe é isso (LACAN, 2003, p.105).

Em 1938, no artigo “Complexos Familiares” (1938/2003), Lacan desnatura a família humana e a inscreve no campo da cultura, segundo a lógica estruturalista. Seguindo essa lógica, os laços de sangue são substituídos pelos laços simbólicos, fazendo com que as figuras do pai e da mãe ganhem novos estatutos. Pai e mãe, a partir de então, ganham o estatuto de funções, função de nomeação e função de cuidados, respectivamente. Desse modo, a mãe se acha fortemente ligada ao lugar do Outro primordial da criança, um lugar que implica a constituição do processo de comunicação, de interpretação, ou seja, de mediação entre a criança e o novo mundo de linguagem que ela habita.

Em 1969, Lacan redefine essas funções e destaca a necessidade da transmissão de um desejo para a constituição do sujeito, um desejo que não seja anônimo.

É por tal necessidade que se julgam as funções da mãe e do pai. Da mãe, na medida em que seus cuidados trazem a marca de um interesse particularizado, nem que seja por intermédio de suas próprias faltas. Do pai, na medida em que seu nome é o vetor de uma encarnação da Lei no desejo (LACAN, 1969/2003, p.369).

Lacan considera particularidades na constituição do desejo de ser pai e do desejo de ser mãe, que seguem caminhos distintos para homens e mulheres; na mulher o desejo de ser mãe está relacionado diretamente com a castração.

O caráter devorador da mãe, mencionado anteriormente, estaria ancorado na insatisfação constitutiva da mulher, decorrente de sua falta fálica. Partindo de uma concepção lacaniana clássica sobre o papel e a função da mãe, Romildo do Rego Barros explica que ela “não é um sujeito, mas um desejo” (2015, p.27) e que “como todo desejo, ela tem um objeto ilimitado” (Id., ibid.), e acrescenta que “esse desejo determina o lugar da criança no mundo, que por sua vez, não é ilimitado”. Dessa forma, a criança surge como significação do desejo materno, ou seja, como o ponto de interrupção no que há de ilimitado desse desejo (Id., ibid.).

Como vimos acima, Lacan define primeiramente a mãe como responsável por oferecer cuidados que tragam a marca de um interesse particularizado, depois como um desejo (ilimitado) e depois como crocodilo. Na sequência, para que o crocodilo seja compatível com o desejo, digamos, “saudável”, a mãe, como um crocodilo, já deve incluir o rolo de pedra que a impede de fechar a própria boca. Ou seja, a mãe-crocodilo deve incluir aquilo que impede sua boca de fechar ou não se pode dizer que ele equivale ao desejo da mãe; nesse caso estaríamos falando de um puro gozo, e não de desejo (VIEIRA & BARROS, 1995). É a mesma lógica da equação do “Nome-do-Pai” como barreira entre a mãe e a criança. O pai é o rolo de pedra que relativiza o puro gozo materno pela presença do falo.

A forma lacaniana clássica de teorizar a mãe é, como a do pai, uma metáfora; a mãe é também uma função, que deve ser entendida como um elemento da montagem e que produz um lugar de existência para o sujeito. Contudo, se a mãe tem como característica *ser* um elemento da montagem, por que a atribuição pelo eventual dano causado à criança recai sobre seu colo (com a licença do trocadilho)? Mesmo quando a criança localiza “o brilho no olhar da mãe”, ao apreciar outro objeto que não ela própria, produzindo, com esse outro desejo, um efeito de localização subjetiva na criança – ou seja, dizendo: deixo você existir, pois você não é tudo para mim, fique tranquilo que não te devorarei –, é à mãe que se atribui o desejo, aqui, eficaz, do (outro) olhar. Assim, o pai está no discurso ou, no caso, no olhar da *mãe*. Em outras palavras, à mãe cabe desejar, pois a criança depende do lugar no desejo materno, seja ele qual for. A mãe deseja ilimitado, e pode devorar, saturando com o corpo do filho sua falta fálica; da mãe se espera que, via Nome-do-pai, interrompa seu próprio desejo infinito. A mãe, sempre a mãe. Em termos discursivos, qual é o efeito disso? Seria a mãe da psicanálise uma extensão da figura feminina construída na modernidade, carregada de um poder que oscila entre o bem e o mal?

3.2 Os efeitos práticos de um conceito

Recentemente, na França, a publicação de um relatório pareceu fazer eco às advertências de Badinter quanto à divulgação das ideias psicanalíticas em relação à maternidade e à função da mãe. O relatório sobre as “boas práticas no tratamento do autismo”, publicado pela *Haute Autorité de Santé* (HAS)⁷, recomendava peremptoriamente a exclusão

⁷A HAS é encarregada de avaliar cientificamente e promover as boas práticas e o bom uso dos cuidados de saúde. Trata-se de uma entidade independente, composta por um colegiado com especialistas médicos, funcionários públicos e acadêmicos, cujas recomendações são seguidas com atenção.

da psicanálise do quadro das terapêuticas relativas ao autismo. Como justificativa, argumentava que a maneira como a mãe é concebida pela psicanálise, nos casos de autismo, não seria de forma alguma produtiva na abordagem terapêutica desses casos; pelo contrário, pioraria o prognóstico. Expliquemos o argumento.

No início do século XX, o transtorno hoje conhecido como autismo era considerado como uma psicose infantil. Nos anos 40, o psiquiatra Leo Kanner afirmou que esse transtorno seria causado pela incapacidade das mães das crianças de se envolverem afetivamente com as mesmas, cunhando-as assim de “mães geladeira”. Anos mais tarde, o psicólogo e psicanalista Bruno Bettelheim, reforçou e popularizou a ideia das mães “frias”, o que contribuiu para a criação de gerações de mães culpadas e de famílias perdidas quanto a qual tratamento procurar para os filhos. Já os lacanianos, como mostramos, propunham diversos conceitos nos quais relacionavam o autismo a uma “falha” na relação primária com a mãe.

Assim, o parecer 102 do Comitê Consultivo Nacional de Ética da França, de novembro de 2007, fez questão de denunciar o “escândalo francês” que, segundo ele, teria culpabilizado, durante décadas, as mães sufocadas pela angústia (WOLF, 2012).

O cenário no qual a psicanálise reina, no que tange ao tratamento do autismo, só começa a mudar com o avanço das pesquisas nos campos da neurociência, que oferecem – e não cessam de oferecer, pois não há consenso sobre a causalidade – outras explicações para o aparecimento do transtorno. Se hoje ainda não se sabe a causa exata e tampouco seu tratamento efetivo, o relevante, nesse caso, está no fato de que o autismo teria deixado de ser considerado um transtorno de base relacional (mais especificamente entre mãe e bebê) para ser reconhecido, quase unanimemente, como uma perturbação do desenvolvimento neurológico.

Assim, atesta-se no relatório citado que “a falta de dados sobre a eficácia e a divergência de pontos de vista expressos não sugerem a relevância das intervenções com base em abordagens psicanalíticas, nem em psicoterapia institucional” (FAVEREAU, 2012). O relatório é considerado um “fechar de portas” para a psicanálise no tratamento do autismo. Essa mudança epistemológica e nosológica teve como consequência, segundo Wolf, uma “guinada ética” (WOLF, 2012, p.256) e foi comemorada por muitas famílias e mães. Uma delas está no Brasil. Autora de um blog⁸ muito conhecido sobre questões relacionadas à maternidade e ao cuidado com crianças com autismo, essa mãe mantém na plataforma duas

⁸Cf. BONOLI, A. Autismo, psicanálise e a culpabilização materna. **Lagarta Vira Vida**, 15 mai. 2012. Disponível em: <<https://lagartavirapupa.com.br/autismo-psicanalise-e-a-culpabilizacao-materna>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

reportagens especialmente direcionadas a falar da prática psicanalítica nos casos de autismo. Sob os títulos “Autismo: por que fugir da psicanálise” e “Autismo, psicanálise e a culpabilização materna”, ela não poupa críticas à teoria e diz que hoje trabalha para difundir a ideia de que ser mãe já é suficientemente difícil para se acreditar que se é responsável por cada fator da vida do filho, inclusive, os relativos ao “desenvolvimento cognitivo e neurológico” (BONOLI, 2012), em uma clara referência (contra) às teorias psicanalíticas que atribuem o aparecimento do transtorno a uma falha na relação inicial da mãe com a criança. Fica evidente que a mãe e autora do blog encontra no novo paradigma do discurso da neurobiologia legitimidade para se sentir desculpabilizada por anos de uma cultura (psicanalítica?) acusatória, o que é perfeitamente compreensível. Contudo, atribuir unicamente a uma perturbação neurológica o dito transtorno e não levar em consideração nenhum aspecto de base relacional com o(s) outro(s) que cerca(m) a criança é fechar os olhos para o que, certamente, existe para ser visto.

A querela entre psicanálise e autismo gera muita repercussão, inclusive pelo fato de, sabemos, haver interesses políticos e mercadológicos envolvidos na difamação de sua prática. Não obstante, é preciso trazer luz e honestidade para o fato de que as críticas, a despeito dos interesses escusos contra a psicanálise, se fundam em grande parte nos efeitos de seu discurso, o qual atribui demasiada responsabilidade à mãe em níveis estruturais. E, aqui, de modo algum estamos sugerindo que a figura materna seja desprovida de grande importância. O que desejamos destacar são os efeitos lesivos – para a mãe, para a criança e também para a família – da obstinação de alguns representantes da psicanálise em se manterem aferrados a um arranjo teórico que foi inapelavelmente contaminado por uma posição política e pré-teórica que se mantém como raízes sob seu solo epistêmico.

O referido relatório francês comenta que outros métodos de abordagem do transtorno e práticas de acompanhamento com participação familiar, que não a psicanálise, levaram a uma atenção particular dada ao sofrimento das famílias e ao acompanhamento delas, contribuindo assim para aliviar seu sofrimento. Sobre o “escândalo francês” (WOLF, 2012, p.256), Wolf comenta que a psicanálise tem como consequência prática “culpabilizar” (p.257) os que rodeiam o sujeito e que teriam contribuído para ele se tornar o que é. Afirma, também, que dirão que isso é compreender mal a psicanálise; entretanto, assevera: “os conceitos têm vida própria, independente do quadro científico, e têm seus efeitos práticos no campo social” (WOLF, 2012, p.257).

O que gostaríamos de destacar com o caso do autismo é que, se no imaginário popular “a culpa é sempre da mãe”, não nos parece que os teóricos da psicanálise tenham se esforçado

– como fez Lacan sobre os danos causados pela ausência da figura do pai – para desfazer essa premissa. Seja pela falta de afeto, seja pelo excesso de desejo, à figura da mãe os psicanalistas atribuem a responsabilidade pela constituição de uma estrutura que determina o bem ou o mal-estar do filho; a mãe permanece sendo, há séculos, o vetor da saúde física e psíquica da criança. E se a psicanálise não se encarregou sozinha da construção dessa cultura, seus representantes também não fizeram questão de desconstruí-la. Quando foi cobrada a presença e a participação do pai na educação das crianças – para dividir com a mãe as responsabilidades de sua criação –, a resposta da psicanálise, pela voz expressiva de Lacan, foi a de que vale menos um pai de carne e osso (se sua função não for sustentada pelo desejo da mãe) do que o pai propriamente dito ausente, contanto que o exercício de sua função simbólica seja garantido pelo discurso da mãe.

A psicanálise é uma prática eminentemente clínica e é inegável o fato de que a teorização freudiana, elevada à décima potência por Lacan, é cotidianamente encarnada pelas histórias trazidas a nós em nossas práticas clínicas. Contudo, os efeitos práticos de seus conceitos tornam-se muitas vezes normas, até mesmo por ser a psicanálise, e mesmo antes de tudo, uma prática clínica e terapêutica, logo, potencialmente normativa (WOLF, 2012).

Conforme explicita Badinter – e Wolf e outros reiteram – a psicanálise contribui para a construção de uma narrativa acerca da mãe com viés normativo. Por exemplo, Birman (2016), autor que se debruça de maneira marcante sobre a questão do feminino na psicanálise, afirma que se há um “incontestável” (BIRMAN, 2016, p.24) no discurso psicanalítico, é a promoção da figura da maternidade como forma de realização feminina por excelência. O autor entende que na perspectiva freudiana, “sem a maternidade a mulher não seria mulher de verdade, do estrito ponto de vista libidinal” (Id., *ibid.*, p.25). Essa afirmação significa que outras vias de realização do feminino não seriam privilegiadas, podendo estar inscritas, inclusive, no campo da patologia libidinal – uma imagem feminina muito similar à da mulher oitocentista considerada “degenerada”.

De todo modo, como já foi dito, não pretendemos com essas apreciações fazer uma caça às bruxas da psicanálise, muito pelo contrário. Nosso interesse é o de positivar tanto a psicanálise quanto a maternidade sem, no entanto, deixar de apontar o que nos parece serem formulações datadas da teoria e as consequências normatizantes que se mantêm como raízes sob seu solo epistêmico, no que diz respeito à figura da mãe e à noção de maternidade.

3.3 A psicanálise e sua penetração nos mecanismos de construção do social

De acordo com Donzelot (1986), a história da psicanálise tem sido marcada por uma dimensão de intimismo, pois, presa a um esquema pré-formatado, postula-se o seu nascimento a partir de relações privadas (contratuais), formadas em consultórios privados dos quais só sairia tardiamente para ocupar setores públicos (dispensários, setorização, ensino etc.). Contudo, o autor sustenta que, ao contrário, de certo modo, a psicanálise se estabeleceu muito rapidamente num meio híbrido de público e privado, e que essa foi uma razão fundamental de seu sucesso. Ainda que tardiamente introduzida na França, é justamente em setores semipúblicos, como o Planejamento Familiar, que ela se apoia, como referência a problemas do tipo: “Como evitar filhos não desejados?” (DONZELOT, 1986, p.6).

Para o autor, o poder que a psicanálise obtém para investir sobre um setor misto, “o” social – já que o psicanalista não é um trabalhador social, *stricto sensu*, ou seja, não vai a casa, não verifica o que se diz, não provoca nenhuma coerção –, vem do fato de haver, naquele momento histórico, uma tensão entre a ordem judiciária e a ordem psiquiátrica (a insuficiência do seu esquema, a noção demasiado grosseira de degenerescência, etc.). Dito de outro modo, há muitas oposições entre as exigências do Estado e os critérios da psiquiatria; faltam regras de equivalência e de tradutibilidade entre os dois sistemas. Assim, de certo modo, o que ocorre é que a psicanálise passa a registrar essa ausência de equivalência e a propor substituir-lhe um novo sistema de flutuação, criando os conceitos teóricos e práticos necessários ao novo estado de coisas. A psicanálise garante essa flutuação, o que a psiquiatria não pode proporcionar na medida em que aquela consegue

[...] fazer flutuar as normas públicas e os princípios privados, as perícias e as confissões, os testes e as lembranças, graças a todo um jogo de deslocamentos, condensações, simbolizações, ligado às imagens parentais e às instâncias psíquicas que a psicanálise mobiliza. Tudo se passa como se as relações Público-Privado, Direito-Medicina etc., tivessem ficado muito tempo sob um regime padrão, isto é, de lei, que fixasse relações e paridades, mesmo com grandes margens de flexibilidade e de variação (DELEUZE *apud* DONZELOT, 1986, p.7).

Desse modo, “o” social, no qual a psicanálise se inscreve, nasce com um regime de flutuação, em que, na perspectiva foucaultiana (2017), as normas substituem a lei e os mecanismos reguladores e corretivos substituem o padrão.

A psicanálise pode muito bem falar da Lei, mas faz parte de outro regime. Não que ela seja a última palavra no social: se o social é de fato constituído por esse sistema de flutuação regulada, a psicanálise nada mais é do que um mecanismo entre muitos outros, e não o mais poderoso; mas ela os impregnou a todos, mesmo devendo desaparecer ou fundir-se neles (DELEUZE *apud* DONZELOT, 1986, p.8).

Com base nesse entendimento, a constatação de que a psicanálise penetra nos mecanismos de construção do social pode ser muito bem expressa nas concepções decisivas de Freud sobre a criança e a mulher. E, por consequência, na de maternidade. Pois bem, quais foram essas concepções?

3.3.1 A criança-sujeito freudiana

Como temos visto no decorrer desta pesquisa, a modernidade é erigida em uma composição de novos discursos sobre os corpos na sociedade, em especial o da mulher e o da criança. O crescimento do poder da burguesia, da ideologia natalista do final do século XIX e a revolução psicanalítica muda radicalmente a condição da criança (BADINTER, 2011).

Como observa Badinter (Id., *ibid.*), Freud, com o discurso da psicanálise, faz uma contribuição fundamental para a composição dos referidos discursos sobre os corpos: na aurora do século XX, confere à criança um precioso valor ao postular a tese da função estruturante da sexualidade infantil no processo de constituição do sujeito. Vejamos as principais implicações dessa concepção fundamental.

Em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/1976), Freud se detém na noção da pulsão sexual para mostrar que, ao contrário do que se postulava até então, a sexualidade existe na infância sob múltiplas formas. Freud inaugura uma nova forma de olhar a criança, enunciando um conjunto de proposições, ainda que chocantes para a época, ao formular a existência da sexualidade infantil, genuinamente perverso-polimorfa. O que essa proposição sustenta, entre outras coisas, é que no exercício das funções de autoconservação, a criança é capaz de sentir sensações de prazer que depois lembra e reproduz com independência do objeto externo que providenciou a satisfação primeira. A criança faz uma utilização sexual de partes do seu corpo, mais precisamente, zonas erógenas de natureza autoconservativa (boca, ânus, pele, genitais, etc.), o que é chamado de modo autoerótico de obter prazer. Dito de outro modo, a sexualidade humana goza com qualquer parte do corpo, não só com os genitais, e se manifesta indubitavelmente na criança. “Qualquer parte do corpo pode adquirir a mesma suscetibilidade ao estímulo possuída pelos órgãos genitais e pode tornar-se uma zona erógena” (FREUD, 1905/1976, p.188). Portanto, a sexualidade dita adulta, em sua vertente heterossexual e reprodutiva, seria apenas uma de suas múltiplas formas, bem como os objetos aos quais aspira e as finalidades que almeja. O que Freud afirma com isso não é que a sexualidade infantil seja a sexualidade da criança, mas sim que esta – a sexualidade da infância – é a forma da sexualidade humana. A extrema relevância dessa teoria

se funda no fato de que a principal característica da pulsão sexual é a de ter disposição aglutinadora, de modo que a sexualidade se configura como o modo ordenado do psíquico que, sem tal organização, é puro caos e dispersão. Assim, a pulsão sexual é o próprio substrato do psíquico.

Contudo, a pulsão sexual não se configura como algo inato, pronto no organismo do sujeito. O que nos parece capital na formulação freudiana sobre a sexualidade é a ideia de que esta, dirigida ao prazer, é tecida no sujeito por meio de marcas psíquicas impressas desde suas primeiras experiências de satisfação e prazer. Esse enunciado faz alusão ao fato de o bebê, em meio às suas primeiras experiências na relação com o outro, isto é, no recebimento dos cuidados iniciais, ser inserido pelo outro – normalmente conhecido como mãe – no campo da satisfação, um campo operado pela lógica prazer/desprazer, que tem a prerrogativa de promover as primeiras inscrições psíquicas no sujeito. Assim, a primeira forma de ser sujeito é descrita a partir dos primeiros destinos da pulsão, ou seja, a transformação de atividade em passividade e o retorno sobre o corpo da própria pessoa, constituindo, então, nesse movimento, as primeiras inscrições psíquicas no sujeito. Nesse sentido, a força pulsional e o outro estariam irremediavelmente na origem da constituição subjetiva do sujeito.

É importante destacar que o outro cuja presença serve de amparo e transformador da força pulsional, é quem, segundo Freud, através dos primeiros cuidados e, na linguagem freudiana, sedução, imprime as marcas referidas acima no corpo do infante. A mãe, com todas as suas expressões de ternura “está despertando a pulsão sexual de seu filho e preparando para a intensidade posterior desta” (1905/1976, p.210).

Faz-se necessária uma lembrança: nas sociedades ocidentais atuais, onde opera a divisão sexual do trabalho, é relegada às mulheres e às mães a responsabilidade pelos cuidados com as crianças; portanto, nesse contexto, serão essas figuras as incumbidas da impressão de tais marcas no infante. Contudo, essa prerrogativa não seria apenas das mães e das mulheres, segundo uma leitura da maternidade sob a ótica da teoria das pulsões.

Antes de avançarmos, gostaríamos de salientar outro ponto relevante da concepção de criança para Freud. Derivado de seus achados clínicos, o autor postula a ideia de que na infância se encontram fantasias sexuais potencialmente capazes de permanecer na vida psíquica do adulto e se manifestar como eventuais neuroses. Em decorrência disso, a infância passa a ser caracterizada como um terreno fértil de investigação, no qual está sedimentada a etiologia dos fenômenos neuróticos, sendo a sexualidade infantil seu elemento-chave. É nesse sentido que se dá na (sexualidade da) infância a permanência e a constituição do adulto. Freud inverte a ordem das coisas, transformando a criança em uma fonte de saber sobre o adulto.

Está no período inicial da vida e da sua sexualidade a chave para os enigmas que o adulto tem que, porventura, com a ajuda de um psicanalista, desvendar.

Outro ponto a ser salientado é a disjunção operada entre a noção de sexualidade do seu fundamento biológico, genital e reprodutivo, e fora do registro da complementaridade dos sexos, surgida na modernidade, como acompanhamos no capítulo anterior; um *corte epistemológico*, certamente. A partir de Freud, a sexualidade é alçada a uma disposição psíquica universal – a própria essência do funcionamento humano. Dessa forma, ao alçar a sexualidade a uma disposição psíquica universal e ao atribuir sua constituição ao período infantil, Freud encontra subsídios teóricos para afirmar que o inconsciente e as neuroses igualmente se constituem na infância, ainda que a neurose só se manifeste muitos anos depois.

Vemos, portanto, que a partir de Freud, apoiada no conceito de sexualidade infantil, há uma reviravolta crucial acerca da concepção de infância que, entre outras coisas, serve para reiterar, se não aumentar, a responsabilidade do adulto – principalmente da mãe – em relação ao desenvolvimento psíquico da criança.

3.3.2 *O feminino freudiano: monismo sexual e marca indelével da falta*

Tornar-se mãe é considerado por Freud uma das soluções para o enigma do feminino. A maternidade é por ele postulada como resultado de uma equação que satura a falta fálica feminina. Essa equação, ocorrida dentro do contexto do complexo de Édipo, torna possível a transformação da menina em mulher, em uma trajetória edípica mais complexa que a do menino. Portanto, antes de nos determos no tema da maternidade propriamente dita, nós exploraremos brevemente a ideia de feminino na obra freudiana que, como salienta Birman (2016), não é construída livre de “desarmonias teóricas” (BIRMAN, 2016, p.176).

No início de suas pesquisas, Freud adota a concepção hegemônica dos séculos XVIII e XIX, a qual pressupõe homens e mulheres naturalmente diferentes e complementares. Em função disso, ele se torna defensor do ideal feminino que valoriza a imagem da mulher passiva e maternal, cuja vida deve ficar restrita à esfera doméstica (GAY, 1989).

Contudo, à medida que passa a ouvir as histéricas, Freud se dá conta de que a economia libidinal feminina não poderia ficar restrita à pobreza erótica que a cultura lhes determinava. Nunes (2002) afirma que “a sexualidade feminina se apresentou a Freud de forma exuberante, constituindo-se um problema que ele tentaria decifrar pelo resto de sua vida” (NUNES, 2002, p.40). Assim, a fim de compreender a singularidade e a aparente contradição com que se depara, Freud formula uma teoria intrigante. Ao mesmo tempo em

que concebe o sexo feminino como passivo, pensa as pulsões e o comportamento ativo das meninas como masculino, ou seja, embora feminina por essência, a menina seria dotada de sexualidade masculina. Isso posto, não é difícil pressupor que, em algum momento, a sexualidade masculina das meninas teria que se transformar em uma sexualidade feminina. Vejamos.

Em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905), Freud constrói, tal qual Galeno, no século II, um modelo monista no qual o pênis é considerado o órgão de referência (LAQUEUR, 2001), enunciando assim, a sexualidade masculina como o modelo de sexualidade humana. Como mostramos acima, Freud concebe a sexualidade das crianças como sendo uma atividade autoerótica e, nesse sentido, ainda em seus primórdios, ela é idêntica em ambos os sexos, possuindo um caráter inteiramente masculino, o que significa que não há diferença sexual na infância. O modelo monista é baseado nas “teorias sexuais infantis” – uma premissa universal de todas as crianças –, em que estas só reconhecem um órgão sexual, o masculino, negando a existência da vagina. Não há, por parte delas, o reconhecimento do caráter da diferença, ou seja, de que cada um teria genitais dotados de características singulares. Assim, as crianças têm a crença de que todos os seres possuem um pênis e, com relação às meninas, ao constatarem em seus corpos a presença do clitóris, inicialmente supõem que o pênis nelas ainda cresceria. Entretanto, à medida que as crianças percebem que o pênis de fato não existe, a ênfase passa a ser dada à falta ou à possibilidade de falta do órgão. Dessa forma, as crianças supõem que o pênis esteve um dia presente no corpo das meninas, porém foi retirado. Dito de outra maneira, a diferença é apenas reconhecida como falta: a menina não é uma pessoa com uma vagina, mas sim alguém sem um pênis, ou melhor, alguém que um dia o teve, mas o perdeu.

Portanto, Freud imagina que a constatação da ausência desse órgão no corpo das meninas as leva a desenvolver uma forte inveja, fazendo com que desejem ser também um menino, tornando-as, assim, vítimas do complexo de castração, “tão importante em suas consequências” (FREUD, 1905/1976, p.183). A constatação dessa perda é intolerável, de modo que a menina não faz uma renúncia à perda sem alguma tentativa de reparação. Então, “ela desliza – ao longo de uma linha de equação simbólica – do pênis para um bebê” na tentativa de reparar sua falta (FREUD, 1924/1990, p.223). Veremos essa formulação com vagar mais adiante.

De acordo com Freud, a sexualidade feminina tem caráter ativo, isto é, masculino, e sua principal zona erógena é o clitóris, um equivalente do pênis. É importante destacar que, em decorrência de a sexualidade das meninas ser masculina, Freud não considera a existência

de diferentes manifestações sexuais entre meninos e meninas. Segundo o autor, essa condição “suprime na infância a possibilidade de uma diferenciação sexual como a que se estabelece depois da puberdade” (FREUD, 1924/1990, p. 206). Contudo, apesar de tal indiferenciação entre meninos e meninas, Freud afirma haver uma diferença em relação ao primeiro objeto de amor: para ambos é o progenitor do sexo oposto. Uma ideia que levaria vinte anos para ser reformulada.

Dessa forma, sendo essas as primeiras coordenadas teóricas de Freud sobre a sexualidade das meninas, ele postula que o desenvolvimento sexual feminino “normal” pressupõe o abandono da masculinidade e da sexualidade clitoridiana, “em um movimento de apassivação que teria como resultado o investimento libidinal da vagina, órgão verdadeiramente feminino e adequado às funções que a natureza outorgou à mulher” (NUNES, 2002, p.40).

O que essa formulação evidencia é que, apesar de Freud afirmar não existir uma diferença sexual natural que defina masculino e feminino puro, quando ele supõe existir um órgão verdadeiramente feminino é porque ainda pensa o feminino e o masculino como essências. É visível, através da sua própria construção teórica, a dificuldade freudiana em se livrar completamente do paradigma vigente acerca da diferença entre os sexos. A novidade que Freud anuncia nesse momento é que a diferença sexual agora é esboçada em termos psíquicos e não mais biológicos (NUNES, 2002). Quando achamos que Freud dá um passo à frente, ele dá um atrás.

Em “Algumas consequências psíquicas das diferenças anatômicas entre os sexos” (1925/2011), Freud retoma a problemática edipiana e sofisticada as diferenças anatômicas entre os sexos, afirmando, como dissemos acima, que estas se expressam em “consequências psíquicas” (FREUD, 1925/2011). O autor afirma que a principal característica do estágio da organização genital infantil consiste no fato de que, para ambos os sexos, apenas um genital – o masculino – é considerado, não havendo, portanto, uma primazia genital, mas uma primazia do falo. Essa é a primeira vez que Freud usa o termo falo. Pela primeira vez também, Freud afirma que, assim como para o menino, o primeiro objeto sexual da menina é igualmente a mãe, aquela dos primeiros cuidados.

Nessa nova perspectiva, Freud se pergunta como e por que a menina abandonaria esse primeiro objeto e se dirigiria ao pai – um caminho percorrido pelo menino e já teorizado: na ameaça de ser castrado, o menino desinveste a mãe e se dirige ao pai. Nesse momento, o autor reafirma que a menina teoriza a descoberta das diferenças sexuais como efeito de uma castração, da qual, evidentemente, foi vítima. Decorre daí que, como efeito desse *complexo de*

castração, a menina desenvolve a *inveja do pênis*. “Ela o viu [o pênis], sabe que não tem e quer tê-lo” (FREUD, 1925/2011, p.314). Freud afirma que o sentimento de inveja na menina vem acompanhado de decepção com a mãe, essa que a teria privado de apêndice tão valioso e, assim, alimenta uma raiva por ela. Então, o autor afirma que, diante do sentimento de lesão, há três modos de reação: o *complexo de masculinidade*, que tem uma variedade de apresentações, desde a recusa da situação até a convicção de que um dia possuirá o órgão; o *sentimento de inferioridade*, que a leva a depreciar-se junto com a mãe e as outras mulheres; e, por fim, fazendo a equivalência simbólica pênis = filho, ou seja, *desejando ter um filho*. Ao longo desse processo, a menina abandona a masturbação clitoridiana e sua libido desliza de posição, “ela abandona o desejo de ter um pênis e coloca em seu lugar o desejo de ter um filho” (Id., *ibid.*, p.318). Com esse fim em vista, afasta-se da mãe como objeto e toma o pai como tal, desejando um filho dele – o que também não acontecerá. Desse modo, no desenrolar do processo, ao longo da vida, a menina fará mais um deslocamento, que é a abertura de seu desejo a outros homens, esperando deles, então, finalmente, o filho que quer ter. A menininha viraria, assim, uma mulher.

A equivalência simbólica pênis = filho é capital na teoria freudiana sobre a sexualidade das mulheres. Freud estabelece esse como sendo o processo que leva a menina à “feminilidade normal” (FREUD, 1933[1932]/1990, p.155) adulta. Em suas palavras: “a situação feminina só se estabelece se o desejo do pênis for substituído pelo desejo de ter um bebê, isto é, se um bebê assume o lugar do pênis” (Id., *ibid.*, p.157). Dito de outro modo, a menina torna-se mulher depois da complexa tarefa de mudar de objeto (da mãe para o pai), de zona erógena (do clitóris para a vagina) e de posição (de masculina para feminina).

Portanto, é o complexo de castração, “tão importante em suas consequências” (FREUD, 1905/1976, p.183), que marca definitivamente a distinção psíquica entre os sexos. Dessa forma, Freud se afasta definitivamente de uma concepção naturalista da diferença entre os sexos, e constrói uma teoria antiessencialista, na qual tornar-se homem ou mulher é a consequência de um processo de elaboração psíquica.

Contudo, o tornar-se mulher, elaborado por Freud, continua referido a uma construção universal, na qual se tem como paradigma o masculino. Como ressalta Lacan, a lógica fálica foraclui o feminino, e o Édipo faz o homem, não a mulher (SOLER, 1992 apud NERI, 2002). Nunes (2002) ressalta que a primazia dada ao falo ainda reduz a sexualidade ao registro masculino, deixando o feminino em posição de negatividade. A autora é muito precisa ao destacar que “Freud não só pressupôs a maternidade como única posição normal e desejável para a mulher, como também a tratou como experiência exclusivamente fálica” (NUNES,

2002, p.43). E ainda complexifica a questão ao afirmar que “a mulher permanece em uma posição faltosa, desvalorizada, cuja marca fundamental é a inveja, ou seja, o penoso processo de tornar-se mulher se abre para uma encruzilhada ainda marcada pela referência ao falo” (*loc. cit.*).

3.4 A(s) mãe(s) freudiana(s)

Paul-Laurent Assoun (1993), em seu estudo sobre a teoria freudiana da feminilidade, sustenta que convém levarmos em consideração as figuras que, logo de início, sobredeterminariam o pensamento freudiano sobre a feminilidade, pois “antes de Freud falar da mulher, seu inconsciente já falava dela” (ASSOUN, 1993, p.31). Como veremos adiante, o autor destaca que é preciso se ater às linhas temáticas que já se encontram presentes desde a origem, e que conferem à feminilidade um determinado destino quanto ao que Freud pode dizer dela. Na genealogia feminina feita pelo autor, “a Mãe tem a vocação de encarnar o nó primordial: ela é, no sentido mais radical, a primeira mulher” (Id., *ibid.*, p.31).

Ocorre que a figura da mãe no desenvolvimento da teoria psicanalítica são diversas: a mãe origem, a mãe nutriz, a mãe devoradora, a mãe sedutora, a mãe do excesso, a mãe do amparo, a mãe vida, a mãe morte. A mãe é uma figura enigmática no discurso freudiano e aparece, na maioria das vezes, ligada ao feminino. A seguir, ao percorrer a obra de Freud, faremos uma aproximação dessas figuras, dando destaque a algumas, sublinhando o paradoxo no qual se insere, também, a enigmática figura materna freudiana. Iremos destacar as diferentes concepções de mãe, quais sejam: a mãe que nutre e devora, e a mãe que é pura e bondosa.

3.4.1 Nutriz e devoradora

Começaremos com a própria mãe de Freud, em virtude de ser, como afirma Assoun, “a primeira mulher” e, ademais, em razão dos relatos bastante relevantes sobre a personalidade e a suposta influência que teria exercido sobre o filho Sigmund Freud. Alguns dos biógrafos do criador da psicanálise são taxativos ao afirmar que sua mãe, Amalie Freud, era uma pessoa forte, vigorosa e, também, uma espécie de tirana para os filhos. Consta que Amalie tinha um gênio vivo e era impaciente, voluntariosa, atilada e muito inteligente, impondo-se em questões grandes e pequenas, e vaidosa com sua aparência até a morte, aos 95

anos. Em relatos de familiares, a imagem preponderante é a de que Amalie era uma tirana egoísta (GAY, 1989).

Com relação específica ao filho Sigmund, “era perceptível sua adoração pelo primogênito, chamando-o, como diz a lenda, com razão, seu ‘filho de ouro’” (Id., *ibid.*). Ele era reconhecidamente o seu preferido, embora seja consenso: ser favorito não o livrou de ser também alvo de um amor dominador e opressivo.

Entre as mulheres mais importantes para Freud, sua mãe é provavelmente a de maior impacto. Para Gay (1989), não existem indicações de que a autoanálise sistemática de Freud tenha abordado a mais forte das afeições, de que jamais tenha explorado e tentado exorcizar o poder de sua mãe sobre ele; Amalie Freud, por cujo amor anseia e cuja perda teme. Quando ainda menino, provavelmente pouco antes de completar dez anos, Freud tem o famoso sonho de angústia sobre a mãe, que é parcialmente explicado em *Interpretação dos Sonhos* (1900), naquele que ficou conhecido como “o sonho das três Parcas” – sonho que, aliado a outros, dá fortes indícios da imago feminina e materna que permeia o inconsciente do pai da psicanálise.

Nesse sonho, Freud associa pela primeira vez mulher, natureza e morte – indicação de uma série feminina originária (ASSOUN, 1993). Freud relata que após ter voltado de viagem, cansado e com fome, as necessidades vitais lhe foram anunciadas no sono e ele sonha com três mulheres, sendo que uma, a hospedeira, amassa algo com as mãos como se estivesse fazendo *Knödel*, uma espécie de almôndega. Mas ela lhe diz que ele precisa esperar até que o *Knödel* esteja pronto, ao que ele fica impaciente e, ofendido, sai. Freud liga o sonho às duas funções da maternidade: “Meu sonho com as três Parcas foi claramente um sonho de fome, mas ligou a necessidade de alimento à nostalgia infantil pelo seio materno e utilizou um pendor inocente para encobrir outro maior, que, por sua vez, não podia se exteriorizar abertamente”.

Freud associa essa cena com o primeiro romance que lera, aos 13 anos, no fim do qual o herói, enlouquecido, grita o nome das três mulheres que lhe causaram felicidade e desventura na vida. As três mulheres evocam as três Parcas que fiam os destinos humanos na mitologia romana – as moiras da mitologia grega –, responsáveis por fabricar, tecer e cortar aquilo que seria o fio da vida de todos os mortais. A mulher que amassa os bolinhos é associada à mãe. Freud lembra que,

[...] quando eu tinha seis anos e minha mãe me dava as primeiras lições, eu tinha que acreditar que todos éramos feitos de barro e que, por isso, ao barro deveríamos retornar. Mas isso não me agradava e expressei dúvidas sobre essa teoria. Então, minha mãe esfregou as palmas das mãos [...] e me mostrou os pequenos fragmentos enegrecidos de epiderme que delas se desprenderam como prova de que éramos feitos de barro. Meu assombro

antes essa demonstração *ad oculos* foi incomensurável, e me submeti ao que posteriormente ouvi ser expresso nesses termos: és devedor de uma morte à Natureza (1900/1987, p. 209).

Nesse contexto, Nunes (2002) afirma que “a mãe surge como aquela que traz a vida e a morte, aquela de onde se vem e para onde se retorna, a que nos alimenta e absorve, isto é, a mãe ao mesmo tempo nutriz e devoradora, assume caráter aterrador” (NUNES, 2002, p.51).

Na construção dessa genealogia, devemos levar em conta o famoso sonho de Freud, em que ele associa a mãe a uma angústia profunda, de morte, relatado no último capítulo de *Interpretação dos sonhos*; um sonho que, na verdade, se resume a uma visão, situada por volta dos sete anos de idade de Freud. Diz ele ter sido um sonho muito intenso, ter visto sua mãe querida com uma expressão particularmente tranquila no rosto, adormecida, sendo carregada para o quarto e estendida na cama por dois (ou três) personagens com bicos de pássaros. Ele conta ter acordado gritando. Ao lembrar esse sonho de infância, Freud relata não ter tido dificuldade em identificar as fontes para as figuras que carregavam sua mãe: os bicos de pássaros eram equivalentes visuais do termo vulgar em alemão para as relações sexuais: *vögeln* – “trepar” – que deriva de *Vogel*, “pássaro”. A análise desse sonho revela a Freud, entre outras questões, seu desejo sexual secreto pela mãe (GAY,1989). O terreno psíquico está sendo preparado para o inteiramente novo mundo edipiano para o qual Freud se abre alguns anos depois.

Segundo Assoun (1993), Freud relaciona a angústia do sonho não com a crença na morte da mãe, mas com um desejo obscuro, manifestamente sexual, que encontra sua imagem exata no conteúdo do sonho. Afirma o autor que “é de fato uma imagem da mãe adormecida, num sono sereno, que, facilmente, se associada a personagens mortuários, cria uma angústia mortífera, numa atmosfera patente de cena originária” (ASSOUN, 1993, p. 34). E continua, “é como se a morte reforçasse, em certo sentido, o poder da mãe. Freud talvez tenha razão em dizer que não temia que a mãe querida estivesse morta, mas a imagem da morte exibida pela mãe” (Id., *ibid.*). Nessa perspectiva, entre o filho e a mãe, existe mesmo uma transmissão: a da vida como realidade e a da morte como mensagem.

Treze anos depois, em “O tema da escolha do cofrinho” (1913/2010e), Freud afirma que em muitos contos e mitos há sempre três mulheres que representam as inevitáveis relações entre o homem e uma mulher: a geradora, aquela que é sua companheira e aquela que o destrói. Seriam as três formas assumidas pela figura da mãe: a própria mãe; a amada companheira, a qual ele escolhe segundo a mesma imagem; e, por fim, a Mãe-Terra, que novamente o toma.

Dessa forma, é possível depreender que as imagens da mulher, da mãe e da morte são pareadas; a mãe freudiana, portanto, é uma mulher poderosa, fálica, dotada do poder de vida, como não poderia deixar de ser, mas também dotada do poder de morte.

Em “O tabu da virgindade” (1917/1980), encontramos presente a ideia de que a castração feminina representa um perigo. Freud versa sobre o fato de que muitos rituais e regras de povos primitivos sobre a evitação de contato com o sexo feminino podem estar vinculados ao medo generalizado que se tem das mulheres. Esse medo é decorrente de aquelas serem diferentes dos homens, eternamente incompreensíveis, misteriosas e hostis. Freud também menciona a atitude observada em certos povos primitivos sobre a virgindade e, na civilização moderna, a superestimação da virgindade. Assim, ele conceitua o tabu da virgindade e os rituais primitivos como expressões do medo em relação ao sexo feminino; e a exigência de virgindade para as mulheres ocidentais modernas como forma de neutralizar a hostilidade feminina. Nunes (2002) chama atenção para o fato de que Freud, em vez de tratar o temor como uma construção cultural baseada em um mito sobre o feminino, justifica-o a partir de uma agressividade real que supõe existir nas mulheres, como resultado do complexo de castração e da inveja do pênis. Assim,

[...] o terror vivido pelos homens, tanto os tribais quanto os modernos, seria fruto não de uma projeção da fantasia masculina sobre o feminino, mas antes de uma reação à capacidade destrutiva da mulher, que, apesar de castrada, e por isso mesmo, deseja tornar-se agente da castração masculina, privando o homem do invejado pênis (NUNES, 2002, p.52).

A autora acrescenta que, dessa forma, se evidencia “a existência de um perigo concreto, de uma mulher realmente castradora contra qual o esposo se protegeria mediante os ritos de defloração” (Id., *ibid.*).

Em “O inquietante” (1919/2010), os órgãos femininos são tratados como fonte de angústia. O útero é visto não apenas como o órgão gerador, mas também como o local em que se pode voltar em fusão mortal. O temor da mulher surge ligado a um sentimento de horror aos órgãos genitais femininos, à sua castração.

Em “A Cabeça de medusa” (1922/1980), Freud faz uma interpretação dessa figura mitológica de cabeça decepada, que desperta o horror. A cabeça decepada representa a castração que, numa sequência lógica, faz com que o medo dessa figura seja o de ser castrado. O medo da castração é oriundo da visão amedrontadora da genitália feminina, provavelmente, a da mãe. Dessa forma, “Freud associa o mito a uma representação simbólica da figura aterradora da mulher castrada que se torna castradora” (NUNES, 2000, p. 52). Novamente fica evidente a relação entre a mãe, a castração e a devoração.

Em 1899 (MASSON, 1986), na carta-poema de Freud enviada a Fliess pelo nascimento de seu filho, novamente vemos a maternidade associada à ideia de ameaça em decorrência da potência do sexo feminino e, como destaca Schneider (2000), pode levar à “desagregação” (SCHNEIDER, 2000, p.56) se o pai não intervém e introduz a dimensão da lei.

29 de dezembro de 1899
IX, Berggasse 19

Salve
O bravo filho que, ao comando do pai, surgiu no momento exato,
Para ser seu assistente e companheiro de trabalho na perscrutação da ordem divina.
Mas salve também o pai, que, pouco antes do acontecimento, descobriu em cálculos
A chave para restringir o poder do sexo feminino
E para arcar com seu fardo da sucessão legítima;
Não mais confiando em aparências sensórias, como faz a mãe,
Ele invoca os poderes mais altos para reivindicar seu direito, sua conclusão, sua crença e sua dúvida;
E assim, no começo, eis que ali se ergue, vigoroso e são, à altura das exigências do erro, o pai,
Em seu desenvolvimento infinitamente maduro.
Que o cálculo esteja correto e, como legado do trabalho, seja transferido do pai para o filho e, mais além da separação dos séculos,
Conjuge na mente o que as vicissitudes da vida rompem e separam (FREUD, 1899, *apud* MASSON, 1986, p.394-395).

Em “Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância” (1910/2013), a associação entre excesso, maternidade e ameaça, é novamente apresentada. Nesse texto, Freud faz uma análise especulativa extensa da personalidade do artista, baseada em biografias, documentos e obras dele. Nesse artigo, ele também faz uma análise da única lembrança de infância mencionada por da Vinci em seus apontamentos científicos. Nessa lembrança consta que ao tratar do voo de abutres, Leonardo se interrompe subitamente e traz a recordação que lhe ocorre dos primeiros anos de vida:

Parece que estava em meu destino me ocupar assim do abutre, pois me vem uma recordação muito antiga, de quando eu ainda estava no berço, em que o abutre desceu até mim, abriu-me a boca com sua cauda e bateu muitas vezes a cauda contra meus lábios (FREUD, 1910/2013, p.142).

Freud conclui que não se trata de uma recordação, mas de uma fantasia formada posteriormente e transposta para a infância. A partir de então, empreende com minúcia a análise da fantasia infantil de Leonardo da Vinci.

A interpretação se dá por referência ao ato de ser amamentado pela mãe, sendo a mãe substituída pelo abutre. Ao final de extenso trabalho de análise, o real teor da fantasia aparece como sendo o fato de Leonardo ter dado pela falta do pai e se achado sozinho com a mãe. A partir daí, Freud inicia uma teorização sobre a influência da mãe de Leonardo em sua vida.

Freud atribui à pessoa da mãe a atração erótica que, com a falência da teoria sexual infantil, causa transtornos na vida adulta e atribui à poderosa presença feminina, combinada à ausência do pai, a gênese da homossexualidade. Segundo suas palavras, “o menino fica entregue à influência feminina sem a presença de um pai forte que garanta no filho a decisão certa da eleição do objeto, a escolha pelo sexo oposto” (FREUD, 1910/2013). Essa é uma passagem que remete ao conteúdo da carta enviada a Fliess, citada acima. Freud dedica mais de vinte páginas para esclarecer que o desenvolvimento psicosssexual de Da Vinci é influenciado pelo caráter intenso da relação que teve nos primeiros anos vividos com a mãe.

Novamente chama a atenção para a fantasia de Leonardo com o abutre e afirma que, tais palavras escritas pelo artista na descrição da lembrança, “se assemelham claramente à descrição de um ato sexual” – “e bateu muitas vezes a cauda contra meus lábios” – (Id., *ibid.*). Com isso, reafirma o caráter da intensidade dos laços eróticos entre mãe e filho. A fantasia de Leonardo é traduzida da seguinte forma: “Minha mãe me deu muitos beijos apaixonados na boca” (Id., *ibid.*) e sugere que a composição da mesma é a lembrança de ser amamentado e beijado pela mãe.

Ainda nesse artigo, Freud empreende uma análise da pintura da Mona Lisa Gioconda, com seu famoso e enigmático sorriso. Segue a especulação de que o que existe, na expressão da modelo, é a “representação de opostos que governam a vida amorosa das mulheres, a reserva e a sedução, a devotada ternura e a sensualidade implacavelmente exigente, que devora o homem como algo estranho” (Id., *ibid.*, p.179). Freud afirma que o sorriso de Gioconda evoca no pintor a recordação de sua mãe. Seguindo a linha interpretativa do feminino e da mãe, afirma que a ternura da mãe de Da Vinci torna-se, para ele, uma “fatalidade”, configurando “seu destino e as privações que o aguardavam” (Id., *ibid.*). E finaliza:

[...] a pobre mãe abandonada teve de verter no amor materno suas recordações das carícias experimentadas e também o anseio por novas: era impelida a compensar não apenas a si mesma por não ter um marido, mas também ao filho por não ter um pai que o acarinhasse. Assim como toda mãe insatisfeita, pôs o filho no lugar do marido e, pelo precoce amadurecimento de seu erotismo, roubou-lhe parte de sua masculinidade (FREUD, 1910/2013 p.191).

Vemos, portanto, nessa minuciosa análise, que Freud (re)descobre na mãe de Da Vinci uma figura ambivalente, cuja vida erótica é dominada por contrastes e, novamente, pelo poder de destruir o homem.

Contudo, após afirmar que a potente relação com a mãe é a fonte da atividade sexual inibida do artista e de suas demais manifestações neuróticas, Freud anuncia que essa é, também, a fonte, transformada, da pulsão de saber e de sua privilegiada capacidade de sublimação. E, ademais, acrescenta que, após certo período em que teve sua arte atrofiada, Leonardo, “com a ajuda de seus mais antigos impulsos eróticos, teve o triunfo de mais uma vez superar a inibição em sua arte” (FREUD, 1910/2013, p.214).

Portanto, novamente, a figura da mãe se acha em uma encruzilhada entre aquela que dá a vida, seduzindo o filho – como afirmado nos “Três ensaios” –, e aquela que, eventualmente, causa-lhe neurose e morte.

As imagens que Freud encontra para representar a mãe remetem ao aspecto fascinante e autoritário de Amalie, sua mãe, narrado em muitas biografias, e revelando com isso que essa figura não pode ter sido pensada por Freud livre de ambivalências. Durante toda a sua vida como analista, Freud reconhece a importância crucial da mãe para o desenvolvimento da criança. Gay (1989), o biógrafo, afirma que as seguintes frases são de Freud, contudo, infelizmente, na biografia só consta o ano (1905), não a fonte: “Quem foi suficientemente afortunado para evitar a fixação incestuosa [da mãe] não escapa totalmente à sua influência”. “Acima de tudo, um homem busca o quadro de tal lembrança de sua mãe tal como ele o dominou desde o início de sua infância” (FREUD *apud* GAY, 1989, p.458).

Contudo, como nos lembra Gay, esquivando-se de sua própria percepção, Freud relega as mães para as margens de seus casos clínicos.

A mãe de Dora, perseguida pelo que Freud chamou de “psicose de dona-de-casa”, é uma personagem silenciosa e secundária no drama da família. A mãe do pequeno Hans, embora aos olhos do marido fosse a causa da neurose da criança, com seu comportamento sedutor, está subordinada ao seu marido, analista auxiliar que transmite as interpretações de Freud. A mãe biológica do Homem dos Lobos assume uma importância apenas estritamente limitada, como parceira na cena primária que ele observara, ou fantasiara, quando menino, embora os substitutos maternos tenham certamente contribuído para sua neurose. A mãe do Homem dos Ratos faz algumas aparições fugidias, principalmente como a pessoa consultada pelo paciente, antes de iniciar sua análise. E a mãe de Schreber poderia simplesmente nem existir (FREUD *apud* GAY, 1988, p. 458).

Alia-se, ainda, a essas mães, a de Elizabeth, uma figura feminina adoentada e desvitalizada, que, por isso, resta à filha o pai como possibilidade identificatória, cuja alegre vida social está mais de acordo com suas expectativas.

É curioso que, a despeito da insistência de o espectro materno aparecer com as vestes do excesso, do poder e da destruição, Freud não o reconhece em seus próprios casos clínicos. Além disso, ainda mais curioso é o fato de que o único elo emocional que Freud algum dia sentimentaliza é o amor da mãe pelo filho. Em “Psicologia das massas e análise do eu” (1921/2011), Freud afirma que “quase toda relação sentimental íntima e prolongada entre duas pessoas – matrimônio, amizade, vínculo entre pais e filhos – contém um sedimento de afetos de aversão e hostilidade, que apenas devido à repressão não é percebido” (FREUD, 1921/2011, p.56). Em nota de rodapé: “Com a única exceção, talvez, da relação entre a mãe e o filho, que, sendo baseada no narcisismo, não é perturbada por uma rivalidade posterior, e é reforçada por um esboço de escolha de objeto sexual” (Id., *ibid.*). Assim, Freud descreve a relação com o filho homem como “a mais perfeita, mais livre de ambivalência de todas as relações humanas”, da qual “a mãe obtém ‘satisfação ilimitada’” (FREUD, 1933a[1932]/2010).

A psicanálise é fundada em um ato de escuta. Embora Freud (1908/1976) acredite que as mulheres só possuem em pequeno grau o dom de sublimar suas pulsões, ele, em contrapartida, ouve que são elas as que mais padecem em decorrência das fortes exigências culturais que lhes destinam apenas o casamento e a maternidade como recurso de satisfação pulsional. Freud não está alheio a isso. Contudo, é possível observar, no decorrer de sua obra, as linhas de força às quais está submetido e a que não pode se esquivar. O que se coloca para nós, novamente, a partir da diversidade paradoxal apresentada por Freud em relação às figuras da mãe e da mulher, é a patente contradição de seu discurso. Birman (2016) afirma que, se de início a obra civilizatória é considerada como algo produzido graças às mulheres, pelas sendas da maternidade (BIRMAN, 2016), depois, contudo, as mulheres são consideradas anticivilizatórias, em virtude das demandas imperativas de seus desejos e erotismo (1930/2010).

3.4.2 Encarnação da bondade e da pureza

Acompanhamos como Freud associa maternidade a excesso, e a figura da mãe a dano e a fantasia de morte. Contudo, Freud também traz em muitas afirmações uma imagem contrária a essas. A partir de agora, visitaremos alguns desses momentos, com o intuito de evidenciar o que estamos afirmando ao decorrer deste capítulo.

Em “Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci” (1910/2013), texto que há pouco exploramos e que trata a questão do excesso materno, Freud empreende uma análise da

lembrança infantil de Leonardo. O autor toma o animal abutre como representante do conteúdo real da lembrança do artista. Ao relacionar a cauda do animal ao órgão genital masculino, Freud evoca a deusa egípcia Mut, que é originariamente representada como andrógina, isto é, como hermafrodita. Afirma que a mitologia explica que o acréscimo de um falo ao corpo feminino é uma representação da força primitiva criadora da natureza, e que todas essas divindades hermafroditas são expressões da ideia de que somente a combinação dos elementos masculino e feminino pode de fato simbolizar a perfeição divina. Contudo, Freud estranha a comunhão que a imaginação humana faz entre virilidade e o que ele acredita ser característica do que é maternal. Em suas palavras: “Mas nenhuma dessas considerações nos esclarece o enigma psicológico que constitui o fato de a imaginação humana não se ofender em dotar do símbolo da potência viril – oposto a tudo que é materno – uma figura que deve encarnar a essência da maternidade” (FREUD, 1910/2013, p.159). Vemos, portanto, que, nesse momento, Freud afirma ser a potência algo essencialmente oposto à maternidade; a esta caberia apenas o feminino e a fragilidade.

Já no artigo “Um tipo especial de escolha de objeto feita pelo homem” (1910/2013), Freud investiga o desenvolvimento e a relação inconsciente entre dois complexos que fazem contrastar a imagem da mãe e a da prostituta, expondo a necessidade do adulto, principalmente o homem, de enxergar a mãe como uma pessoa de inatacável pureza moral e desprovida de sexualidade. Mais uma vez, em Freud, não se coadunam as imagens da mãe com a da mulher que vive sua sexualidade fora da experiência da maternidade.

Em “O mal-estar na civilização” (1930/2010), configura-se (mais) uma forte contradição do discurso freudiano sobre a maternidade. Ao se referir às origens da família, naquilo que Freud nomeia a história primitiva dos povos, ele indica que “o macho teve um motivo para conservar junto de si a mulher, ou de modo mais geral, os objetos sexuais; as fêmeas, que não queriam separar-se de seus filhotes desamparados, também no interesse deles tinham que ficar junto ao macho forte” (FREUD, 1930/2010, p.60). Zafiropoulos (2009) salienta essa passagem, afirmando que, para Freud, se o macho quer manter para si os objetos sexuais, isto é, as fêmeas, estas ficam perto do macho não em função de seu desejo sexual, e sim em função da proteção que o macho pode dar às suas crianças em desamparo. O que se destaca, segundo Zafiropoulos, é que, do ponto de vista de Freud, a fêmea é menos casada com seu macho do que com suas crias em desamparo. Em outras palavras, a fêmea é, no entendimento de Freud, “desde sempre” uma mãe a serviço da instituição familiar, lutando até contra a cultura, por esta exigir que seus filhos, um dia homens, saiam de seu lar. Seguindo essa lógica, Freud explica que

São as mulheres que contrariam a corrente da civilização e exercem a sua influência refreadora e retardadora, elas, que no início estabeleceram o fundamento da civilização através das exigências do seu amor [que em função desse não dispensava a criança que saíra dela mesma]. As mulheres representam os interesses da família e da vida sexual; o trabalho da cultura tornou-se cada vez mais assunto dos homens; coloca-lhes tarefas sempre mais difíceis, obriga-os a sublimações instintuais de que as mulheres não são muito capazes (FREUD, 1930/2010, p.67).

E continua dissertando sobre a disposição psíquica dos homens para as tarefas culturais:

Aquilo que gasta para fins culturais, retira na maior parte das mulheres e da vida sexual: a assídua convivência com homens, a sua dependência das relações com eles o alienam inclusive de seus deveres como marido e pai. Então a mulher se vê relegada a segundo plano pelas solicitações da cultura e adota uma atitude *hostil* frente a ela (Id, *ibid.*, p.67, grifo nosso)

Dos trechos freudianos acima citados, podemos inferir duas proposições. A primeira é que, mais uma vez, Freud faz uma disjunção entre maternidade e erotismo feminino quando afirma que a mulher primitiva está interessada no macho apenas em virtude de sua capacidade de proteger as suas crias. A segunda é que o autor, contraditoriamente, afirma que a mãe, a serviço da família, seria hostil à civilização mesmo após ter afirmado que as mulheres têm estabelecido o fundamento desta através das exigências do seu amor e em função de manter consigo a criança que sai de si.

Birman (2016) faz o mesmo comentário e ainda nos lembra que Freud também afirma, em “Moral sexual civilizada e doença nervosa”, que, sendo as mulheres as portadoras sexuais da humanidade, a obra civilizatória tem sido produzida pela virtude e graça daquelas pelas sendas da maternidade.

Mais um exemplo é extraído do artigo “Feminilidade” (FREUD, 1933b[1932]/2010): ao discorrer sobre a inveja do pênis, a qual ainda influencia fortemente a fase adulta da mulher, Freud afirma que o nascimento de um filho ou de uma filha é recebido de maneiras distintas pela mãe. Segundo o autor, apenas a relação com o filho produz satisfação ilimitada e é a mais livre de ambivalências de todas as relações humanas, pois a mulher pode transferir para o filho homem a ambição que tem de suprimir em si. Ou seja, pode esperar dele a satisfação de tudo o que fica do seu complexo de masculinidade. Assim, continua: “Mesmo o casamento não está assegurado, até que a mulher tenha conseguido fazer de seu marido também seu filho, agindo como mãe para com ele” (FREUD, 1933b[1932]/2010, p. 292-292). Ora, o que Freud diz com isso é que o casamento não tem como base a relação erótica e de

desejo entre o homem e a mulher, mas encontra sua segurança se a mulher fizer as vezes de mãe, tomando o homem como seu filho.

Encontramos aqui uma ideia muito similar às expostas acima, em que Freud afirma que a fêmea primitiva tem mais interesse no macho pela segurança que este dá a seus filhos, e não por seu desejo por ele; e quando Freud investiga o contraste entre a imagem da mãe e a da prostituta, expondo a necessidade do homem de enxergar a mãe como uma pessoa de alta pureza moral e desprovida de sexualidade.

Ainda em “Feminilidade”, Freud afirma que a fase de terna ligação pré-edípica é a decisiva para o futuro da mulher, pois nela “se prepara a aquisição de atributos com que depois ela cumprirá seu papel na função sexual e desempenhará suas inestimáveis tarefas sociais” (FREUD, 1933b[1932]/2010, p.292). Como já salientado acima, por “tarefas sociais” femininas, Freud entende o desejo como a assunção da dedicação à vida familiar e à maternidade.

3.5 A maternidade fora da lógica fálica

Graciela Quintana Gomez (2000), autora de pesquisa histórica sobre a maternidade desde Atenas, passando pelas Luzes até chegar à psicanálise, questiona como a psicanálise constrói a ideia de que toda mulher deseja ser mãe e a ideia de um amor materno possessivo, definido como excessivo e asfixiante, sem levar em consideração o fato de que, àquela época, as mulheres eram obrigadas a canalizar todo o seu erotismo na maternidade, pois outros modos de expressão eram reprimidos. A autora se questiona como a mulher não se agarraria “excessivamente” ao filho se é ele quem a faz existir? A autora afirma que,

[...] para poder desconstruir essa concepção de excesso referida à maternidade, é importante, por um lado, abandonar o essencialismo reivindicado pela psicanálise para dar conta da diferença entre os sexos, pois é daí que surge, como consequência direta, a concepção fálica da maternidade e, por outro lado, é necessário contextualizar, ou seja, tentar entender o que, de fato, acontecia com as mulheres naquela época (GOMEZ, 2000, p.68).

A teoria freudiana da diferença sexual, que recorre ao argumento da anatomia para se justificar, traz consigo o problema de que ela determina o destino da sexualidade feminina da seguinte maneira, como já expusemos quase exaustivamente no decorrer deste capítulo: sua consequência, em relação à mulher, é que se o processo ocorre de forma satisfatória, “todas” as mulheres desejam ser mães e “todas” as mães desejam seus filhos de forma asfixiante e

neurotizante. Ou seja, o problema está em pensar a maternidade a partir da lógica fálica, pois ela fixa o desejo e o amor maternos em um lugar negativizado, na medida em que é assimilado à ideia de excesso, entendida como algo perigoso e não como fonte de vida e erotismo (GOMEZ, 2000). O que é curioso, para não dizer contraditório, segundo a autora, pois sabemos que, no interior da própria teoria freudiana, a vida vem de fora, é a partir do outro que nos constituímos e que a maternidade como experiência de alteridade é encontro com Eros. Para a autora, o que está em questão na construção dessa imagem é a substituição de um mito, o do amor materno, criado pela ideologia dominante no século XIX (BADINTER, 1980), por um outro, criado pela psicanálise e igualmente questionável, em que o maternal é reduzido a uma dimensão que insiste na imagem da mãe devoradora. Em ambos os casos, afirma Gomez:

[...] o que está em jogo e precisa ser desconstruído é o mesmo: a utilização de argumentos essencialistas para unificar o sexo feminino, seja enaltecendo-o através de uma imagem idílica de maternidade dominante no século XIX, seja negativizando-o, através da nova imagem de mãe introduzida pela psicanálise (GOMEZ, 2000, p.69).

Dito isso, gostaríamos de trazer um novo ponto de vista sobre o já tão comentado excesso materno. A partir de agora, introduziremos a ideia de que o excesso materno pode ser compreendido à luz de uma assimetria de forças entre mãe e bebê, isto é, à luz de um poder desigual na relação entre essas duas figuras e que, no nosso entender, não se relaciona, necessariamente, à faltosa sexualidade feminina.

Em um de seus últimos textos, Freud (1938[1940]/2018) afirma não ser difícil fundamentar a prioridade etiológica dada à primeira infância no surgimento das afecções nervosas, pois o Eu desamparado da infância, enquanto “fraco, inacabado e incapaz de resistência” (Id., *ibid.*, p.242), não é capaz de defender-se das exigências pulsionais, assim como das excitações do mundo exterior. Dessa forma, nos diz Freud, essas exigências agem como “traumas”: “O Eu desamparado busca defender-se delas com tentativas de fuga (repressões) que depois se revelam inadequadas e representam limitações duradouras para o desenvolvimento posterior” (FREUD, 1938[1940]/2018). Freud afirma serem as excitações com papel patogênico apenas as oriundas das pulsões parciais da vida sexual infantil. Os sintomas das neuroses são, assim, satisfações substitutivas de alguma pulsão sexual ou medidas para evitá-la; geralmente um compromisso entre as duas. Desse modo, em última instância, a etiologia das neuroses é atribuída ao “prolongado período de dependência infantil” (Id., *ibid.*, p.244). Em outras palavras, há algo de estrutural na condição de

dependência infantil que, posteriormente, dá ensejo à produção da neurose. Algo de que nenhum sujeito pode escapar. Sigamos.

Ao fundar o conceito de inconsciente e, com isso, a noção de sujeito psíquico, Freud evidencia como a garantia da condição biológica não é suficiente para assegurar a condição subjetiva da criança, subvertendo, com isso, a ideia do que é realmente fundamental para a sobrevivência de um recém-nascido. Portanto, se o biológico da maternidade confere à mulher o poder da gestação de um organismo, são outras as condições que lhe atestam o poder da constituição psíquica de um ser que se encontra, sobretudo no início da vida, numa condição dramática ao depender totalmente de um outro que venha suprir-lhe as necessidades vitais (MOURA, 2013).

É no contexto desse drama que a célebre frase freudiana, “[...] o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais” (FREUD 1950[1895]/1990, p.431), pode ser compreendida. A questão do desamparo inicial dos seres humanos, referida em “O Projeto”, um de seu primeiros textos e em um de seus últimos, “Uma amostra do trabalho psicanalítico” (1938[1940]/2018), aparece em diversos momentos do desenvolvimento da metapsicologia freudiana. Segundo Laplanche, a ideia do desamparo está presente em toda a trajetória conceitual do criador da psicanálise, servindo de base para diversas ordens de considerações (LAPLANCHE, 1992).

Apesar de correremos o risco de nos estendermos, achamos necessário trazer o cenário no qual essa ideia é desenvolvida em sua plenitude para, só então, prosseguirmos do ponto de onde paramos.

Em 1895, em “Projeto para uma psicologia científica”, Freud está às voltas com a origem e a constituição do psiquismo. Notemos que é imperativa a constituição do psiquismo para que a prematuração do organismo humano seja parcialmente ultrapassada, como afirma o autor. Nesse texto, Freud ainda está rendido à ideia de fazer uma psicologia “científica” e, por isso, usa uma terminologia neurológica para elaborar sua teoria. Desse modo, a partir de agora, apesar da linguagem científica, estaremos envolvidos no acontecimento – mítico – do nascimento de um bebê.

Como dizíamos, nesse momento, interessado na gênese do psiquismo, Freud entende que os neurônios têm função primária, que se manifesta através do “princípio de inércia”. Esse princípio é uma tendência que o aparelho neuronal tem de livrar-se, por via motora, através do esquema do arco reflexo, de qualquer estímulo, pois estes são sentidos como desprazer. Ou seja, devido a essa tendência, qualquer estímulo que chegue à rede neuronal, por meio dos órgãos dos sentidos, é levado a ser eliminado através de um movimento reflexo

de descarga por mecanismos musculares (espernear, chorar, etc.). Assim sendo, há uma “fuga do estímulo”. O “princípio de inércia” conduz o psíquico a se desfazer de todos os “estímulos externos”, pois o aparelho os recebe como desprazer. Nesse sentido, a descarga dos estímulos equivale ao prazer.

Contudo, Freud encontra um problema. Ele se depara com o embaraço de resolver o destino dos estímulos endógenos, provenientes do próprio organismo e que estão ligados às necessidades vitais, mas não só. “À proporção que aumenta a complexidade no interior do organismo, o sistema nervoso recebe estímulos do próprio elemento somático – os estímulos endógenos – que também têm que ser descarregados” (FREUD, 1950[1895]/1990, p.405). Contudo, deles, ao contrário do que faz com os estímulos externos, o organismo não pode se livrar. “Desses estímulos não se pode fugir e eles somente cessam mediante certas condições, que devem ser realizadas no mundo externo” (Id., *ibid.*).

Freud, então, já percebe que o “princípio de inércia” leva à morte, ou seja, que uma descarga total dos estímulos inviabiliza a ordem da vida e, conseqüentemente, a ordem psíquica, pois o organismo precisa de um mínimo de energia para encontrar seu sustento. Na tentativa de resolver esse cálculo, Freud introduz na teoria o que ele chama de “princípio de constância”, um princípio que tem a função de manter o aparelho em homeostase, preservando apenas o suficiente para manter-se vivo. Contudo, essa homeostase só é conseguida com a entrada do “outro” na cena, já que o aparelho sofre de excitações oriundas do próprio interior e delas não é possível se livrar sozinho.

Lembremos que, nesse contexto, um estímulo difere de uma excitação. Um estímulo endógeno, oriundo de fonte fisiológica, se apresenta como um “impacto único” vindo do mundo externo e permite que o aparelho neuronal, através dos órgãos dos sentidos e do mecanismo do arco reflexo, possa dele se livrar. Já uma excitação tem a característica de ser uma “força constante”, vinda de dentro e, por isso, o movimento de descarga não dá conta. Essa diferença é essencial, pois é ela que marca a primeira oposição entre “dentro” e “fora” do psiquismo.

A excitação, apoiada em uma necessidade vital, como a fome, cria uma exigência de trabalho ao psíquico por sua relação com o corpo, e é nesse sentido, o de ser uma exigência de trabalho ao psíquico, que ele vai se constituir.

O organismo não tem o poder de conservar-se, isso quer dizer que, devido a sua condição de imaturidade biológica, ele não tem condições de, sozinho, se manter vivo, e é justamente dessa incapacidade que decorre a necessidade de criar outros mecanismos para regular essas excitações geradoras de desprazer (e morte).

Vejamos essa construção com um pouco de minúcia.

Nesse momento, para Freud, o objetivo da vida é descarregar toda a excitação, porém, paradoxalmente, isso é o mesmo que morrer. O que aparece como “princípio de constância” é a solução encontrada por Freud para responder a essa conta que não fecha. Em outras palavras, um aparato neuronal dotado de um mecanismo interno, que o força a tolerar um grau mais baixo possível de excitação, para poder realizar uma “descarga”, como um espremer ou o choro, por exemplo. No entanto, o choro, por si só, ou seja, a descarga, não é eficaz em cessar a excitação que gera desprazer. Freud, então, nos diz que é necessária a realização de uma “ação específica”, promovendo o cessar da excitação. Essa ação específica está diretamente ligada à ação de uma pessoa, um “humano ao lado” (*Nebemensch*) – figura normalmente conhecida como mãe –, em um processo que ele chama, em sua totalidade, de “experiência de satisfação”. Segundo Freud, a “ação específica” só pode ser promovida de determinadas maneiras (fornecimento de alimento, aproximação do objeto sexual etc.), pois o organismo humano é, a princípio, incapaz de promovê-la, como já dissemos. Então, ele afirma: “Ela [a ação específica] se efetua por ‘ajuda alheia’, quando a atenção de uma pessoa experiente é voltada ao estado infantil de descarga (por exemplo, o choro da criança)”. Ele continua:

Quando a pessoa que ajuda executa o trabalho da ação específica no mundo externo para o desamparado, este último fica em posição, por meio de dispositivos reflexos, de executar imediatamente no interior de seu corpo a atividade necessária para remover o estímulo endógeno. A totalidade desse evento constituiu a experiência de satisfação, que *tem as consequências mais radicais no desenvolvimento das funções do indivíduo* (FREUD, 1950[1895]/1990, p.431, grifo nosso).

Portanto, Freud sabe que é necessária a “atenção de uma pessoa experiente”, isto é, o olhar ao infante, por natureza, desamparado. Contudo, se prestarmos atenção à frase, Freud afirma que, ao receber a “ajuda” da pessoa experiente, o bebê fica em condição, por meio de dispositivos de reflexos, de executar a atividade necessária que remova o estímulo. Dito de outro modo, a ação específica é uma ajuda na forma da oferta de um objeto que, por conseguinte, fará o próprio organismo do infante executar a ação que cessa o estímulo. Nesse momento, e isso é importante frisar, apesar de reconhecer o bebê como um ser desamparado e dependente do outro, Freud ainda é um tanto refém da tentativa de construir um aparelho que seja autônomo, tal qual o digestivo ou o respiratório, por exemplo. Existe dependência em relação ao outro, mas este, nos parece, ainda está referido em grande medida apenas a satisfazer uma necessidade, já que a excitação endógena está atrelada, inicialmente, a tal

estado de falta. No original alemão, Freud afirma que tais estímulos endógenos estão ligados a *Not des Lebens*, e, em geral, esse termo é usado para se referir a “necessidades da vida”, tal como a fome. Lacan chama atenção para o fato de que *Not* carrega uma acepção mais forte do que “necessidade”, o que traz em si um caráter de urgência refletido na palavra e aponta, assim, para uma nuance mais aguda do termo (LACAN *apud* TORRES, 2011).

Freud afirma que a integralidade do evento da “experiência de satisfação” produz algumas situações de suma importância no sistema neuronal, sendo elas: a eliminação da urgência que causa o desprazer; o investimento de um ou vários neurônios que correspondem à percepção do objeto (pessoa que ajuda); e a chegada de informações a uma classe especial de neurônios sobre a sensação de prazer que segue uma “ação específica”. É, então, por meio da articulação desses três acontecimentos, que acontece o que Freud chama de “facilitação” entre os investimentos e os neurônios. Em outras palavras, é criada uma ligação entre esses eventos em uma espécie de memória. Pela associação entre a excitação (desprazer), a descarga (choro), a interpretação de um pedido pelo outro, a percepção do objeto (que proporciona a satisfação), a eliminação do desprazer (cessar da excitação) e as novas oportunidades de estímulos sensoriais na ocasião da ação específica (proveniente da pele, dos músculos), há a inscrição de marcas e traços originários que permanecem ligados para sempre aos primeiros prazeres que acompanham a experiência de satisfação (GOMEZ, 2000). Gomez nos indica que,

Como no “Projeto” Freud escreve em uma linguagem energética, neurológica, fica difícil perceber que as marcas se tratam de sons, toques, cheiros, gestos; ou seja, traços de ternura, erotismo, prazer, que vão se acumulando à medida que se sucedem e ficam impressas no corpo e na memória, constituindo o mais próprio do sujeito (GOMES, 2000, p.174).

Fazendo um desvio da linguagem neurológica, o que Freud nos diz é: quando um recém-nascido é submetido a um desprazer do qual não pode fugir devido à sua condição de desamparo originário, como a fome, é imperativa a existência do “humano ao lado”, capaz de interpretar esse estado de urgência e levar-lhe o objeto de satisfação, por exemplo, o seio. Ocorre que, junto com o leite, sempre vai “algo a mais”, vai toda uma oferta semiótica: vão conteúdos somáticos, verbais e não verbais; vai a imagem do seio (ou da mamadeira); vai a temperatura do colo que o abraça; a voz que lhe fala; vai a força das palavras que lhe são ditas; vai junto um balanço – ou signos de impaciência, de tristeza, de desprezo, seja o que for –, mas vai sempre algo a mais que se inscreve como marca no corpo-psíquico do infante.

A relevância extrema desse acontecimento está no fato de que, através dessas marcas, a “experiência de satisfação”, em sua totalidade, faz a primeira diferenciação no psiquismo,

antes pura indiferenciação, desordem de cursos para a excitação seguir. Dito de outro modo, a “experiência de satisfação”, pelas marcas da facilitação, impõe uma ordem ao caos psíquico. Ou melhor, instaura o psíquico.

Faremos aqui uma ressalva em virtude da relevância teórica: a oferta do objeto é precedida por uma interpretação. É preciso que o “humano ao lado” seja capaz de dar sentido ao grito, ao choro, ao estado de desamparo. O choro não significa nada por si só, ele não é o modo encontrado pelo bebê para transmitir o que precisa, em decorrência de sua incapacidade de falar. O choro é tão somente uma descarga. É o outro – a mãe, ou quem puder cumprir a ação da interpretação – quem eleva o grito à demanda. “Ele está com fome” é o sentido atribuído ao choro pela figura do humano ao lado (*Nebemensch*). A pressuposição da premência é uma interpretação em ato. Um ato que funda a passagem da necessidade à demanda, que insere a criança no campo da comunicação e da linguagem. Dessa forma, somente essa figura, ocupante do universo simbólico e munida de interesse na criança, é preciso dizer, dá sentido ao signo do choro e do grito, levando a ela mais do que nutrição, transformando o desprazer da urgência em marcas de possibilidade de vida, que ficarão grafadas, por meio de uma escrita erótica, no corpo-psíquico do sujeito.

A experiência narrada acima é exclusivamente humana. Somente na medida em que apenas o homem faz parte do universo de símbolos, que constitui o campo da linguagem, é que essa experiência se torna unicamente humana. A experiência de satisfação delinea o corpo humano, na relação com outro corpo e com sua linguagem. Assim, é nessa condição de desamparo primordial que está contida a situação dramática, configurada pela extrema necessidade em relação a esse outro primordial, caracterizada por total assimetria e dependência daquele pelo qual sua vida psíquica e orgânica depende.

Antes de seguirmos, gostaríamos de fazer uma pontuação: a prerrogativa do poder da interpretação não é feminina. Caso fosse possível, e quiséssemos alcançar o irreduzível da maternidade, talvez pudéssemos dizer que ele está, nesse ponto, na prerrogativa da possibilidade do ato interpretativo que marca o corpo do infante e o inscreve no universo simbólico. Decerto não podemos reduzir o materno a um único ato. Nesse caso, resta sempre, além de um impossível saber sobre isso, a questão indispensável da sedução recíproca. Contudo, se faz necessário reiterar o caráter do *humano* que envolve esse ato, a função dita materna: não nos esqueçamos de que *Nebemensch* é “humano ao lado”.

3.5.2 Outra compreensão do excesso materno

Esboçamos acima uma compreensão da maternidade que não está circunscrita à lógica fálica, uma alternativa para pensarmos a maternidade fora do campo estrito do feminino, o qual engloba, além da referência ao falo, e mesmo por isso, uma concepção da maternidade, em que a mãe representa algo negativo, que necessita ser contido por um terceiro.

A partir da conjuntura apresentada – a da condição de extrema dependência de uma criança em relação ao outro –, é possível pensar em outra acepção de “excesso materno”. Excesso, pois o outro do qual a criança depende inteiramente se torna absoluto para ela. Lacan afirma que esse outro primeiro “decreta, legisla e sentencia” (LACAN, 1998, p.822) tudo em relação à criança, tornando-se assim uma “obscura autoridade” para o infante (Id., *ibid.*). Zalcberg (2007) pontua que “autoridade porque é o outro que rege a existência da criança e obscura porque o faz de acordo com seus próprios desejos e fantasias que a criança desconhece” (ZALCBERG, 2007, p.33).

Em “Inibição, sintoma e angústia” (FREUD, 1926b/2014), Freud afirma que “O objeto psíquico materno substitui para a criança, a situação biológica do feto” (Id., *ibid.*, p.80). O que Freud nos diz com isso é que o desamparo psíquico do bebê é a contrapartida de seu desamparo biológico, pois com o nascimento, a mãe, que antes atendia a todas as suas necessidades mediante os mecanismos do próprio corpo, deixa de atendê-las. No momento em que isso acontece, a criança, é lançada num espaço caótico de estímulos e excitações, no qual não pode controlar e, apenas através do corpo e do psíquico materno, com seus atos, desejos e fantasias, é capaz de ser apaziguada.

Essa é uma situação intrigante, pois coloca em cena, na mesma situação do cuidado, as dimensões de perigo e amparo, tal qual Freud sinaliza em “Três ensaios”, quando aponta para a ambiguidade dos cuidados maternos ao afirmar que, ao afagar e acariciar o filho, a mãe o seduz, colocando-o numa posição de substituto do objeto sexual completo. Essa construção nos remete a um fragmento da “Teoria da Sedução Generalizada”, de Laplanche, na qual afirma que a recepção das mensagens ditas maternas gera um grau de excitação na criança que, exatamente por não ter recursos para tratá-las, causa-lhe impacto dramático, configurando, assim, um trauma; este é da ordem do fundamental e do universal, já que abarca todo ser humano. Um trauma estruturante, não disruptivo. Segundo o autor, tais mensagens, sempre enigmáticas, só são metabolizadas a partir do momento em que a criança se torna um falante, quando, então, seria possível traduzi-las de forma razoavelmente coerente. Dito de outra forma, é apenas quando dispõe de recursos de linguagem que o infante pode ligar as vivências, percepções e registros acústicos numa espécie de tradução dos conteúdos. Contudo, Laplanche aponta para o caráter falho, parcial e incompleto desse

processo, já que é impossível uma tradução completa da polissemia das mensagens externas. Dessa parcialidade, decorre um resto, um saldo intraduzível, que se deposita no chamado inconsciente (LAPLANCHE, 1999 *apud* BACARAT & MARTINEZ, 2017). Nesse sentido, Laplanche afirma que o papel parental contempla uma dialética, já que ao mesmo tempo em que as mensagens enigmáticas vindas do outro desestabilizam a criança com seu excesso pulsional, a função narcisante, inscrita nas mensagens, opera como amparo e suporte dessa angústia. Dessa forma, os movimentos de sedução desestabilizadores são, também, paradoxalmente, a salvaguarda da criança e sua possibilidade de humanização (*idem*). Em suma: a mãe protege do perigo que ela mesma causa.

Contudo, temos algo a acrescentar nessa conjuntura nada simples de teorizar. A despeito da sedução materna, no mesmo artigo em que postula o filho como objeto sexual da mãe (“Três ensaios”), igualmente Freud afirma que a mãe se configura como o (primeiro) objeto sexual do bebê. É esse ponto que gostaríamos de ressaltar, pois dele extraímos duas ideias. A primeira alude ao fato de que, em tais condições de satisfação mútua, é preciso que haja um desvio, uma separação do objeto sexual da mãe para que outros possam ser investidos, tal como o próprio corpo, constituindo assim o autoerotismo. A segunda remete à primeira, no sentido de que, ao encontrar satisfação sexual no corpo da mãe e, logo em seguida, no seu próprio, o bebê põe em marcha o componente ativo da pulsão. Desse modo, é possível afirmar que existe uma dialética de atividade e passividade na relação do bebê com aquela que cuida dele.

Por mais que nos seja compreensível a relação ser totalmente assimétrica e traumática, gostaríamos de enfatizar que o bebê sustenta o caráter ativo da pulsão sexual; esse é o fundamento da grande descoberta freudiana sobre a sexualidade infantil. Quase 30 anos depois de “Três ensaios”, Freud ainda afirma, em “Sobre a sexualidade feminina” (1931/2010):

As primeiras vivências sexuais e de matriz sexual que a criança tem com a mãe são, naturalmente, de caráter passivo. Ela é amamentada, nutrida, limpada, vestida e ensinada a fazer tudo o que deve. Uma parte da libido da criança continua apegada a essas experiências e desfruta as satisfações a ela relacionadas, outra parte procura convertê-las em atividade. No peito materno, ser amamentado é substituído por amamentar ativamente. Em outros aspectos a criança se contenta ou com a autonomia, isto é, com o êxito em realizar ela própria o que até então era feito com ela, ou com a repetição ativa de suas vivências passivas, ao brincar, *ou realmente faz da mãe o objeto, ante o qual desempenha o papel do sujeito ativo* (FREUD, 1931/2010, p.388, grifo nosso).

Portanto, temos o bebê como parte integrante e ativa, ainda que desigual, na relação que costuma ser descrita como um puro devorar materno. É nessa direção que não endossamos uma leitura da maternidade que coloca a figura do bebê em total e absoluta passividade, cujo fato serve para descrever uma relação de puro capricho por parte do outro materno, com seus atos, desejos, fantasias e gozo. Nesse sentido, gostaríamos de trazer uma citação de Goldenberg (2018) na qual, ao comentar sobre o ditado popular “A mãe é sempre a culpada”, ele diz:

O Outro que te coube em sorte não pode ser responsabilizado pelo que de sua demanda selecionaste como objeto para teu desejo. [...] O “teu” desejo é uma construção (romance familiar) relativa à série de demandas (inconscientes) do Outro às quais enganchaste (GOLDENBERG, 2018, p.188).

Berlinck (2008) nos lembra que de *pathos* deriva-se a palavra “paixão”, mas também “passividade” e “sofrimento” (BERLINCK, 2008, p.18). “Quando *pathos* acontece, algo da ordem do excesso, da desmesura se põe em marcha sem que o eu possa se assenhorear desse acontecimento [...] (Id., *ibid.*)”. O autor salienta que o significado de *pathos* traz em sua franja o sentido etimológico de passividade, sentido lembrado por Descartes no começo do *Tratado das paixões*: “Tudo o que acontece de novo é geralmente chamado pelos filósofos de paixão (*pathos*) relativamente ao sujeito a quem isso acontece, e de ação relativamente àquele que faz com que aconteça” (LEBRUN, 1987, p.17 *apud* BERLINK, 2008).

No campo da psicanálise, o qual tão bem soube ouvir o *pathos* das mulheres, é essa acepção de encontro entre mãe e filho, entre mulher e desejo, entre feminino e cultura, que gostaríamos de positivar. Uma relação permeada por *Eros* e por *pathos*, na qual esses dois deuses da vida possam ser cultuados, se encontrando em cada mãe, em cada filho, em cada mulher e por toda a cultura. Sem se perderem, um do outro, de vista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com Freud, aprendemos que “a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social” (FREUD 1921/2011, p.14), portanto, o social foi o lugar privilegiado do qual partimos, do qual acreditamos que devemos, sempre que possível, partir. Assim, foi do incremento das discussões sobre os temas relacionados ao gênero e à sexualidade na atualidade, em que o tópico da maternidade ganha cada vez mais destaque, que nos sentimos compelidos a empreender uma análise desse tema, por considerarmos que a psicanálise o tenha o atravessado, e ainda o atravesse, de forma distinta.

Como mostramos nesta pesquisa, acreditamos que o discurso psicanalítico tenha contribuído para consolidar na cultura a ideia que a maternidade é destino feminino por excelência. Além disso, também consideramos que a ideia de maternidade pensada por Freud tem sido atravessada inteiramente pelas dimensões do *excesso* e da *pureza*, marcas advindas das concepções de mulher e de mãe características das sociedades pré-modernas e modernas. Dimensões às quais, por se apresentarem paradoxais e, igualmente, tão atuais, decidimos nos ater. Dessa forma, a crença sobre a contribuição psicanalítica na criação e na manutenção dos discursos relativos à maternidade, aliada ao incremento das discussões contemporâneas sobre os gêneros e as sexualidades, foi o que determinou nosso desejo por começar esta jornada.

Ao partimos para esta pesquisa, fomos surpreendidos pelo reencontro com a obra de Huxley e pelo encontro com a obra de Atwood, respectivamente, *Admirável mundo novo* e *O conto da aia*. As obras citadas nos surpreenderam por suas gritantes atualidades. Passados cem anos das construções teóricas freudianas sobre a mulher e a maternidade, dois novos elementos surgem para tornar ainda mais complexos os debates aos quais nos referimos acima e, ademais, para nos fazer enxergar o poder antecipatório da literatura, pois tais elementos parecem extraídos das obras citadas. Em decorrência disso, nos ativemos a eles. De um lado, a separação entre sexo e reprodução – tanto produto de transformações sociais no campo da família e da subjetividade quanto do desenvolvimento científico no campo da reprodução e da filiação –, que contribui para modificações cruciais em relação ao desejo feminino pela maternidade e suas condições de realização. Do outro, a recente onda de discursos conservadores ao redor do globo, no qual o Brasil se acha incluído, que difunde uma moral conservadora a partir da qual pretende ditar qual seria a natureza feminina. Portanto, se o campo da ciência pode contribuir na atualidade para a disjunção entre mulher e maternidade, o discurso conservador – na direção oposta – prega que a mulher nasce para ser mãe.

Desse modo, na arte literária, encontramos subsídios, tal como orientado por Freud, para iniciarmos nossa investigação. As obras se mostram como peças-chave para destacar a contradição na qual a experiência da maternidade se encontra inserida atualmente, pois constatamos, através de exemplos recentes vividos na sociedade, a enorme proximidade entre a ficção e a realidade. A partir de então nos encaminhamos para mostrar que, no cerne da contradição com a qual havíamos nos deparado – o controle do feminino e a afirmação de seu poder através da maternidade – poderíamos localizar o discurso freudiano.

Seguindo nosso percurso, no segundo capítulo, retrocedemos um pouco historicamente, para destacar as condições de possibilidade de emergência histórica da psicanálise e, mais especificamente, as linhas de forças que atravessaram o pensamento freudiano acerca do feminino e, conseqüentemente, da maternidade. Para isso, nos remetemos aos processos históricos de transformação dos discursos que fizeram o corpo feminino estar à disposição de interesses coletivos complexos, como o vigor de um povo e o crescimento de uma nação. Do enredo fictício de *O conto da aia* à realidade atual das políticas conservadoras, evidenciamos a existência de um sistema social e político que trabalha no sentido de exercer o que chamamos de “coerção ao biológico” como uma resposta à “desbiologização” feminina, um processo que, como mostramos, não é inédito.

Destacamos como uma nova concepção de corpo feminino foi criada e, assim, através dela, ocorreu o processo de mudança na sociedade pré-moderna para a sociedade moderna. Mais precisamente, uma transformação social que só foi possível a partir da inversão da figura da mulher em seu oposto: de portadora de um *excesso* sexual maléfico foi alçada à condição de *perfeitamente adequada à maternidade*, em função da anatomia de seu corpo, o qual foi usado como justificativa para sua suposta adequação e determinação à função materna.

Já no terceiro capítulo, mostramos a evidente complexidade na construção da figura feminina no transcorrer dos processos históricos, nos quais a figura da mulher transita entre as dimensões do excesso e da pureza, claramente influenciando o discurso freudiano acerca do feminino. Verificamos a herança discursiva transmitida a Freud quando o autor atribui as mesmas dimensões de excesso e de pureza, de potência e de inocência, à figura da mulher e da mãe.

Ainda neste capítulo, percorremos 30 anos de textos freudianos, nos quais constatamos diferentes versões da figura da mãe contida em sua obra. Concordamos com Gay (1989) quando afirma que teria sido mais fácil para Freud fugir do conflito não resolvido e, em larga medida, inconsciente, na medida em que sua possessividade masculina se equiparava ao seu conservadorismo cultural, afinal, sabemos que o pai da psicanálise era um inflexível

cavaleiro do século XIX. Suas cartas a Fliess e seus casos clínicos dos anos 1890 oferecem uma pequena amostra das convicções tradicionais – chamaríamos mais tarde de preconceitos – sobre as mulheres da época. Ao mesmo tempo, em repetida contradição, Freud podia questionar as tradicionais banalidades, reconhecendo que parte do comportamento das mulheres não era natural, mas imposto socialmente, fruto de repressão cultural. Constatamos que alguns padrões de pensamento de Freud são réplicas inobservantes das ideias da superioridade masculina vitoriana. Em contrapartida, foi Freud quem denunciou que eram as mulheres as que mais sofriam em decorrência da “dupla” moral sexual civilizada, na qual as restrições sexuais eram mais severas para elas.

Birman (2016) afirma que o discurso freudiano encontrou no inconsciente a identificação simbólica entre as figuras da criança, da mulher e do primitivo – lembremos, como revelado no segundo capítulo, que todas essas figuras trazem em si uma marca histórica da *bestialidade* –, nos sugerindo assim que a superposição e a condensação simbólicas dessas figuras foram construídas antropológica e historicamente pelo imaginário social e político dos séculos XVIII e XIX. Nessa direção, vale dizer que “a psicanálise encontrou como marca indelével e imemorial do espírito humano aquilo que foi inscrito a ferro e fogo no corpo dos indivíduos, pelos processos sociais e políticos que forjaram a modernidade” (BIRMAN, 2016, p. 108).

Parece-nos que Freud é obnubilado pela questão mítica da sexualidade feminina, aliada a uma *episteme* do “valor da maternidade”, surgida na modernidade, concebendo-a como “solução edípica” da mulher. Como aponta Birman (2016), esse é o ponto maior de estrangulamento teórico da leitura freudiana sobre a feminilidade.

Dessa forma, seguindo para o fim desta pesquisa e com o intuito de instaurar algumas problematizações, gostaríamos de destacar alguns dos estrangulamentos que pudemos observar na equação que Freud inventa, qual seja: diante da percepção de sua castração, a menina, invejosa do pênis, terá sua vida marcada por essa falta, a qual só será saturada pela obtenção de um filho.

Primeiro, temos acompanhado que, frequentemente, é atribuído à mãe um lugar de excesso, na maioria das vezes, justamente, em virtude de sua tentativa de saturar sua falta fálica através de um filho. Ora, dessa forma, é exatamente a referência ao falo que coloca a mulher na posição de desejar intensamente o filho, excesso de desejo que precisa sofrer intervenção paterna sob pena de se configurar como prejudicial à vida psíquica do rebento. Parece-nos, com isso, que Freud “inventa a doença para vender a cura” chamada pai. Se com Freud, através do pai de carne e osso ou se com Lacan, através do pai simbólico, o que está

em questão é a necessidade de mediação de um excesso materno que, como já mostramos exaustivamente, é mais oriundo das disposições históricas que estabelecem a sexualidade feminina como maléfica do que das comprovações clínicas de ambos os teóricos.

Segundo, no âmago da construção edípica freudiana, gostaríamos de salientar uma curiosa contradição: o que Freud postula como sendo o desenvolvimento “normal” da feminilidade resulta no desejo da menina em ser mãe, ou seja, resulta no desejo de ser exatamente como sua mãe – aquela que um dia lhe pareceu tão desqualificada e faltosa em sua castração. Em outras palavras, a menina faria um percurso longo e complexo através do desejo de não ser (castrada) como a mãe para, no final, a solução consistir em desejar ser como ela?

Terceiro, o fato acima nos coloca outra questão. Se Freud afirma que “nas produções do inconsciente – pensamentos espontâneos, fantasias e sintomas – as noções de *fezes* (dinheiro, presente), *criança* e *pênis* são *difícilmente separadas e facilmente confundidas*” (1917/2010, p.255, grifos do autor), por que ele não teria pensado as teorias sexuais infantis com a criança positivando a mulher através da maternidade (a possibilidade de “fazer” um valioso bebê) ao invés de depreciá-la por sua castração? Essa pergunta encontra fundamento em outro ponto que achamos relevante: a afirmação de Freud (1905/1976) de que o primeiro problema com o qual a criança se ocupa não é a questão da diferença sexual, e sim o enigma de onde vêm os bebês. O autor argumenta que, nesse momento, as crianças acreditam que os bebês saíam do orifício anal e, por isso, tanto a mãe quanto o pai poderiam parir igualmente uma criança. Com Nunes (2002), acreditamos que esse argumento não é convincente, pois se as crianças observam que tanto homens quanto mulheres possuem a passagem anal para a saída do bebê, observam também que apenas as mulheres engravidam. Assim sendo, antes de se ater à questão da diferença anatômica dos genitais, a criança se perguntaria sobre a origem dos bebês, que ela, obviamente, inferiria saírem da barriga da mãe. Portanto, “é curioso como Freud, que em tantos momentos assinalara a importância, na vida psíquica infantil e masculina, dos fantasmas que atribuem à mãe uma grande potência, insistiu em não dar à gravidez e à maternidade um lugar nesse processo” (NUNES, 2002, p.45).

Quarto, além dessas aparentes contradições, encontramos mais um ponto importante a ser salientado na equação freudiana que determina a maternidade como a via normal para o “tornar-se mulher”. A referência ao falo, que determina a referida equação, implica um desfecho bastante empobrecido para a sexualidade feminina, na medida em que à mulher “normal” caberia unicamente o destino de reproduzir o percurso da mãe de ser mãe – num percurso cíclico infinito, em que haveria apenas um objeto privilegiado, o “bebê” – e investir

nessa vivência todo o seu erotismo, outrora tão polimorfo na infância. Assim, nos parece que Freud cria uma cilada conceitual para o destino da mulher quando patologiza e não deixa brechas para outras formas de realização feminina que não sejam através da maternidade.

Ademais, para nós, existe uma quinta questão, já conhecida e bastante comentada. A trajetória longa e complicada do complexo de Édipo feminino implica a fraqueza relativa do superego feminino, tornando as meninas pouco aptas à sublimação e às atividades culturais das quais dependem. Dessa forma, esta faculdade, da qual as mulheres seriam menos dotadas do que os homens, é que se opõe ao sexual e que se encontra no cerne do engajamento social, ou da produção intelectual, ou de bens. É exatamente essa faculdade da qual as meninas seriam menos dotadas que, de um lado, as mantém referidas à ordem da natureza, enquanto do outro, mantém os homens referidos à ordem da cultura e da Lei, para fazer referência à metáfora paterna lacaniana. Dessa forma, constatamos que o desacordo edípico separa o filho da filha e propicia, a cada um deles, um superego diferente e, por conseguinte, capacidades estruturais também. Este “axioma freudiano de desigualdade de aptidão à sublimação entre os sexos” (ZAFIROPOULOS, 2009) determina mais uma vez, e por outro viés, o lugar privilegiado de realização da mulher na maternidade. Se no século I, todos os caminhos levam a Roma, no século XVIII, e daí em diante, todos os caminhos, até os inconscientes, segundo Freud, levam (a mulher) à maternidade.

Ao final, o que se destaca para nós do arranjo edípico feminino criado por Freud é, como afirma Colin (1991 *apud* Neri, 2002), que, na construção fálico-edípica, o revelado pelo inconsciente curiosamente está muito próximo do que é produzido pelo social. Afirmção que vai ao encontro da ideia de Birman quando afirma que a psicanálise encontrou como marca inconsciente aquilo que foi inscrito nos corpos dos indivíduos pelos processos sociais e políticos que teceram a modernidade.

É nessa perspectiva, portanto, que compreendemos a forma pela qual Freud teoriza o complexo de Édipo. Segundo Tort (2008), uma vez que nas sociedades ocidentais a divisão do trabalho é sexual, ou seja, às mulheres cabem os cuidados com crianças, sobretudo com filhos, o esquema edípico nada mais faz do que definir um funcionamento psíquico universal que corresponde exatamente ao que prevalece na divisão tradicional dos sexos.

De Freud a Lacan, o esquema edípico é o mesmo: após a prevalência inicial da mãe com o objeto, em uma relação fusional, deveria haver uma passagem necessária para a prevalência do pai por meio de uma operação de separação da mãe com o filho. Da influência materna, o filho sairia graças à mediação paterna. Por último, essa separação seria a condição da identificação sexuada do sujeito e, com ela, a sua inscrição na ordem da diferença

geracional. Tort é mais um autor que trabalha na linha de corroborar a ideia de que o esquema edípico, nesses moldes, se tornou a base psíquica universal daquilo que predomina socialmente em relação à divisão da atribuição dos cuidados, e em que a psicanálise encontra sua razão e fundamento.

O que acreditamos ser um problema é justamente elevar a uma disposição psíquica universal algo que seria um arranjo histórico contingente. Talvez essa seja uma das razões atuais que tenham contribuído para a psicanálise se tornar alvo de críticas em relação à maternidade. É difícil não achar obscura a ideia de o pai, na psicanálise, ter o estatuto de um “operador simbólico e a-histórico”, na medida em que esse operador se dá sempre em relação à mãe, e essa, como vimos, ter uma função histórica, contingente, construída na modernidade.

Para Tort, não haveria muitas maneiras de contornar esse obstáculo a não ser assumir que as novas formas das relações sexuais, que mudam a forma de vida das mulheres e, com elas, das mães, afetariam os próprios princípios do funcionamento psíquico. Por esse motivo, as mudanças que acontecem nas relações entre os sexos há algumas décadas seguem no caminho de alterar cada vez mais a harmonia teórica estabelecida, e, a evidência da universalidade do funcionamento psíquico, tal como delineado pelo Édipo, se torna turva.

O autor propõe algumas saídas para o impasse no qual a psicanálise se encontraria. Uma delas seria distinguir precisamente o que no esquema edípico seria realmente universal e o que seria um arranjo histórico contingente, ligado aos avatares da diferença sexual, da disputa entre os sexos e da política dos gêneros. Os investimentos e desinvestimentos libidinais nas figuras parentais? As identificações? Talvez esse seja o momento de nos depararmos com a difícil, mas necessária tarefa, que seria decompor o conteúdo do funcionamento psíquico ao qual Freud teria dado uma solução universal.

No decorrer desta dissertação, observamos que o progresso tecnológico pode libertar a humanidade das restrições biológicas e possibilitar outros modelos de vida social; observamos igualmente que, nessa direção, o útero, sacrossanto espaço de gestação feminina pode brevemente ceder espaço a uma máquina, obliterando, assim, a relação carnal inicial que liga mãe e filho num registro de intensidades. Em contrapartida, verificamos a existência de movimentos contrários a avanços que signifiquem qualquer possibilidade do livre trânsito do erotismo feminino, demonstrando que o que parecia ficção estaria muito mais próximo da realidade.

É sabido que Freud conferia muito valor à arte literária. Em 1933, no auge de suas incertezas sobre o feminino, ao afirmar que suas teorias em relação a este eram incompletas e

nada amigáveis, sugere que, caso quiséssemos saber mais sobre o assunto, deveríamos interrogar nossas próprias experiências ou nos dirigirmos aos escritores. Pois bem, foi o que fizemos. E agora a dúvida é deslocada para o nosso lado.

Onde localizar o discurso da psicanálise sobre a maternidade hoje? Entre a plenitude fusional mortífera e a maternidade santificada que coloca a figura da mãe no eixo entre a vida e a morte, a fecundidade e a esterilidade, o excesso e a pureza, o totalitário e o democrático?

Como dissemos no início desta pesquisa, nosso trabalho almejava possibilitar uma reflexão sobre as linhas potencialmente perigosas do discurso psicanalítico na atualidade no que tange à maternidade, de modo que não houvesse brecha para a aproximação da psicanálise de qualquer distopia. Esperamos ter conseguido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALZUGUIR, Fernanda & NUCCI, Marina. (2015) Maternidade mamífera? Concepções sobre natureza e ciência em uma rede social de mães. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v.20, n.1, p.217-238, 2015.

ANVISA. Importação de sêmen aumenta mais de 2.500%. **ASCON/ANVISA**, 21 set. 2017. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/noticias/-/asset_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/importacao-de-semen-aumenta-mais-de-2-500-no-pais/219201?inheritRedirect=false. Acesso em: 09 dez. 2018.

APÓS Senado rejeitar aborto, Igreja argentina diz que “toda vida vale”. **Agência EFE**, Buenos Aires, 9 ago. 2018. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/brasil/portada/apos-senado-rejeitar-aborto-igreja-argentina-diz-que-toda-vida-vale/50000237-3716187>. Acesso em: 19 jan. 2019.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. (1960) 2ª. ed. Rio de Janeiro: LCT, 2011.

ASSAN& RAATZ. Corrente no Whats App reúne artigos da imprensa estrangeira que criticam Bolsonaro. **Estadão**, Brasil, 05 out. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,corrente-no-whatsapp-reune-artigos-da-imprensa-estrangeira-que-criticam-bolsonaro,70002534316>. Acesso em: 18 jan. 2018.

ASSOUN, Paul-Laurent. **Freud e a mulher**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1993.

ATLAN, H. **O útero artificial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

ATWOOD, M. (2017) Margaret Atwood on What ‘The Handmaid’s Tale’ Means in the Age of Trump. **New York Times**, New York, 10 mar. 2017. Disponível em: https://www.nytimes.com/2017/03/10/books/review/margaret-atwood-handmaids-tale-age-of-trump.html?_r=0. Acesso em: 09 dez. 2018.

_____. (1985) O conto da aia. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

BACARAT, J., Abrão, J. L. F. & MARTÍNEZ, V. C. V. - **Confusões de línguas entre Freud e Ferenczi: trauma, sedução e as contribuições de Jean Laplanche**. Memorandum, 33, 68-89, 2017

BADINTER, E. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

BANDEIRA, L. Quais os fatos reais que inspiraram The Handmaid’s Tale. **Nexo Jornal**, São Paulo, 28 nov. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/28/Quais-os-fatos-reais-que-inspiraram-The-Handmaid%E2%80%99s-Tale>. Acesso em: 09 dez. 2018.

BARROS, R. R. (2015) O desejo da mãe. In: VIEIRA, M. A. & BARROS, R. R. **Mães**. Rio de Janeiro (RJ): Subversos, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. (1949) **O segundo sexo, v. I e II**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERLINCK, M. **Psicopatologia fundamental**. São Paulo: Escuta, 2008.

BIRMAN, J. **Gramáticas do erotismo: a feminilidade e suas formas de subjetivação em psicanálise**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. & NICÉAS, A. (orgs.) (1986) **O feminino: aproximações**. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

BOCK, A. M. B. (2001) A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. In: Bock, A. M. B., Marchina, M. G. & Furtado, O. (orgs.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001. pp.15-35.

BOLSONARO, J. **Jair Messias Bolsonaro**, 2018. Página inicial. Disponível em: <<https://www.bolsonaro.com.br/>>. Acesso em: 09 dez. 2018.

BONOLI, A. (2012) Autismo, psicanálise e a culpabilização materna. **Lagarta Vira Vida**, 15 mai. 2012. Disponível em: <https://lagartavirapupa.com.br/autismo-psicanalise-e-a-culpabilizacao-materna> . Acesso em: 10 jan. 2019.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

CATTONÉ, J. P. Femmes et hystérie au XIX^{ème} siècle. **Synapse**, n. 88, set. 1992.

COLIN, F. Diferença e diferindo: a questão das mulheres na filosofia. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle. **História das Mulheres, vol. 5: o século XX**. Porto: Afrontamento, 1994.

CORRÊA, M. **Novas tecnologias reprodutivas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar** (1983). Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

CRUM, Maddie. Margaret Atwood On ‘The Handmaid’s Tale’: ‘I Made Nothing Up’. **HuffPost**, EUA, 13 abr. 2017. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/margaret-atwood-on-the-handmaids-tale-i-made-nothing-up_us_58ef93ece4b0bb9638e1fcb5 . Acesso em: 09 dez. 2018.

DAMARES (2018) Alves defende aprovação do Estatuto do Nascituro. **ISTOÉ**, Brasil, 11 dez. 2018. Disponível em: <https://istoe.com.br/damares-alves-defende-aprovacao-do-estatuto-do-nascituro/> Acesso em: 10 jan. 2019.

DONATH, O. Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

DOR, J. **O pai e sua função em psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

DPRJ. (2017) **DPRJ traça perfil de mulheres criminalizadas pela prática do aborto**. Brasil, 30 nov. 2017. Disponível em:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-06/esterilizacao-de-moradora-de-rua-nao-e-caso-isolado-dizem-entidades> Acesso em: 09 dez. 2018.

DUARTE, L. F. Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília : CNPq –Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1986

DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus**: o sistema de castas e suas implicações. São Paulo: Edusp, 1992.

ELLIS, H.: Analysis of the sexual impulse; Love and pain; the sexual impulse in women. In: _____. **Studies in the psychology of sex**. 2.^a ed. Philadelphia: F. A. Davis, 1913. v.3.

FAVEREAU, E. **Autisme: les psys réduits au silence**. Libération, Paris, 16 fev., p. 14-15, 2012.

FERNANDES, C. **Figuras da causação**: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado. 2017. 246 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS/MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

FORNA, A. **Mãe de todos os mitos**: como a sociedade modela e reprime as mães. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. (1976) 4.^a ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FREUD, S. (1895) Projeto para uma psicologia científica. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume I**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990. (Trabalho original publicado em 1950[1895]).

_____. (1898) A etiologia sexual das neuroses. In: _____. **Obras completas**. 2.^a. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. (1900) A interpretação dos sonhos. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume IV: A interpretação dos sonhos (parte I)**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1987.

_____. (1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume VII**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976. (Trabalho original publicado em 1905).

_____. (1908) Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume IX**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976. (Trabalho original publicado em 1908).

_____. (1910a) Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci. In: _____. **Obras completas (1909-1910)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. (Trabalho original publicado em 1910).

_____. (1910b) Um tipo especial de escolha de objeto feita pelo homem. In: _____. **Obras completas (1909-1910)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. (Trabalho original publicado em 1910).

_____. (1913) O tema da escolha do cofrinho. In: _____. **Obras completas (1911-1913)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Trabalho original publicado em 1913).

_____. (1912) Totem e tabu. In: _____. **Obras completas (1912-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. (1914) Introdução ao narcisismo. In: _____. **Obras completas (1914-1916)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Trabalho original publicado em 1914).

_____. (1917a) O tabu da virgindade (Contribuições à psicologia do amor III). In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume XI**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1980. (Trabalho original publicado em 1917).

_____. (1917b) Sobre transformações dos instintos, em particular no erotismo anal. In: _____. **Obras completas (1917-1920)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Trabalho original publicado em 1917).

_____. (1919) O inquietante. In: _____. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (Trabalho original publicado em 1919).

_____. (1921) Psicologia das massas e análise do eu. In: _____. **Obras completas (1920-1923)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Trabalho original publicado em 1921).

_____. (1922) A cabeça de medusa. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume XIII**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1980 (Trabalho original publicado em 1922).

_____. (1924) A dissolução do complexo de Édipo. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume XIX: o ego e o id, e outros**

trabalhos (1923-1925). Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990. (Trabalho original publicado em 1924).

_____.(1925) Algumas consequências psíquicas das diferenças anatômicas entre os sexos. In: _____. **Obras completas (1923-1925)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Trabalho original publicado em 1925).

_____.(1926a) A questão da análise leiga. In: _____. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. v.17. (Trabalho original publicado em 1926).

_____. (1926b) Inibição, sintoma e angústia. In: _____. **Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Trabalho original publicado em 1926).

_____.(1930) O mal-estar na civilização. In: _____. **Obras completas (1930-1936)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Trabalho original publicado em 1930).

_____. (1931) Sobre a sexualidade feminina. In: _____. **Obras completas (1930-1936)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Trabalho original publicado em 1931).

_____.(1933a) Feminilidade. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume XXII**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990. (Trabalho original publicado em 1933[1932]).

_____.(1933b) Feminilidade. In: _____. **Obras Completas (1930-1936)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Trabalho original publicado em 1933[1932]).

_____.(1938) Uma amostra do trabalho psicanalítico. In: _____. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. (Trabalho original publicado em 1940[1938]).

GAY, P. **Freud: uma vida para nosso tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOLDENBERG, R. **Desler Lacan**. São Paulo: Instituto Langage, 2018.

HUXLEY, A. (1932) **Admirável mundo novo**. 22^a. ed. São Paulo: Globo, 2014.

LACAN, J. (1969) Nota sobre a criança. In: _____. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: JZE, 2003.

_____. **Os complexos familiares**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1938. In: _____. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: JZE, 2003.

_____. **Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano**. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2001.

LAPLANCHE, J. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. Las forces en jeu dans le conflit psychique. In: _____. **Entre séduction et inspiration: l'homme**. Paris: Quadrige, 1999. pp. 127- 146.

LASH, C. **A mulher e a vida cotidiana: amor, casamento e feminismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LEVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. 7ª.ed. Petrópolis, Vozes, 2012.

MARX, K. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASSON, J. **A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess: 1887-1904**. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

MELO, D. (2018a) Bolsonaro afirmou, sim, que não empregaria mulher com mesmo salário de homem. **HuffPost**, Brasil, 18 ago. 2018. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2018/08/18/bolsonaro-afirmou-sim-que-nao-empregaria-mulher-com-mesmo-salario-de-homem_a_23504540/ Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. (2018b) Esterilização de moradora de rua não é caso isolado, dizem entidades. **Agência Brasil**, Brasil, 26 jun. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-06/esterilizacao-de-moradora-de-rua-nao-e-caso-isolado-dizem-entidades> Acesso em: 09 dez. 2018.

MICHELET, J. **A mulher**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MOURA, Danielle Ferreira Gomes. Maternidade e poder. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v.13, n.1-2, p.387-404, jun. 2013.

NERI, R. O encontro entre a diferença e o feminino: singularidade e diferença. In: BIRMAN, Joel (org.). **Feminilidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.

NUNES, S. (2000) **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. O feminino e seus destinos: maternidade, enigma e feminilidade. In: BIRMAN, Joel (org.). **Feminilidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.

O DILEMA ético envolvendo a criação de bebês geneticamente editados. **BBC News**, 30 nov. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46394589> Acesso em: 09 dez. 2018.

PERELSON, S. O despedaçamento da experiência reprodutiva e as novas formas de filiação. In: FIGUEIREDO, Ana Cristina (org.). **Corpo, sintoma e psicose: leituras do contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.

_____. Psicanálise e medicina da reprodução: notas sobre três tempos na história desse encontro. In: BIRMAN, J.; FORTES, I. & PERELSON, S. (orgs.). **Um novo lance de dados: psicanálise e medicina na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2010.

PEUCHET, J. *Enfant, Police et municipalité*. In: **Encyclopédie méthodique** (classe 111-112) 1972.

QUINTANA GOMEZ, Graciela. A maternidade como enigma: Atenas, as Luzes e Freud. **Physis**, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p.51-74, dec. 2000.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, n.16, p.137-150, 2001.

SCHNEIDER, M. **Genéalogie du masculin**. Paris: Aubier, 2000.

SOLER, C. O não toda. In: _____. **A psicanálise na civilização**. Rio de Janeiro: Contra capa Livraria, 1992.

SWAIN, G. A alma, a mulher e o corpo. In: BIRMAN, Joel & NICÉAS, Augusto (orgs.). **O feminino: aproximações**. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

TEIXEIRA, José Maria. **Mortalidade da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tipografia Central Brown & Evaristo, 1876. p.85.

THIS YEAR in books. **Amazon**, 2017. Disponível em: https://www.amazon.com/article/this-year-in-books?ref=SIN_TY17_V_2 Acesso em: 09 dez. 2018.

TORNQUIST, Carmen. (2002) Armadilhas da nova era: natureza e maternidade no ideário da humanização do parto. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n.2, p.483-492, 2002.

TORRES, Ronaldo. Indicações sobre a estrutura da ação específica freudiana: efeitos para o sujeito da psicanálise. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.61-76, jun. 2011.

TORT, M. **Fin del dogma paterno**. Buenos Aires: Paidós, 2008.

UZIEL, A. P. **Homossexualidade e adoção**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

WOLF, F. **Nossa humanidade: de Aristóteles às neurociências**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

ZAFIROPOULOS, Markos. A teoria freudiana da feminilidade: de Freud a Lacan. **Reverso**, Belo Horizonte, v.31, n. 58, p. 15-24, set. 2009.

ZALCBERG, M. **Amor paixão feminina**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.